




Sinais

Revista de
Ciências Sociais

Universidade Federal do Espírito Santo



Sinais 19 Jan-Jun 2016
ISSN: 1981-3988

Equipe Editorial

Editores

Prof. Dr. Marcelo Fetz, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil
Profª Drª Márcia Barros Ferreira Rodrigues,
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES),
Brasil

Editores Associados

Michelli de Souza Possmozer, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Clarkson Machado Diniz, Instituto Federal do Espírito Santo, Brasil

Conselho Editorial

1. Prof. Dr. Estevão Bosco, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
2. Profª. Dr. Luciléia Colombo, Unesp - Araraquara, Brasil
3. Prof. Dr. Marko Monteiro, Departamento de Política Científica e Tecnológica/ UNICAMP, Brasil
4. Profª. Dr. Gabriela Marques Di Giulio, Universidade de São Paulo, Brasil
5. Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves, Universidade de Brasília, Brasil
6. Prof. Dr. Fabricio Deffacci, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil
7. Profª. Dr. Nina Rosas, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
8. Prof. Dr. Tiago Jacaúna, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil
9. Profª. Dr. Daniela Alves Alves, Universidade Federal de Viçosa, Brasil
10. Mr. Erlend Hermansen, Cicero - Senter for klimaforskning, Noruega

Comissão Editorial

Maro Lara Martins, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Igor Suzano Machado, Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Departamento de Ciências Sociais
Núcleo de Estudos Indiciários (NEI)

Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras | Vitória, ES -Brasil | CEP 29075-910

SUMÁRIO

EDITORIAL

Apresentação (p. 3-6)

Marcelo Fetz (UFES) e Márcia Rodrigues (UFES)

ARTIGOS

O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB (p. 7-29)

Alessandro O. Soares (USP-USAL); Rafael M. Tauil (UFSCar); Luciléia Colombo (UNESP)

A construção da “hegemonia” neoliberal no Brasil (p. 30-48)

Marco A. B. Paccola (UNESP)

Literatura e violência em um conto de Rubem Fonseca (p. 49-70)

Matheus B. Bittencourt (UFES)

Conhecer para otimizar o fazer – Sobre a representação social da psicologia no hospital (p. 71-86)

Denise S. M. Gondim (ENSP/Fiocruz); Vânia Maria R. O. Tatagiba (UENF)

Tempo livre e consumo na sociedade capitalista (87-107)

Felipe M. Almeida (UFG)

Lazer e jornada trabalho: um estudo sobre a dignidade do trabalhador na sociedade capitalista (108-124)

Raíssa Ester M. Barros (UFCG)

ENSAIOS

Pós-modernidade ou antimodernidade? Uma reflexão em torno do debate moderno/pós-moderno (p. 125-144)

Everton G. Costa (UFRGS)

RESENHAS

Simbolismo e poder nas relações empresa-funcionário (p. 145-150)

Fernanda C. Martins-Suarez (UFV)



Carta Editorial

Car@s leitores,

É com grande satisfação que trazemos a público a primeira edição da revista Sinais no ano de 2016. Colocá-la em circulação significa que a Sinais retorna ao seu ciclo regular de publicações, não havendo, por hora, nenhuma edição fora do cronograma desejado de publicações. Este retorno ao cronograma é fundamental para que a Sinais possa aumentar a exposição dos manuscritos publicados, a partir da ampliação dos indexadores da revista. O próximo passo, assim sendo, será solicitar a vinculação da revista ao Doaj (*Directory of Open Access Journals*) e à Redalyc (*Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*). Em breve, portanto, teremos novidades com relação aos indexadores dos nossos artigos.

A edição 19 Jan-Jun de 2016/1 apresenta um interessante conjunto de artigos, sendo que dois deles dizem respeito ao atual cenário político brasileiro. Em um momento de incertezas e possíveis retrocessos no que se refere à dilapidação dos direitos sociais, civis e políticos à duras penas conquistados pela Constituição Cidadã de 1988, o (re)exame das últimas décadas da formação política brasileira ganha novo e importante fôlego. É nesse âmbito que políticas econômicas dirigidas ao fortalecimento das desigualdades sociais, problema crônico e estrutural da sociedade brasileira, surgem como “saída” para o equacionamento daquilo que é equivocadamente entendido como privilégio social ao invés de ser visto como direito humano fundamental. No plano político, os olhares se voltam não apenas para as negociatas, que dão sobrevida ao clientelismo, à troca de favores e ao mandonismo característico dos grupos privilegiados da sociedade brasileira, mas, também, para o entendimento crítico do processo de racionalização que se encontra por detrás da dominação política vislumbrada por meio de partidos políticos que acomodam e solidificam forças antiquadas no âmbito da política brasileira.

O tópico da formação política é tratado neste volume a partir de um estudo sobre a origem do bipartidarismo brasileiro e sobre a trajetória do MDB. Alessandro O. Soares (USP-USAL), Rafael M. Tauil (UFSCar) e Luciléia Colombo (UNESP) percorrem a trajetória do MDB desde a sua fundação, pela ditadura civil-militar instaurada pelo golpe de 1964, até a sua recente transformação, a qual de origem ao PMDB, partido que hoje coloca a jovem democracia brasileira em cheque ao operar um golpe branco na política nacional. O tópico da formação econômica, especialmente no que se refere ao aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, por sua vez, é abordado por Marco A. B. Paccola (UNESP), no segundo artigo deste volume. Alicerçado no conceito de hegemonia de A. Gramsci, Paccola discorre sobre as formas de cooptação e de difusão do modelo neoliberal no Brasil, desde a sua consolidação na política nacional com a ascensão de FHC ao poder – ratificando-se, assim, a sua frágil teoria da dependência de tonalidade ‘liberal’ e ‘dependente’ – até o momento em que este modelo é incorporado pelos setores político ditos progressistas da sociedade brasileira, como no caso do PT, processo este que marca o enraizamento generalizado do padrão neoliberal em terras nacionais.

Mudando um pouco o tom, mas sem deixar de se concentrar sobre um fenômeno problemático e estruturante da sociedade brasileira, Matheus B. Bittencourt (UFES), no terceiro artigo da coletânea, apresenta uma interessante análise sobre o protagonista do conto O Cobrador, de Rubem Fonseca. Conforme destaca o autor do manuscrito, o protagonista narrador “*expressa a sua revolta solitária através da poesia em verso livre e do crime violento contra indivíduos abastados, dos quais ele “cobra” a “dívida social”*”. É a injustiça como combustível da violência que, na visão de Bittencourt, tem a sua narrativa estruturada, no conto de Fonseca, a partir de três alegorias que retratam a violência: a *dívida*, os *devedores* e a *cobrança*.

O quarto artigo deste volume, escrito por Denise S. M. Gondim (ENSP/Fiocruz) e Vânia Maria R. O. Tatagiba (UENF), apresenta um estudo sobre o imaginário da representação social do psicólogo que atua dentro dos hospitais. Por meio de um estudo de caso realizado no Hospital Ferreira Machado em Campos dos Goytacazes, R.J, as autoras abordam o lado social da atuação do psicólogo, enfatizando a construção social das representações produzidas por pacientes, acompanhantes e equipes multidisciplinares. Como esperado, trata-se de importante contribuição para o fortalecimento de uma abordagem social da atuação médica, diferentemente das abordagens técnicas que pouco estão interessadas na dimensão social da vida que faz do hospital um local de produção simbólica, de troca de informações e experiências culturais.

O bloco final de artigos deste volume é constituído por duas contribuições no campo da sociologia do trabalho. De formas diferentes e, de certa forma, complementares, os artigos de Felipe M. Almeida (UFG) e de Raíssa Ester M. Barros (UFCG) concentram-se sobre as contradições presentes na forma de construção do tempo livre nas sociedades capitalistas. Por meio do materialismo histórico dialético, Almeida disserta sobre a inexistência de tempo livre, o qual é compreendido a partir do conceito de consumo programado: o lazer, transformado em mercadoria, é incorporado ao capital e utilizado como elemento estruturante do sistema. Barros, por sua vez, compreende o tempo livre a partir do conceito de dignidade: um direito social básico do trabalhador enquanto ser humano. Com base em um diálogo com a sociologia do direito, a autora explora casos jurídicos nos quais a ideia de tempo livre foi tema de litígio.

Na seção de ensaios, Everton G. Costa (UFRGS) reflete sobre um tema recorrente na sociologia contemporânea: o embate entre o moderno, o pós-moderno e o anti-moderno. Na visão de Costa, *"a pós-modernidade não deve ser compreendida como um simples discurso de antimodernidade; o pós-moderno, antes de tudo, é um discurso que abre a possibilidade de pensarmos novos projetos de liberação política, projetos que respeitem e possibilitem a pluralidade e a emergência das diferenças, das identidades"*. Trata-se de um processo de abertura epistemológica que passa a configurar uma arena ampliada de debates; não deixa para trás completamente o projeto moderno, mas, talvez, aponte a existência de novas tendências teóricas que se configuram enquanto fundamento elementar do debate social contemporâneo. Fechando este volume, por fim, temos a resenha sobre o livro *Uniforme e trabalho no Vale do Aço*, apresentada por Fernanda C. Martins-Suarez (UFV).

Enfim, neste momento de crise a reflexão deve assumir posição de centralidade. As preocupações são muitas: o ataque ao estado democrático de direito no Brasil; massacres às populações LGBT nos Estados Unidos, com significativo levante homofóbico contra a diversidade e a diferença; ascensão da extrema direita no continente europeu politicamente materializada pelo referendun de saída do Reino Unido da Comunidade Europeia e elevação de líderes xenófobos e racistas, como no caso de Nigel Farage no UK e Donald Trump nos USA, à posição de protagonistas políticos. Nesse cenário, a reflexão cuidadosa e crítica é mais do que bem-vinda, é necessária.

Marcelo Fetz
Márcia B. F. Rodrigues
28/06/2016



O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB

Alessandro O. Soares¹
Rafael M. Taül²
Luciléia Colombo³

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de retomar a trajetória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) a partir do contexto da ditadura militar instaurada em 1964. Busca identificar alguns momentos centrais que vivenciou o partido no período: o seu nascimento com o sistema bipartidário imposto pelos militares; a dificuldade nos anos iniciais de se firmar como oposição; a virada do partido representada pela vitória nas eleições de 1974; e, por fim as reações do regime. Além disto, relacionar este fenômeno brasileiro à sua cultura política anti-partidária e antidemocrática. O bipartidarismo presente no regime militar de 1964 teria sido não apenas uma representação do autoritarismo político nacional, mas também a demonstração de que, no mais das vezes, este autoritarismo tem sido camuflado por signos aparentemente democráticos. Ainda que durante o regime de 1964 este mascaramento tenha ficado óbvio, é importante pensá-lo para trazer à tona a questão: há uma cultura política democrática em formação no Brasil, ou seguimos mantendo a democracia como simples ferramenta da engenharia política institucional, utilizada de forma instrumental para a eleição de “supostos representantes do povo”?

Palavras-Chave: Movimento Democrático Brasileiro MDB; Bipartidarismo; Ditadura Militar, Transição Democrática.

Recebido em 30/11/2015
Aceito para publicação em 29/05/2016

¹ Doutorando pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP/Universidade de Salamanca - USAL. Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo - USP. Docente na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

² Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/ University of Bristol - UK. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Docente na Escola Paulista de Direito – EPD. Integra atualmente o grupo de pesquisadores do Laboratório de Política e Governo (LabPol) da FCLAr – UNESP.

³ Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Foi pesquisadora-visitante na Università degli Studi di Firenze pelo Dipartimento di Scienze Politiche e Sociali - em Firenze, Itália. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Docente na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – UNESP. Integra atualmente o grupo de pesquisadores do Laboratório de Política e Governo (LabPol) da FCLAr – UNESP.

Brasil e o histórico de anti-partidarismo no Pensamento Político

Ao nos depararmos com a descrença atual da sociedade na política institucional e em seus partidos - como forma máxima da representação democrática - somos levados a crer que este seja um fenômeno nacional recente. Porém, grande parte da literatura vem demonstrando que o Brasil tem uma tradição de aversão à “cultura partidária” e às instituições políticas de maneira geral. Oliveira Vianna (1947) em *Problemas da Política Objetiva* elencou um conjunto de medidas do quadro partidário da Primeira República. O autor sustenta que os partidos políticos seriam instituições artificiais, tanto quanto as demais instituições políticas. Para Vianna (1947), os partidos políticos deveriam exercer uma articulação profunda com as classes sociais ligadas à estrutura produtiva da sociedade. Somente assim, teríamos as bases para uma efetiva democracia:

Numa verdadeira democracia, devem ter colaboração preponderante as classes econômicas, as classes que produzem e que, afinal, são também as que pagam: sem isto não há democracia possível. (...) Ora, em nossa democracia, o que vemos é justamente o contrário disto: ela se baseia em indivíduos - e não em classes; em indivíduos dissociados - e não em classes organizadas; e todo mal está nisto (VIANNA, 1947, p. 137-8).

No abismo existente entre Partidos Políticos e sociedade civil, os integrantes dos partidos brasileiros não seriam, então, mais que “*um bando, agitando-se em torno de um homem, de um caudilho*” (VIANNA, 1947, p. 149). Consequentemente, as associações aqui existentes não poderiam prosperar em seu sentido democrático. O próprio papel das elites seria questionável, pois o voluntarismo desempenhado por elas em formar partidos políticos diferentes dos então existentes no país não passaria de ingenuidade política. Além disso, esse era o erro apontado por Vianna (1947) para o Partido Democrático, fundado em 1926 e que então se apresentava como contraponto ao Partido Republicano Populista:

Um partido político, numa sociedade em que ainda não conseguiu operar a organização das suas classes econômicas, não pode deixar de ser senão uma organização artificial, tão artificial como as organizações que a precederam e, como tal, destinada, mais tarde ou mais cedo, ou a dissolver-se, ou a desviar-se dos seus objetivos superiores” (VIANNA, 1947, p. 140-1).

Ou seja, seria dever dos próprios cidadãos – distantes da política profissional - formar novas agremiações, organizadas em torno de ideais nobres, organizando, concomitantemente as classes produtivas da sociedade, base para a formação dos partidos políticos verdadeiramente representativos dos interesses do povo. Vianna (1947) acreditava nos princípios liberais e democráticos, mas seu ceticismo político girava em torno da transplantação de instituições liberais-democráticas para o Brasil, ainda não preparado para receber essa cultura partidária, existente em solos europeus. O seu anti-partidarismo era instrumental, assim como sua predileção para o regime autoritário. Assinalava características inerentes à política brasileira como o personalismo, o clientelismo e o “voto de cabresto”, ingredientes que incitaram Carvalho (2001) a traçar um histórico de nossa ideia de cidadania às avessas. Todos esses elementos confluíam, segundo Vianna (1947) para empecilhos significativos para o bom funcionamento dos partidos no Brasil, pela deformação do processo eleitoral e marcaria, definitivamente, o pensamento político brasileiro.

Desta forma, as mazelas da inconstante vida política brasileira estiveram desde sempre relacionadas à capacidade de superação dos problemas nacionais via desenvolvimento econômico. A subordinação das massas populares à industrialização e a urbanização nas estruturas do mundo rural em transformação, impediam a formação de partidos verdadeiros e a realização de eleições competitivas, visto que a importância da economia teria superado a todo o tempo a importância da Política e seu desenvolvimento. Com o fim da Primeira República e o início da era Vargas, a ênfase no desenvolvimento econômico predominava sobre o mundo político e as instituições criadas após a Revolução de 30 como o voto secreto, o voto feminino, a Justiça Eleitoral independente do Legislativo e do Executivo, novas modificações foram feitas pelo regime democrático inaugurado em 1946, como um sistema pluripartidário.

Estas transformações trouxeram, de certo modo, um sopro de esperança para o fortalecimento de uma cultura política democrática no Brasil. Apesar disto, ao invés de uma ruptura com as características autocráticas da política brasileira, no miolo da “redemocratização” continuou predominando a lógica “populista” – típica do nacional- desenvolvimentismo varguista, onde prevalecia a relação política líder-massa. Neste cenário, embora a sociedade civil tenha iniciado sua participação formal na política, o que prevalecia eram relações típicas da política brasileira: Paternalismo, personalismo e patrimonialismo. Autores como Weffort (1978) e Ianni (1968; 1989) assinalaram de maneira precisa as relações políticas deste momento e seus

anteriores nas obras em que analisaram a formação, a evolução e o colapso do populismo no Brasil até o golpe-militar de 1964.

A ditadura militar e a institucionalização do sistema bipartidário

A gênese e o desenvolvimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) vinculam-se a uma conjuntura política particular, a da experiência do golpe militar de 1964 que pôs fim ao período democrático instituído desde a Constituição de 1946. O primeiro fato marcante da conjuntura política de 1964 é o de que, embora o contexto fosse de exceção, não se abriu mão de maneira radical das instituições e práticas de caráter tipicamente democráticas, gerando, assim, uma contradição no funcionamento interno do próprio regime. Tal situação será uma determinante geral da forma de atuação de todos os atores políticos importantes da época, e, dentre eles, devemos citar o MDB.

Assim, o golpe militar de 1964, apesar de caracterizar um ato político de força e de desrespeito às instituições, não eliminou os mecanismos democráticos liberais até então vigentes. Manteve os Poderes Legislativo e Judiciário em funcionamento, mesmo violando constantemente as suas prerrogativas; não decretou de pronto a extinção da Constituição de 1946, mas desrespeitou o seu texto cada vez que emitia um Ato Institucional e seus complementos; continuou a implementar eleições periódicas para alguns cargos, sem, contudo, garantir ampla e irrestrita liberdade na atuação política (KINZO, 1988, p. 15).

Consideradas essas características do regime militar brasileiro, Mainwaring (2001, p. 122) faz o seguinte apontamento:⁴

(...) em comparação com as ditaduras militares da Argentina (especialmente entre 1976 e 1983), do Chile (1973-1984), a existência de partidos, legislaturas e eleições foram aspectos singulares do regime militar brasileiro. No Cone Sul, os militares foram implacavelmente hostis aos partidos, mas nas forças armadas brasileiras esse sentimento foi menos acentuado.

Esse hibridismo político, isto é, esse meio-termo entre a permanência de princípios e práticas democráticas e a desconsideração de seus preceitos básicos, pode encontrar diversas explicações, tais como indica Maria D'Alva Kinzo (1988, p. 17-20): o interesse de preservar uma boa imagem internacional do

⁴ Nessa ordem de ideias, ver também Keck (1991, p. 43).

País, o intuito de garantir espaço para os elementos civis que participaram do golpe e a necessidade de impor a coesão das próprias forças militares a partir dos procedimentos legitimadores democráticos.

Com esse pano de fundo, verificamos que o golpe militar não modifica a essência do sistema partidário ao iniciar o seu domínio político em 1964.⁵ Castelo Branco, o primeiro presidente militar do período, irá permitir a realização de eleições para 11 Estados da federação em 1965,⁶ enfrentando oposição interna dos militares da linha dura e também de civis, como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto.⁷ O resultado dessas eleições demonstrou-se “desastroso” na medida em que refletiu o quadro político partidário anterior ao golpe, qual seja, o domínio do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em detrimento de partidos conservadores como a União Democrática Nacional (UDN), que apoiou o golpe. Nos Estados da Guanabara e de Minas Gerais, por exemplo, a oposição PSD-PTB sai vitoriosa.⁸

Um dos objetivos do Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965, foi exatamente eliminar o fantasma dos velhos partidos reformistas e

⁵ Nesse sentido, Lamounier e Meneguello (1986, p. 61): “Convém lembrar que o sistema pluripartidário de 1945 não foi extinto, imediatamente pelas forças que empolgaram o poder em abril de 1964. Embora proclamando-se ‘revolucionário’, o novo regime manteve em vigor a legislação eleitoral e partidária então vigente, e a própria Constituição de 1946 modificada (...). Continuaram, pois, em atividade os 13 partidos então existentes, dois dos quais, a UDN e o PSD, já haviam inclusive escolhido seus candidatos à eleição presidencial programada para outubro de 1965 (Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, respectivamente)”.

⁶ A Constituição de cada Estado na época tinha competência para determinar a duração dos mandatos de governador. Nove Estados estipularam mandato de cinco anos, dentre eles Minas Gerais e Guanabara, enquanto outros estabeleceram o prazo de quatro anos. Por tal razão, não havia coincidência nas datas das eleições para governador. Nesse sentido, ver Nicolau (2012, p. 91-92).

⁷ Sobre esse ponto, afirma Kinzo (1988, p. 22-23): “A possibilidade de perder o importante cargo de governador para a oposição era a maior preocupação de Magalhães Pinto e Carlos Lacerda. Isso significaria sua perda de controle sobre as máquinas dos governos estaduais, que eram fundamentais para se assegurar a vitória da UDN nas eleições a serem realizadas em 1966”.

⁸ “Em ambos os casos, a vitória de políticos tradicionais do antigo PSD (apoiados por uma coalizão de centro-esquerda e ligados ao ex-presidente Kubitschek) foi percebida como uma perigosa arregimentação de forças ‘antirrevolucionárias’, desencadeando uma nova radicalização da linha dura nos quartéis. O desfecho foi o Ato Institucional n. 2, que em troca da posse dos eleitos cerceava de maneira substancial as intenções ainda civilistas do presidente Castelo Branco, praticamente impondo o nome do general Costa e Silva como candidato à sua sucessão; dava início a um novo ciclo de cassações e suspensões de direitos políticos; tornava indiretas as futuras eleições para os governos estaduais e para a Presidência da República, e, finalmente, extinguiu o velho sistema pluripartidário, determinando que em seu lugar fossem criadas duas organizações, que funcionariam provisoriamente como partidos” (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 64-65).

progressistas estampados nas siglas PSD e – principalmente – PTB. Esse novo Ato Institucional extinguiu os partidos até então existentes.⁹ Na sequência, o Ato Complementar n. 4 estabeleceu um sistema partidário compulsório segundo o qual dificilmente se poderia dar vida a mais de dois partidos.¹⁰ Aqui, então, encontramos a gênese do bipartidarismo e do Movimento Democrático Brasileiro.

Segundo Maria D’Alva G. Kinzo (1988, p. 28), a decretação do fim do pluripartidarismo segue esta linha de raciocínio:

(...) um sistema bipartidário (dada a rejeição do modelo de partido único devido às suas conotações negativas) constituía a única alternativa para se evitar a ressurreição dos antigos partidos sob diferentes siglas e, em particular, dos imbatíveis PSD e PTB, que os udenistas preferiam ver definitivamente enterrados.

Parece óbvio que o regime militar teria problemas sérios em aceitar as siglas políticas herdadas do período democrático pós-46; dessa maneira, a extinção dos partidos pelo Ato Institucional n. 2 estaria refletindo esse mal-estar dos militares. O interessante é que não ocorreu simplesmente a extinção dos antigos partidos, mas, sim, a configuração de um novo sistema partidário, do qual o regime esperava obter certo nível de legitimidade política e estabilidade para exercer o seu domínio autoritário ditatorial. De fato, os militares reafirmaram o hibridismo político do regime ao se proporem a aceitar um partido que desse sustentação ao governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – formada essencialmente por ex-membros da UDN –, e outro de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tendo de forma majoritária os deputados do PTB como membros fundadores.¹¹ Evitava-se, assim, um sistema de partido único.¹²

⁹ Art. 18. Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros.

¹⁰ Este Ato Complementar induziu a criação de organizações políticas a partir do próprio parlamento, conforme se observa em seu art. 1º, ao firmar que aos membros efetivos do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, caberá a iniciativa de promover a criação, dentro do prazo de 45 dias, de organizações que terão, nos termos do presente Ato, atribuições de partidos políticos enquanto estes não se constituírem.

¹¹ Consideradas as três maiores forças eleitorais do período, vemos que a ARENA recebeu 86 deputados da UDN, 78 do PSD e 38 do PTB, enquanto o MDB ficou com 75 deputados do PTB, 44 do PSD e 10 da UDN (MOTTA, 2008, p. 98).

¹² Sobre essa situação, diz Schmitt (2000, p. 32): “Se, por um lado, o regime autoritário queria evitar a criação de um sistema de partido único, por outro também não poderia reproduzir a alegada fragmentação partidária do período precedente. Restava então a alternativa do bipartidarismo, característico das democracias anglo-saxãs (Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo)”.

O MDB e a ARENA foram reconhecidos formalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral em 24 de março de 1966. Lembra Kinzo (1988, p. 30) que o termo “partido” não podia ser utilizado na nomenclatura devido à determinação do Ato Complementar n. 4, o qual aludia à formação de “organizações provisórias” para concorrer às eleições legislativas de 1966. O MDB, unindo um conjunto de forças que tendiam à oposição à ditadura, nascia com o sistema bipartidário imposto e era, portanto, um partido criado de cima para baixo.

Essa situação de remodelamento do sistema partidário foi também uma característica específica da ditadura brasileira e, de acordo com Mainwaring (2001, p. 122), somente a nossa conjuntura possibilitou tal tipo de manejo por parte dos agentes militares no poder, principalmente quando comparado com outros países da América do Sul:

Na Argentina, Uruguai e principalmente Chile, os militares não tinham como arregimentar um número suficiente de políticos civis para apoiar o regime autoritário, manter o Congresso funcionando e patrocinar eleições. No Chile, por exemplo, seria inimaginável que um deputado comunista ou socialista entrasse para um partido criado por militares. Mas no Brasil, o governo fomentou a criação de dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que apoiou o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido oficial de oposição.¹³

Em um ambiente no qual as liberdades democráticas não estão garantidas, o MDB nasceu como oposição artificialmente constituída. Nesse passo, pergunta-se: “*Que tipo de oposição os militares esperavam que surgisse?*”. Lamounier e Meneguello (1986, p. 66-67) tentam responder essa indagação:

Há quem diga que a implantação do bipartidarismo decorria de uma admiração ingênua do presidente Castelo Branco pelo modelo britânico, e há também quem veja nessa experiência uma tentativa de “mexicanização” e na ARENA o projeto brasileiro de um futuro PRI (Partido Revolucionário Institucional). A interpretação mais correta talvez seja a de um meio-termo entre essas duas ideias: uma oposição menos decorativa do que a mexicana, mas excluída do sistema, prática e simbolicamente, por meio de um mecanismo mais complexo do que a simples barreira legal ou repressiva. É relevante neste contexto a hipótese de Levite e Tarrow (1983) acerca da deslegitimação de partidos oposicionistas. (...) Para produzir efeitos substanciais, esse empreendimento de deslegitimar a oposição teria de granjear apoio mais efetivo junto ao eleitorado e à opinião pública, algo bastante difícil de acontecer dentro das

¹³ Ver também Kinzo (1988, p. 223).

Vemos, então, nessa explicação que o intuito da introdução de um sistema que contemplasse essencialmente dois partidos se dava na medida em que os militares imaginavam um efeito específico dessa nova sistemática política, qual fosse a existência concreta de uma oposição que pudesse dar uma faceta de legitimidade para o regime, porém que fosse fraca a ponto de não representar uma ameaça ao próprio domínio político militar.

Este arranjo institucional, compreendido a partir da visão de alguns estudiosos, seria a expressão de que, novamente, o processo de avanço nacional estaria sendo conduzido através de um processo de modernização conservadora¹⁴ (MOORE, 1966). Neste processo – como em 1937 de certo modo – o Estado estaria novamente assumindo a tarefa do “desenvolvimento nacional”, atuando como “árbitro de classes”, preenchendo o vácuo político aberto por uma crise hegemônica das elites político-econômicas e apropriando-se do ímpeto político débil de parte da massa que tentava, de algum modo, ocupar este espaço sob a liderança de uma esquerda desarticulada e de caráter vanguardista e elitista.

Estariamos vivendo novamente uma revolução passiva à Brasileira (WERNECK VIANNA, 1996). A tradição política autocrática estaria demonstrando, justamente no regime militar, com toda nitidez sua feição “democrática de fachada”, deixando claro que, tanto em regimes democráticos quanto ditatoriais, o autoritarismo estaria presente na cultura política nacional, porém sob o manto dos preceitos democrático-liberais. Em síntese, o bipartidarismo presente no regime militar teria institucionalmente uma oposição, porém de caráter figurativo e sob o símbolo da dissimulação. Sobre esse aspecto, Kinzo (1988, p. 29) afirma:

A intenção era, portanto, criar uma estrutura partidária organizada em termos de apoio – ou ausência deste – ao governo: agrupar em um único partido todos os membros do Congresso que endossassem as tendências políticas de sustentação do regime, e em um fraco partido de oposição as forças políticas

¹⁴ Ainda que diferentes nuances devam considerados entre estes conceitos, nos valem os deles de forma homogênea, uma vez que a intenção é a demonstração de que as transformações foram instituídas pelo alto, porém sob a aparência de um “pacto democrático” entre estado e sociedade civil.

*remanescentes.*¹⁵

Esse resultado parece ter sido alcançado por um período, pelo menos de 1966 até 1974. De fato, desde a sua formação, o MDB enfrentou um conjunto de dificuldades políticas não desprezíveis, o que enfraquecia o seu potencial político eleitoral. O primeiro dos problemas parece claro: ser um partido criado artificialmente por um poder ditatorial e ter que atuar como oposição em um período de exceção. Assim, o MDB, além de sofrer ataques por parte do governo a partir de ameaças, cassações e expurgos de seus membros,¹⁶ possuía a sua imagem geral deteriorada na opinião pública – ou era visto como um partido “subversivo” e “comunista”, contrário à ordem, o que parece ter sido mais comum nas regiões menos urbanizadas do interior do País, ou sofria o ataque por parte de setores urbanos que viam o partido como um instrumento de legitimação da dominação política militar (KINZO, 1988, p. 39). Motta (2008, p. 97) observa que, na década de 1960, um comentário irônico muito comum sobre o partido se referia à diferença entre o MDB e a ARENA: o primeiro seria o partido do “sim” e o segundo do “sim, senhor”.

Aparentemente, essa situação pesou no primeiro teste eleitoral do MDB. Nas eleições legislativas de 1966, o quadro geral foi o seguinte: a ARENA recebeu o percentual de 44,7% dos votos para o Senado, enquanto o MDB batia os 34,2%, em que os votos em branco e nulos perfaziam 21,2%. Nesse mesmo ano, para a Câmara Federal, a ARENA ficou com 50,5% dos votos, o MDB alcançou 28,4% e brancos e nulos totalizaram 21% (KINZO, 1988, p. 73).

Em 1970, o quadro das eleições indicava também um MDB fragilizado. Para se ter uma ideia, o partido obteve 28,6% dos votos no Senado contra 43,75% da ARENA e 27,7% dos brancos e nulos. Com isso, o MDB praticamente empatou com os votos em branco e nulos. Na Câmara Federal, o resultado foi ainda pior, pois o MDB recebeu 21,3% dos votos, a ARENA obteve 48,4% e brancos e nulos somaram 30,3%. Diante disso, verificamos que, em 1970, o partido conseguiu ser derrotado pelos votos brancos e nulos na Câmara Federal. A análise desse contexto crítico do MDB deve considerar a tensão pela qual o partido passou a partir do aumento da repressão das liberdades

¹⁵ No mesmo sentido, Motta (2008, p. 96) afirma que “o governo desejava um partido oposicionista manso, ‘bem comportado’, mas propenso a colaborar que a trabalhar como oposição efetiva. Por isto a tolerância oficial em relação ao MDB foi sempre relativa”.

¹⁶ Nessa ordem de ideias, Kinzo (1988, p. 38) assevera: “Devido à onda de expurgos de 1968 e 1969, a Comissão Executiva Nacional do MDB perdeu seis membros que tiveram seus mandatos cassados e seus direitos políticos suspensos pelo AI-5”.

com o Ato Institucional n. 5 de 1968. Isso levou o MDB a ter uma atuação moderada no período de 1969-1970, o que refletiu, evidentemente, nos resultados eleitorais, embora não tenha sido a única causa (KINZO, 1988, p. 129). Assim, o partido não foi capaz de representar uma opção de oposição aos olhos do eleitor.

A eleição de 1970 colocava claramente a oposição como o elo fraco na composição do sistema partidário, o que, como vimos, foi um dos objetivos da introdução do bipartidarismo com o AI-2. Podemos considerar que a derrota foi de fato tão forte que talvez pudesse deslegitimar o próprio sistema bipartidário, de modo que tal circunstância era também um problema para os militares. Para além de ter uma oposição fraca, o regime necessitava de uma oposição que existisse “efetivamente”, pois esse requisito era algo importante para a estabilidade do regime e a sua “legitimidade”, ou seja, *“uma oposição demasiadamente fraca não era de modo algum conveniente”* (KINZO, 1988, p. 136).

A virada política do MDB em 1974

Se a eleição de 1970 confirmou a perspectiva de uma oposição incapaz de ameaçar a frente militar, a de 1974 modificará esse cenário, comprovando que a pura manipulação jurídica do sistema político e a intervenção (moral, psicológica e física) nem sempre produzem os resultados objetivados. Os militares confirmaram a regra weberiana de que *“o resultado final da atividade política raramente corresponde à intenção original do agente. (...) e que, frequentemente, a relação entre o resultado final e a intenção primeira é simplesmente paradoxal”* (WEBER, 2011, p. 136).

As eleições de 1974 trouxeram os seguintes números: no Senado, a ARENA obteve 34,7% dos votos, o MDB chegou a 50% e votos nulos e em branco somaram 15,1%. Na Câmara Federal, por sua vez, a ARENA atingiu 40,9% dos votos, o MDB conseguiu 37,8%, sendo nulos e brancos 21,3%. Se considerarmos a votação nas Assembleias Estaduais, vemos que o MDB saiu de 22% em 1970 para 38,8% em 1974, praticamente empatando com a ARENA, que obteve 42,1% (KINZO, 1988, p. 73).

O MDB conseguiu assumir 44% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 30% no Senado. Neste último, o resultado refletiu de maneira inequívoca o sucesso eleitoral do partido, que obteve 16 das 22 cadeiras em disputa. Apesar de não ter se tornado maioria, a sua força política passou a ser um componente

importante no processo legislativo, já que, a partir de então, o governo não poderia mais sancionar emendas constitucionais sem o apoio de parte do partido, pois o quórum necessário para aprovação era de dois terços de ambas as casas parlamentares (KINZO, 1988, p. 163).

A partir de 1974, o MDB passa a ser uma força política relevante do ponto de vista eleitoral, circunstância que fugia ao esperado do sistema bipartidário imposto pelos militares, e muitos fatores determinaram essa mudança conjuntural. Desde a derrota de 1970, o MDB decidiu adotar uma nova postura, visando se identificar frente à opinião pública como um partido oposicionista (KINZO, 1988, p. 145). Aliás, é com essa perspectiva oposicionista que o partido irá lançar Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho como candidatos à presidência e vice-presidência da República em 1973 (KINZO, 1988, p. 146).¹⁷

Outro elemento que provavelmente refletiu no resultado eleitoral de 1974 foi a construção de um discurso político por parte do partido para atingir os eleitores. Nesse sentido, ressaltou-se a redação de um manual com o apoio do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), no qual foram especificadas as linhas argumentativas a serem seguidas pelos candidatos quando da crítica ao governo durante a campanha (KINZO, 1988, p. 155). Intelectuais uspianos que haviam sido aposentados compulsoriamente pelo AI5 se aproximaram do MDB através do CEBRAP. Ulisses Guimarães convidou Fernando Henrique Cardoso para a construção da plataforma política do partido em 1974. Esta aproximação fortaleceu de certa forma os laços entre o MDB e a sociedade civil. Estes intelectuais viam no CEBRAP uma “ilha de saber”, um dos poucos lugares – talvez o único - onde era possível realizar alguma teorização de crítica ao regime militar (LAHUERTA, 1999). Esta aproximação entre oposição e sociedade civil certamente contribuiu com os resultados positivos do MDB. Além disto, “*os candidatos foram também instruídos a obedecer à estratégia partidária, no sentido de enfatizar problemas relativos às políticas sociais, econômica e financeira do governo*” (KINZO, 1988, p. 155).

Além das novas atitudes tomadas pelo MDB, temos os problemas enfrentados pelo partido do governo. A ARENA teve apelo fraco em sua campanha, mal elaborada e baseada em “*vagas declarações de princípios econômicos e sociais*” (KINZO, 1988, p. 159). As divisões internas do partido parecem ter contribuído também para os resultados negativos da campanha no

¹⁷ Nesse sentido, ver também Motta (2008, p. 101).

período.¹⁸ Além disto, o enfraquecimento da economia e o fim do milagre econômico apontavam para um horizonte de cada vez maior desconfiança por parte da população que a princípio havia apoiado – ou pelo menos avalizado – o golpe.¹⁹

Do retrato traçado, vemos que, em 1974, o bipartidarismo produz um efeito inverso do esperado pelo governo militar. A ARENA começa a se tornar o partido fraco, enquanto o MDB se fortalece. O sistema bipartidário, a criatura, se volta contra o seu criador. Para Reis (2010, p. 66), os militares cometeram um erro de cálculo ao juntar toda a oposição em um único partido, pois isso gerou a simplificação das opções eleitorais, ajuste que se enquadrava bem “aos simplismos da visão política das parcelas populares majoritárias do eleitorado característica do populismo”.

Ao analisar esse processo, Lamounier e Meneguello (1986, p. 68) identificam entre as razões de tal situação o crescimento do eleitorado nas regiões urbanas e industrializadas do País:

... a base demográfica da competição eleitoral, na segunda metade dos anos sessenta, tornara-se muitíssimo mais favorável a partidos urbanos de oposição do que a vigente em 1945 ou mesmo nos anos 50. As elevadas taxas de crescimento da população, a rapidez da urbanização, e, sobretudo, a formação de gigantescas áreas metropolitanas tornavam extremamente improvável que o eleitorado, em sua maioria, viesse a compartilhar de maneira duradoura a frágil simbologia associada a esse propósito de deslegitimação. Mesmo no auge do “milagre”, as vitórias eleitorais da ARENA não puderam prescindir de pesadas doses de coerção, sob a forma de constrangimentos legais que limitavam a propaganda eleitoral, ou, mais diretamente, pelo cerceamento de candidaturas ou pela cassação de mandatos e suspensões de direitos políticos.

Kinzo (1988, p. 159) segue linha de análise similar, ao afirmar que, de 1966 a 1974, o apoio eleitoral do MDB aumenta expressivamente no Sul e

¹⁸ Sobre a derrota da ARENA em 1974, Kinzo (1988, p. 160) conclui: “Contrariamente ao MDB, que conseguira superar seus problemas internos e partira unido para a campanha eleitoral, a cúpula da ARENA foi incapaz de resolver as divergências provocadas pelo processo de nomeação dos governadores e seleção de candidatos para o Senado”.

¹⁹ Com o fim do milagre econômico a partir de 1973 veio à tona a desmistificação da ideia que relacionava o êxito da economia brasileira ao regime autoritário. Neste contexto, diferentes intelectuais passaram a construir formulações e interpretações que questionavam o êxito do regime militar nesta e em outras esferas, como nos avanços do âmbito educacional e na melhora nos índices e indicadores sociais.

Sudeste, regiões mais urbanizadas e industrializadas do País. Convém lembrar que, mesmo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, especificamente nos centros urbanos, o MDB tendencialmente tinha grande apoio do eleitorado no período. No entanto, a ARENA encontrava apoio forte nas cidades com menos de 30.000 habitantes, zonas tipicamente rurais e de pensamento predominantemente conservador, nas quais o personalismo político e as relações clientelísticas tinham prevalência.

O que se verifica a partir de 1974, então, é o fato de que os votos começaram a expressar uma desaprovação ao governo militar; assim, as eleições ganharam um caráter plebiscitário,²⁰ isto é, o voto era exercido contra ou a favor do governo, uma espécie de tudo ou nada.

As bases geográficas de apoio aos dois partidos exacerbaram os problemas do governo. O MDB obtinha melhores resultados nas grandes cidades, ao passo que a ARENA vencida nos pequenos municípios. Mas as cidades estavam crescendo com rapidez, de modo que, em médio prazo, as perspectivas eleitorais da ARENA não eram nada alentadoras (MAINWARING, 2001, p. 125).

Como nota Maria Victoria Benevides (1986, p. 02), 1974 é o ano da grande virada, pois o MDB “*consagra-se a encarnação da vitória popular, sobretudo nos centros urbanos, mais desenvolvidos, como também nas periferias pobres ‘modernas’*”. No mesmo sentido, acentua Reis (2002, p. 17):

Assim, servindo, por um lado, de principal expressão organizacional da oposição liberal ao regime, o MDB pôde também, aos poucos, atrair a lealdade dos setores populares urbanos e atuar como um denominador comum simbólico capaz de absorver os órfãos não só do antigo PTB, mas também do populismo paulista e dos demais partidos e movimentos que se dirigiam a tais vetores.

Reação do regime militar e o fim da experiência bipartidária brasileira

²⁰ Quanto a esse aspecto, Florestan Fernandes (1980, p. 214) diz: “*Trata-se de algo inconcebível: fazer uma modalidade extrema de despotismo institucionalizado passar pelo crivo do consenso, da delegação de poderes e da república democrática! (...) E que produziu na prática o que teria de ocorrer. Numa sociedade antagonica, a oposição consentida converteu-se, rapidamente, em canal de atualização, dinamização e multiplicação do veto da Nação ao regime esdríxulo*”.

A virada política de 1974 foi o sinal para os setores militares de que o seu sistema bipartidário com uma oposição consentida precisava ser modificado se quisessem manter certo padrão de domínio (KECK, 1991, p. 56). Tal situação política era realmente delicada. É preciso, todavia, agregar a esse cenário o aspecto econômico: a partir de 1973, a economia nacional sofrerá com o contexto de uma crise internacional do petróleo. Se um dos objetivos de Geisel – ao assumir o poder em 1974 – era realizar um “aperfeiçoamento democrático gradual e seguro”, isto é, uma gradual liberalização política com o controle militar, fazia-se necessário intervir.

Na área econômica, observa Lamounier (1989, p. 35), a resposta foi expansionista, com vistas à manutenção de altas taxas de crescimento, dando ênfase à substituição de importações de bens de capital e insumos básicos.²¹ No campo político, por sua vez, a resposta foi a intervenção contínua a partir de modificações das regras do jogo político institucional, bem como o retardamento da abertura expresso pela manutenção de mais uma candidatura militar à presidência da República em 1978 (General João Figueiredo) (LAMOUNIER, 1989, p. 34).

O primeiro exemplo de interferência legal por parte dos militares foi a aprovação pelo Congresso da Lei Falcão (referência ao autor do projeto, o Ministro da Justiça Armando Falcão), que restringia a participação dos candidatos nas eleições municipais de 1976. Ao estabelecer que a campanha eleitoral feita na televisão e no rádio seria realizada somente com a apresentação do nome dos candidatos, currículos e fotos, essa lei nitidamente atingia a oposição, na medida em que esta não poderia mais fazer considerações críticas ao governo durante o pleito,²² o que havia sido importante nas eleições de 1974.

No dia 1º de abril de 1977, em resposta à não aprovação pelo Congresso de uma Emenda Constitucional de Reforma do Poder Judiciário, Geisel, com base no AI-5, emitiu o Ato Complementar n. 102, que decretava o recesso do Poder Legislativo (KINZO, 1988, p. 181). Em seguida, o governo baixou um conjunto de atos que ficaram conhecidos como Pacote de Abril. As medidas adotadas modificavam as regras do sistema político de modo a desfavorecer o MDB. Dentre as alterações realizadas, estavam a imposição de eleições indiretas

²¹ De fato, a política de substituição de importações acabou gerando problemas na própria base social de apoio do governo, e os empresários passam a fazer críticas ao excesso de ingerência do Estado nos assuntos do setor privado. Nesse sentido, ver também Kinzo (1988, p. 184).

²² Lei n. 6.339, de 1º de julho de 1976.

para governadores de Estado e para um terço das cadeiras do Senado, extensão do mandato do presidente (a ser eleito de 5 para 6 anos), adoção das regras da Lei Falcão para as eleições legislativas, bem como a redução para maioria simples do quórum para a aprovação de emendas constitucionais pelo Congresso (KINZO, 1988, p. 182).

Posteriormente, preocupado com a possibilidade de derrota da ARENA nas eleições de 1978, o governo encorajou o debate sobre a criação de novos partidos visando atingir a unidade do MDB (KINZO, 1988, p. 206). Isso ajudou de fato a agravar os conflitos internos no partido. Entretanto, nenhuma alteração do quadro partidário foi feita para aquele pleito. A eleição de 1978 conferiu ao MDB 8 senadores contra 15 da ARENA, e, na Câmara Federal, a ARENA obteve 55% das cadeiras em disputa (KINZO, 1988, p. 201). Mesmo com maioria nas duas casas do Legislativo, o governo não foi capaz de alterar a tendência geral de enfraquecimento da ARENA, uma vez que, do ponto de vista do voto, por exemplo, o MDB recebeu 4,4 milhões a mais do que o partido do governo, obtendo maioria nas regiões mais populosas e urbanizadas do País (KINZO, 1988, p. 202). Em síntese, as modificações das regras do sistema político, bem como as intervenções que obstavam as candidaturas da oposição, funcionaram na medida em que garantiram a falta de representatividade popular nos órgãos estatais, uma vez que a quantidade de eleitos por cada partido não refletia a real força eleitoral.

Não tardou muito para os militares tomarem uma atitude radical frente ao quadro colocado. Em 22 de novembro de 1979, foi aprovada a reforma do sistema político que acabava com a ARENA e o MDB. A partir de então, todas as organizações políticas deveriam utilizar o termo “partido”. Agora, o governo revertia a decisão anterior, realizada por meio do AI-2, para mais uma vez garantir a sua supremacia política. Era o fim da experiência bipartidária brasileira – voltava o pluripartidarismo. O objetivo era evidente: o enfraquecimento da oposição com a sua pulverização em diversos partidos. Assim, tal medida contribuiu para a permanência do regime e o seu predomínio no cenário político (MOTTA, 2008, p. 105).

Reconhecendo a impopularidade da sigla, a ARENA muda a sua nomenclatura para Partido Democrático Social (PDS).²³ O MDB se transforma em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – agregando apenas o termo partido ao seu nome de origem. Quatro outros partidos são criados em

²³ Essa circunstância parece similar ao que irá acontecer com o Partido da Frente Liberal (PFL), que mudará o seu nome para Democratas (DEM) em 2007.

1980: o Partido Popular (PP), fundado por dissidentes da ARENA e moderados do MDB, sob liderança de Magalhães Pinto e Tancredo Neves; o Partido dos Trabalhadores (PT), criado por sindicalistas e setores de esquerda; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), estabelecido por Ivete Vargas; e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), instituído por Leonel Brizola (KINZO, 1988, p. 210).

Com o fim do bipartidarismo, verificou-se que 37 deputados deixaram a ARENA. Já o MDB perdeu 79 deputados, em que a maioria se filiou ao PP, acompanhando Tancredo Neves. Com esse fato, segundo a análise de Kinzo (1988, p. 210), havia o indicativo de que o PMDB teria uma caracterização mais de centro-esquerda, uma vez que a evasão no partido se deu pela ala conservadora. Como veremos a seguir, essa circunstância não se confirmou, tendo em vista que, em 1981, o PP se inviabiliza como partido em face das regras eleitorais introduzidas pelo Pacote de Novembro, de modo que os seus membros são reincorporados ao PMDB. Segundo Benevides (1986, p. 03), teria ocorrido uma “deformação mórbida” do PMDB, já que, com essa reincorporação do PP, o partido estaria realizando um pacto conservador que marcaria o seu futuro. Quanto ao PT e ao PDT, esses partidos atraíram poucos membros do MDB.

Após o restabelecimento do pluripartidarismo, a ditadura passou a se preocupar com a sucessão presidencial do ano de 1985. O Colégio Eleitoral que escolheria indiretamente o novo presidente sairia das eleições legislativas de 1982 (o Colégio Eleitoral era formado pelos membros do Congresso Nacional e por delegados das assembleias estaduais). O sucesso do governo na sucessão presidencial dependia, assim, da vitória eleitoral do PDS. Com o objetivo de aumentar as chances do partido do governo, foi editado o Pacote de Novembro de 1981, o qual proibiu as alianças partidárias, “*exigiu que todos os partidos lançassem candidatos a todos os cargos em disputa (isto é, governador de Estado, senador, deputados estaduais e federais, vereadores e prefeitos) e estabeleceu o voto vinculado, que obrigava o eleitor a escolher candidatos do mesmo partido para os diversos cargos, do nível local e nacional*” (KINZO, 1988, p. 211).

O governo tentava, dessa maneira, fragmentar completamente a oposição, inviabilizando as coligações e pressionando todos os partidos a lançarem candidatos. O efeito mais substancial do Pacote de Novembro foi a reincorporação do PP ao PMDB:

O pacote de novembro inviabilizou o Partido Popular, que, como

vimos, preparava-se para o papel de oposição confiável. Comandado pelo então senador Tancredo Neves, o PP tratou de reincorporar-se ao PMDB. Essa medida sem dúvida reduziu a excessiva vantagem que o pacote inicialmente conferia ao governo. Mas é também certo que esse ganho, ou redução da desvantagem, por parte das oposições, equivalia, num plano mais geral, a mais uma oportunidade perdida no que diz respeito aos impasses fundamentais do sistema político. É como se o gradualismo excessivo houvesse caído em sua própria armadilha. Caminhava-se, mais uma vez, para uma eleição pouco mais que bipartidária, como de fato se verificou em 1982. O fantasma plebiscitário que se quisera exorcizar com a reforma partidária de 1979 estava de volta, mas agora num contexto de aguda recessão, crescente desemprego e evidente agravamento das tensões sociais (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 78)

Vemos aqui, mais uma vez, que nem sempre a introdução de certas regras legais no sistema político produz os efeitos esperados por aqueles que as manipulam. O Pacote de Novembro, por exemplo, gerou a necessidade de unidade entre PMDB e PP.

Continuando com a sequência de alterações das regras do sistema político, em maio de 1982, o governo impõe novas mudanças: I. estabelece a exigência de dois terços para a aprovação de emendas constitucionais, limitando o poder de fogo de uma possível aliança oposicionista; II. altera o critério para composição do Colégio Eleitoral para as eleições presidenciais ao estabelecer que o número de delegados por Estado seja igual a seis, escolhidos entre os membros do partido com maioria no Legislativo Estadual. Ressalte-se que essa última modificação acaba com o critério de proporcionalidade entre o número de delegados e a população do Estado. O efeito buscado aqui é óbvio: *“como a oposição era particularmente forte nos Estados mais populosos do Sudeste, o governo reduziu as chances da oposição de reunir um número maior de delegados para o Colégio Eleitoral”* (KINZO, 1988, p. 213).

O resultado eleitoral de 1982 demonstrou que as modificações legais realizadas pelo governo surtiram efeito. Apesar de o PDS ter obtido 37,3% do total de votos, o partido conquistou o governo de 12 dos 22 Estados, 60% das cadeiras do Senado e 49% das cadeiras da Câmara Federal, conseguindo ainda maioria em treze assembleias estaduais (KINZO, 1988, p. 214). A desproporção entre os votos recebidos pelo PDS e as cadeiras conquistadas é evidente, sobretudo se observarmos que os partidos de oposição reuniram, ao todo, 52,5% dos votos, isto é, a maior parte da população votou contra o governo.

O PMDB sai dessas eleições como a principal força de oposição, após

conquistar 40% da votação total, obtendo 200 cadeiras para a Câmara Federal e vencendo em 9 Estados. A adoção do quórum de dois terços para a aprovação de emendas constitucionais pelo Congresso, que reverteu a medida tomada no Pacote de Abril, vai gerar também um efeito importante para o regime. Em 1984, o Congresso irá discutir uma emenda constitucional prevendo a eleição direta para presidente da República, proposta pelo deputado Dante de Oliveira do PMDB. O governo exerceu forte pressão sobre o PDS para a não aprovação do projeto. Enquanto na esfera do Poder Legislativo se discutia a questão, nas ruas a mobilização popular explodia a partir de grandes comícios que visavam influenciar a decisão dos legisladores. As *Diretas Já*, como ficou conhecido o movimento, reuniu milhares de pessoas em todo País de novembro de 1983 a abril de 1984. Para se ter uma ideia da magnitude do movimento, o último comício realizado no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, reuniu mais de 1,5 milhão de pessoas (REIS, 2014, p. 106). O objetivo político era claro: inviabilizar a sucessão presidencial via Colégio Eleitoral.

O partido protagonista das *Diretas Já* foi o PMDB, embora o movimento tenha reunido as mais diversas forças políticas da sociedade, como a CNBB, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, entre outras.²⁴ A grande novidade das *Diretas Já* era o fato de que o cenário político de luta tendia, pelo menos em parte, a se deslocar das instituições para as ruas. Era a prova inequívoca do descontentamento com o regime militar e da perspectiva de mudanças, dessa vez, de baixo para cima. Os desarranjos e efeitos colaterais suscitados por uma engenharia institucional que visava a continuidade dos militares no poder, unidos ao fim do ciclo do milagre econômico, levaram o regime a um patamar insustentável.

Em 25 de abril de 1984, a proposta de emenda constitucional que instituiu as eleições diretas foi colocada em votação na Câmara dos Deputados. Recebeu 298 votos a favor e 65 contra; assim, faltaram apenas 22 votos para que o projeto pudesse alcançar o quórum necessário de dois terços. Tivesse sido mantida a regra do Pacote de Abril para a aprovação de emendas, o governo poderia ter visto derrotada a sua posição, pelo menos na Câmara dos Deputados.

²⁴ “Os comícios transformam-se em grandes festas cívicas. Compareciam os líderes dos partidos de oposição, os presidentes de associações influentes como a ABI e a OAB, e, sobretudo, os mais populares jogadores de futebol, cantores e artistas de televisão. Músicas populares de protesto eram cantadas com acompanhamento da multidão, tudo sempre em perfeita ordem. As cores nacionais, o verde e o amarelo, tingiam roupas, faixas, bandeiras. A bandeira nacional foi recuperada como símbolo cívico. (...) Mais que tudo, o hino nacional foi revalorizado e reconquistado pelo povo” (CARVALHO, 2007, p. 189).

Não aprovada a emenda proposta por Dante de Oliveira, o PMDB decide competir à sucessão presidencial com Tancredo Neves, apoiado por grupos de dissidentes do PDS que estavam descontentes com a indicação do deputado Paulo Maluf para concorrer à presidência pelo partido (KINZO, 1988, p. 215). Esses dissidentes formaram o Partido da Frente Liberal (PFL) e fecharam chapa com o PMDB, indicando para o cargo de vice-presidente José Sarney, que fora presidente do PDS. Convém lembrar que Sarney filiou-se ao PMDB para concorrer na chapa como vice, uma vez que a legislação da época exigia que os candidatos a presidente e vice fossem do mesmo partido (REIS, 2014, p. 108).

A decisão do PMDB de competir pela presidência via Colégio Eleitoral configurou um aborto a qualquer mudança que pudesse ser impulsionada diretamente pelo movimento popular. Mais uma vez, a tradição de conciliação conservadora fazia-se presente no cenário brasileiro. Com efeito, o próprio PMDB ia ganhando a feição que o faria ser posteriormente um partido de caráter mais conservador.

Com 480 votos no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves foi eleito presidente em 15 de janeiro de 1985; entretanto, não chegou a ocupar a cadeira para a qual fora eleito, já que, pouco antes de sua posse, em 14 de março, adoece gravemente, falecendo em 21 de abril. Assim, é José Sarney que assumirá efetivamente a presidência da República. Os membros do PMDB, após aguardar anos pela possibilidade de ocupar o maior cargo público do País, tiveram que se contentar em ver um ex-líder do partido que deu sustentação ao regime militar, recém-filiado às suas fileiras, assumir tal posição.²⁵

A extinção do Colégio Eleitoral, tão esperada pelo movimento das *Diretas Já*, só ocorrerá a partir da Emenda Constitucional n. 25, de 15 de maio de 1985, que alterou o art. 74 da Carta de 1967, prevendo que presidente e vice seriam eleitos, simultaneamente, por sufrágio universal e voto direto e secreto em todo o País.

Conclusão

Diante dos fatos apontados, verifica-se que o regime militar tinha concentrado em suas mãos toda a capacidade de modificação das regras institucionais determinantes do jogo político. Assim, sempre buscando a

²⁵ “Assim, por ironia do destino, atestando o caráter ‘transicional’ do processo, foi um líder da ditadura, embora já dela dissidente, quem terminou presidindo a última fase da transição democrática. Sarney não era da oposição, mas se adaptou ao partido de adoção e à nova situação. A rigor, passara a vida em adaptações sucessivas” (REIS, 2014, p. 108).

manutenção de seu domínio, implementou em diversos momentos alterações no sistema político.²⁶ Todavia, nem sempre as alterações implementadas alcançaram o resultado almejado. O exemplo mais claro foi a criação do sistema bipartidário a partir de 1965-1966, no qual se buscava uma fórmula capaz de equacionar o problema de legitimidade do regime.

A institucionalização de um sistema bipartidário pelo governo ditatorial tinha como prioridade jogar no esquecimento o velho sistema pluripartidário existente desde 1946 e, com ele, todas as siglas de populares e reformistas que assustavam as elites. O segundo objetivo era criar uma sistemática que possibilitasse a existência de uma oposição fraca, mas que desse uma fachada de legitimidade ao regime. O MDB teria, assim, a ingrata função de atuar nesse “*simulacro de bipartidarismo*” (WEFFORT, 1984, p. 65). Contudo, o que se verifica é o fato de que a legitimidade do regime foi colocada em causa a partir do próprio MDB. Como um canal formal de oposição, o partido foi capaz de se desvencilhar, pelo menos em parte, das amarras do regime em certos momentos, de modo que passou a ameaçar a posição da supremacia militar.

Na medida em que o regime possibilitava, mesmo que de maneira limitada, o jogo democrático, isto é, o exercício do voto e a existência de um partido de oposição, em termos práticos e reais, evidentemente, tal situação poderia sair do previsível, e foi exatamente o que ocorreu nas eleições de 1974. O resultado apontou não só para um descontentamento do eleitorado, já perceptível pelos números de votos nulos e brancos registrados nas eleições anteriores, mas também para uma tendência de opção pelo partido de oposição. O MDB surge, assim, como um partido que efetivamente representa a insatisfação popular em relação ao regime e, mais do que isso, aparece na forma de uma oposição unitária.

Considerado o ambiente de ditadura militar, o dilema interno do MDB foi sempre o de como se comportar diante de sua missão de oposição. “*Daí a ambiguidade do partido, dividido entre adotar posturas de confronto ou de colaboração, dilacerado entre a vontade de cumprir seu compromisso democrático e o medo da repressão*” (MOTTA, 2008, p. 96). Segundo Keck (1991, p. 37), esse elemento de dúvida e hesitação do partido da oposição dará à transição política brasileira uma característica peculiar em face de outras conjunturas similares. Assim, o processo de transição não foi específico

²⁶ Segundo Keck (1991, p. 37-38), “*Os militares tentaram manter o controle sobre essas instituições através de uma variedade de leis e de atos institucionais e de mudanças nas regras eleitorais que favoreceram o partido que apoiava os militares – a ARENA, mais tarde o PDS*”.

somente por sua longa duração (1973-1989), mas também pela “cautela de que deram provas as forças dominantes de oposição ao regime autoritário”.

Diante de uma circunstância de deterioração do apoio social e da força eleitoral, o regime opta por intervir diversas vezes nas instituições jurídico-políticas, visando neutralizar o MDB e manter o máximo de tempo o *status quo* da ditadura e o predomínio do partido que lhe dá sustentação no parlamento. Quatro movimentos são decisivos quanto a isso: o Pacote de Abril de 1977; o fim do sistema bipartidário em 1979; o Pacote de Novembro de 1981; e as modificações constitucionais de maio de 1982. Com efeito, o processo de abertura foi estendido tanto quanto possível, de modo que até o último segundo o governo segurou de maneira artificial a sua maioria no Poder Legislativo Federal e nos Estados, já que essas maiorias eram completamente desproporcionais à sua real força político-social.

O MDB, por sua vez, conseguiu se afirmar com a imagem de oposição; por isso, quando o sistema bipartidário foi extinto pelo regime, o partido insistiu em manter a sua nomenclatura e colocou apenas a palavra “partido” antes da designação já existente. O significado disso foi claro: o MDB havia ganhado legitimidade popular, e a sigla representava um capital político importante. O pluripartidarismo, entretanto, fará com que o PMDB adquira outras feições no período posterior a 1988, perdendo boa parte de seu caráter mais progressista obtido ao longo do período ditatorial.

Referências

- BENEVIDES, Maria Victória. Ai que saudade do MDB! **Lua Nova**, São Paulo, n. 1, v. 3, jun. 1986. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451986000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 de maio de 2014.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- _____. **A cidadania no Brasil: o longo caminho**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. [1º edição de 1968).

- IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- KECK, Margaret K. **PT – a lógica da diferença**. O partido dos trabalhadores na construção da democracia. Trad. Maria Lucia Montes. São Paulo: Ática, 1991.
- KINZO, Maria D'alva G. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. Trad. Heloisa Perrone Attuy. São Paulo: Vértice, 1988.
- MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias – o caso do Brasil**. Trad. Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto; São Paulo: FGV, 2001.
- MOORE JR., Barrington. **Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World**. Harmondsworth, Penguin, 1966
- LAHUERTA, M. **Intelectuais e transição: entre a política e a profissão** (Tese de doutorado em Ciência Política), USP, SP, 1999
- LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90**. São Paulo: Loyola, 1989.
- LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática – o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- REIS, Fábio Wanderley. Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros. **Novos Estudos – CEBRAP**, n. 87, p. 61-75, jul. 2010.
- REIS, Daniel Aarão. A vida política: entre ditadura e democracia – da modernização conservadora ao reformismo moderado, 1960-2010. In: REIS, Daniel Aarão (Coord.). **Modernização, ditadura e democracia – 1964-2010**. São Paulo: Objetiva, 2014.
- REIS, Fábio Wanderley. **Tempo presente: do MDB a FHC**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 18. ed. Trad. Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2011.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Problemas de política objetiva**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.
- VIANNA, L. W. **Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira**. Dados, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. , 1996 .
- WEFFORT, Francisco C. **Por que democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WEFFORT, Francisco C. **O Populismo na Política Brasileira**, Paz e Terra, São Paulo, 1978.

ABSTRACT

The intention of this article is to retake the Brazilian Democratic Movement (MDB) trajectory through the 1964' military coup context. We reach to identify some central aspects experienced by the party: from its creation as a bipartisan party by the militarism imposition; the difficulties during the initial period as an opposition movement; the turning represented by the 1974' winning elections; and at last by the regime reactions. Furthermore, we relate this phenomenon with the Brazilian anti-democratic and anti-partisanship political culture. The 1964' bipartisanship would be not just the national political authoritarianism representation, but also the demonstration that this authoritarianism has been disguised by signals apparently democratic. Despite the fact that during the 1964' dictatorship this disguise became obvious, it is important to think about the follow question: Is there a democratic political culture emerging in Brazil or we keep maintaining the democracy as a simple institutional political engineering apparatus, used in an instrumental way for electing the “suppose people representatives”?

Keywords: Brazilian Democratic Movement – MDB; Bipartisanship; Military Coup; Democratic Transition.



A construção da “hegemonia” neoliberal no Brasil

Marco A. B. Paccola¹

RESUMO

Este artigo busca compreender como o modelo político-econômico neoliberal operou a constituição de sua “Hegemonia” no Brasil a partir do final do século XX. Relacionando as mudanças na estrutura da sociedade internacional e nacional, as transformações nos grupos dominantes e a consolidação do modelo neoliberal no Brasil, o artigo aborda o contexto histórico do neoliberalismo no Brasil. Para isso, retoma a discussão do conceito de hegemonia em Gramsci, transpondo-o para a realidade política brasileira.

Palavras-Chave: Hegemonia, Neoliberalismo, Divisão Internacional do Trabalho.

Recebido em 07/04/2015
Aceito para publicação em 08/06/2016

Introdução

A partir do final da década de 70, as principais economias do ocidente iniciaram um processo de transformação de suas plataformas político-econômicas. O processo que desembocaria na ascensão política da ideologia neoliberal sobre os Estados ocidentais e que posteriormente seria difundido para grande parte dos países de todo o mundo tem início com a eleição de Margaret Thatcher em 1979, como primeira ministra Inglesa, e Ronald Reagan, em 1981, para a presidência dos Estados Unidos da América. A ascensão política do neoliberalismo é, contudo, o desfecho de um longo processo de transformação da própria estrutura das sociedades ocidentais, as conquistas neoliberais no campo da política são o reflexo deste processo, coroado pela conquista da sociedade civil e política no mundo ocidental.

Este artigo busca reconstruir o processo de consolidação do modelo político-

¹ Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Unesp/Marília/SP. E-mail para contato: marcopaccola@hotmail.com.

econômico neoliberal no Brasil a partir da reestruturação do contexto internacional. A adequação do país a este modelo guardou profundas divergências em relação ao processo observado nos países centrais, e foram determinadas pelas particularidades da formação política, econômica e social brasileira, que influenciaram decisivamente as relações das classes envolvidas neste processo. Sobre este contexto, erigiu-se um tipo particular de “aliança” entre setores das classes dominantes no país, que se mostrou necessário a implantação do projeto neoliberal.

Entender este processo e como os agentes e interesses se manifestaram na sua consolidação, torna-se de suma importância para a compreensão da realidade brasileira e principalmente para a construção de uma crítica capaz de apontar os limites do modelo neoliberal e, sobretudo, capaz de apontar os obstáculos impostos pela conformação histórica da estrutura de classes no Brasil ao desenvolvimento do país.

A análise divide-se em quatro tópicos e considerações finais. No primeiro, busca-se elucidar o conceito de Hegemonia segundo a teoria Gramsciana. Pretende-se desconstruir alguns erros interpretativos com relação à oposição entre estrutura e superestrutura, relacionados à teoria Gramsciana, que indicariam uma contraposição ao Marxismo. No segundo tópico, apontamos para a transformação do contexto político-econômico internacional e a ascensão do modelo neoliberal nos países centrais do sistema capitalista. Em seguida, buscamos relacionar estas mudanças no contexto internacional a uma reestruturação da esfera produtiva em escala global, que culminaria na transformação da divisão internacional do trabalho para uma nova etapa dentro do modo de produção capitalista. Finalmente, o tópico quatro pretende analisar como este processo se realizou dentro do contexto brasileiro, considerando as relações entre os grupos e classes presentes e como o neoliberalismo procurou adaptar-se à realidade brasileira, manejando com as contradições existentes no seio desta sociedade para consolidar seu projeto político-econômico.

O conceito de Hegemonia em Gramsci

Partindo da divisão metodológica da sociedade entre Estrutura e Superestrutura realizada por Marx, Gramsci estabelece o conceito de hegemonia como sendo a constituição de um domínio sob a direção ideológica da sociedade, através do controle da sociedade civil, conquistado por uma

determinada classe. A classe dirigente difunde sua concepção de mundo, por meio do controle da sociedade civil, a ponto de torná-la senso comum entre os demais grupos sociais, enrijecendo a sua ideologia como única e dominante no contexto desta sociedade.

Para constituir uma hegemonia, contudo, pressupõe-se que a classe dirigente possua a predominância sobre o âmbito econômico, ou seja, que a classe que visa obter o domínio sob a sociedade civil necessita, antes disso, assegurar a sua predominância como classe econômica “fundamental” desta sociedade. Gramsci não pressupõe a autonomia da Superestrutura sobre a Estrutura, em oposição à teoria Marxiana. Ao invés disso ressalta que para obter o controle sobre a sociedade civil e constituir uma hegemonia, ou seja, dominar a Superestrutura, a classe deve antes assegurar a sua predominância sobre a economia, ou seja, a Estrutura. O erro da interpretação consiste em não perceber que, ao contrário de Marx, que classifica a superestrutura como sendo formada pelo Estado e sua ideologia, enquanto situa a sociedade civil no âmbito estrutural, Gramsci considera a sociedade civil como uma parte da superestrutura, responsável por realizar a intermediação entre Estrutura e Superestrutura, por isso remete tanta importância a ela (COUTINHO, 1992, p. 127-129). Para Gramsci, ambos os campos são determinantes. O campo estrutural concebe a superestrutura como um reflexo de si mesmo em um primeiro momento, posteriormente a consolidação desta ideologia erigida na estrutura no campo superestrutural torna-se fundamental para o desenvolvimento da própria base material, sem o qual a estrutura pode ter o seu desenvolvimento limitado ou mitigado por distúrbios na base intelectual, a superestrutura. A história esta repleta de exemplos de revoluções que atingiram inicialmente a ruptura hegemônica na Superestrutura, para, a partir dela, processar as mudanças no âmbito Estrutural da sociedade. Podemos citar como exemplo os casos da Revolução Russa e Cubana.

Apesar de constituir-se como uma condição necessária, a dominação material não é por si só suficiente para estabelecer uma hegemonia. É preciso ainda que a classe dirigente possua uma concepção de mundo já estruturada que possa substituir a ideologia até então dominante. Caso isto não ocorra, a classe “fundamental” da estrutura pode ter o seu domínio sobre a sociedade contrabalanceado pela classe que detiver o controle sobre a superestrutura (COUTINHO 1992. p. 121). Desta forma, a constituição de uma hegemonia torna-se improvável ou superficial, uma vez que o controle sobre a estrutura e a superestrutura esta separado entre mais de uma classe. Neste caso se estabelece um confronto, pois de um lado encontra-se a classe economicamente dominante,

forçando a substituição da ideologia hegemônica pela sua própria ideologia, de outro a classe que detém o controle hegemônico da sociedade civil, lutando para manter seus benefícios e posição na hierarquia social. O domínio de uma determinada classe sobre toda a sociedade constitui-se quando esta possui a primazia tanto no âmbito da estrutura quanto no âmbito da superestrutura. Lembrando sempre que uma hegemonia, por mais forte que seja, nunca é total, nunca uma classe pode impor sua concepção de mundo sobre todas as outras. A nobreza pôde barganhar diversas concessões da classe burguesa durante a revolução capitalista, pois mantinha uma forte influência sobre a superestrutura, apesar de já não possuir o domínio sobre a base material, “estrutural”, da sociedade. Isto ocorre porque, para Gramsci, sociedade civil e sociedade política formam a superestrutura, enquanto a base material constitui a estrutura da sociedade. Esta separação entre sociedade civil e estrutura é o que possibilita a divisão do domínio sobre uma sociedade.

(...) a superestrutura em Gramsci não se esgota na sociedade civil, pois a Superestrutura é igual à sociedade política mais a sociedade civil, ou hegemonia reforçada pela coerção. É a sociedade política que desenvolve as funções de ditadura, coerção e dominação, por meio dos aparelhos coercitivos e repressivos, enquanto a sociedade civil tem as funções de hegemonia, consenso e direção, mediante os aparelhos privados de hegemonia (VIOLIN, 2006, p.8).

Isto nos leva a outro ponto do conceito de hegemonia em Gramsci, que diz respeito à ordenação dos “grupos sociais” dentro da Hegemonia em uma dada sociedade. Segundo Gramsci, em uma sociedade na qual determinada hegemonia esteja estabelecida pressupõe-se a existência de uma classe “fundamental” ou dirigente, classes subalternas e classes excluídas. A classe dirigente é responsável por determinar e difundir a ideologia hegemônica, função que ela desempenha por meio de seus intelectuais. Além disso, ela possui a primazia também sobre a economia, determinando prioritariamente o desenvolvimento econômico da sociedade. As classes subalternas são “aliadas” da classe hegemônica no sentido de que, apesar de não possuírem o controle sobre os processos econômico e ideológico, estas classes aderem à hegemonia da classe dirigente conferindo legitimidade a esta, em contrapartida, podem influenciar a direção da classe fundamental e recebem ainda concessões por parte da classe dirigente, sejam elas econômicas ou ideológicas. O papel das classes subalternas é vital para a manutenção da hegemonia, uma vez que, apesar

de estarem sujeitas a dominação econômica da classe dirigente, a adesão destas classes à ideologia hegemônica não se realiza de forma automática, esta adesão é fruto dos benefícios que podem ser extraídos de tal subserviência, numa tentativa de alcançar, ou, em alguns casos, preservar condições materiais próximas às da classe dirigente. Para garantir a “absorção” das classes subalternas, a classe dirigente deve pesar os seus interesses na tomada de decisões, conquanto que estes não se oponham ou interfiram em seus próprios interesses. Por fim, existem num sistema hegemônico, as classes excluídas, as quais não fazem parte das concessões da classe dirigente e que se opõem aos interesses desta.

A hegemonia permeia todas as classes neste sistema, entretanto com níveis de adesão diferenciados, mesmo as classes que se opõem à hegemonia possuem traços característicos desta. É claro que, assim como uma hegemonia nunca é total sobre uma sociedade, ela também pode sofrer pressões por parte dos grupos sociais excluídos, uma vez que o conceito de hegemonia se enquadra dentro do conceito de Luta de classes, existe sempre a possibilidade de as classes excluídas lograrem êxito em disputas com a classe dirigente, apesar de estas disputas em um sistema hegemônico serem extremamente desiguais (GRAMSCI, 2002, p. 138-140).

A Hegemonia, portanto, segundo o conceito Gramsciano, pressupõe a disseminação das ideias de uma determinada classe, estabelecendo um relativo consenso social sobre a sociedade civil, capaz de dar suporte à dominação de determinada classe no âmbito estrutural. O domínio das ideias de uma determinada classe na sociedade civil possibilita a esta estabelecer condutas aos demais grupos através da persuasão e não da coerção.

O amanhecer do neoliberalismo

Após o final da segunda guerra mundial, o contexto político-econômico internacional passa por significativas mudanças, a consolidação dos Estados Unidos como a maior potência ocidental e a repartição do mundo sobre uma ordem bipolar, baseada na dicotomia entre modelos estritamente opostos, a saber, economias centralmente planejadas, baseadas no modelo Soviético, e economias de mercado, afetaram substancialmente o direcionamento político-econômico dos demais países. Observou-se no mundo ocidental, a predominância do modelo de economia de mercado, mas com profunda intervenção estatal no planejamento da economia. O principal difusor deste

modelo foi o Plano Marshall, um pacote econômico que contou com a direção dos Estados Unidos e visava à reconstrução da economia dos países afetados pela guerra, mas que influenciou todo o sistema econômico internacional. No Brasil, este modelo de economia de mercado com planejamento estatal foi aplicado pelo Estado Nacional Desenvolvimentista através do modelo de substituição de importações (PEREIRA & DINIZ, 2009, p. 83). Desde a década de 1930, o país vinha consolidando o modelo de desenvolvimento econômico pautado no fortalecimento do mercado interno, com participação do empresariado nacional, e, sobretudo, do Estado na categoria de investidor. Contudo, o país não foi capaz de superar a dependência com relação ao financiamento e à tecnologia importadas do setor externo, o que determinou um profundo estrangulamento da balança de pagamentos a partir da década de 1970, culminando na crise da dívida externa brasileira e substituição do modelo de desenvolvimento nacional.

Esta substituição teve início já na década de 1970, quando o modelo desenvolvimentista começa a entrar em crise e a dar sinais de esgotamento em âmbito mundial. As crises da década de 1970, desencadeadas principalmente pelos choques do petróleo em 1973 e 1979, foram responsáveis por dar início à substituição do modelo na Europa e nos Estados Unidos. A década seguinte, 1980, foi marcada por diversas crises econômicas internacionais que abalaram praticamente todos os países em desenvolvimento. A abrupta elevação das taxas de juros internacionais, determinada pelos Estados Unidos como resposta à crise do petróleo de 1979 e o grande montante de empréstimos tomados a juros pós-fixados pelos países da América Latina, determinaram um estrangulamento de seus balanços de pagamentos e a impossibilidade de levar adiante o modelo de desenvolvimento que vinha se processando (OLIVEIRA, 1977, p. 86).

A partir da crise dos anos 1980, o modelo neoliberal, que já estava amplamente difundido nas economias centrais do ocidente, começa a ganhar força dentro dos países da América Latina. No Brasil, com a gradual abertura política a partir do final da década de 1970, se reacendem as discussões acerca dos modelos de desenvolvimento possíveis para o país. Com a impossibilidade de se retomar o modelo do período anterior e a dificuldade em se estabilizar a economia do país, a doutrina neoliberal começa a ocupar espaço nas forças políticas nacionais. O fracasso dos planos econômicos lançados neste período, com a tentativa de estabilizar a economia e principalmente controlar a inflação, evidenciou ainda mais o esgotamento do modelo desenvolvimentista (PEREIRA & DINIZ, 2009, p. 85-87). Paralelamente, o colapso do bloco socialista, em 1989, favoreceu a ascensão do neoliberalismo como único

caminho possível aos países que se encontravam em crise.

Apesar da transição democrática ter sido realizada sem a ruptura do bloco político que influenciava as políticas econômicas no período da ditadura, ou seja, sem o alijamento das ideias que sustentavam o modelo desenvolvimentista, não tardou para que o modelo neoliberal tomasse as rédeas da política nacional. Isto porque a estratégia implementada logo após a redemocratização do país não foi capaz de estabilizar a economia e retomar o crescimento. A ideologia neoliberal que há algum tempo já se ocupava de consolidar-se sobre certos grupos sociais de importância econômica, entre eles os setores exportadores e o setor financeiro, aproveitou-se do momento propício para dar início ao processo de transição na política nacional.

(...) seria errôneo atribuir as vitórias das candidaturas neoliberais em 1989 e em 1994 apenas à manipulação do processo eleitoral. No nosso entender, essas vitórias são um indicador de que estamos assistindo a um processo – mais amplo e mais complexo do que o próprio processo eleitoral – de constituição de uma nova hegemonia burguesa no Brasil: a hegemonia das concepções e das propostas políticas neoliberais (BOITO, 1996, p. 80).

Esta conquista política, entretanto, não foi um processo desvinculado da realidade orgânica do país, ela foi o reflexo de uma reconfiguração na estrutura da sociedade brasileira, a qual substituiu gradualmente o modelo desenvolvimentista pelo neoliberalismo, passando invariavelmente pela reconfiguração da estrutura de classes dentro do país. Os grandes conglomerados econômicos do setor financeiro, que desde o início da década de 1980 se fortaleciam no cenário internacional com a reestruturação das economias centrais e a mudança do paradigma econômico mundial, passaram a pressionar os países periféricos no sentido da adesão ao modelo neoliberal, por outro lado, aliaram-se a grupos econômicos nacionais reforçando o viés neoliberal (PEREIRA & DINIZ, 2009, p. 86).

Este processo de edificação do modelo neoliberal, que se iniciou em meados da década de 1980, a partir da difusão deste modelo em diversos setores da economia brasileira, obteve seu coroamento em 1991, com a reestruturação do governo Collor.

Em 1991, com o início do segundo governo Collor, ou seja, com a mudança geral do ministério que ocorre e, especialmente, com a mudança da equipe econômica, a nova coalizão política liberal,

conservadora e cosmopolita que estava formando-se desde o fracasso do Plano Cruzado, chega ao poder. A partir de então, o país estará sob o domínio do pacto liberal-dependente. Dele passam também a ser excluídos os empresários industriais e a burocracia pública que, entre 1930 e 1986, haviam sido as duas principais classes dirigentes (PEREIRA, 2007, p. 26).

Após a reestruturação do governo Collor, o país assina um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1991, por meio do qual se sujeita a cumprir as exigências estabelecidas por esta instituição como contrapartida ao empréstimo financeiro. O acordo submete o Estado brasileiro ao projeto político-econômico neoliberal, impondo uma dura austeridade à economia nacional acompanhada de rígidas metas fiscais ao Estado e pressões para desregulamentação do mercado interno, compostas pelas diretrizes estabelecidas pelo Consenso de Washington².

A nova divisão internacional do trabalho e o neoliberalismo

Estas conquistas do neoliberalismo no âmbito político nacional estão ligadas obviamente a movimentos no âmbito da estrutura, no âmbito econômico da sociedade, ou seja, como o próprio Gramsci afirma, as mudanças superestruturais possuem uma natureza orgânica. A grande difusão do modelo neoliberal ao redor do mundo e a sua rápida implantação em diversos países indicam profundas transformações dentro da estrutura das sociedades. Sendo assim, cabe analisarmos quais foram as transformações que ocorreram no âmbito estrutural que acarretaram estas modificações.

O neoliberalismo representa uma nova configuração da divisão internacional do trabalho, ele substitui a antiga hierarquia baseada principalmente nas trocas entre países produtores de bens manufaturados de alta tecnologia, países produtores de bens manufaturados de média e baixa tecnologia e de matérias primas e commodities. Por uma nova configuração, porém sem a ruptura da relação de dependência estabelecida por parte dos países periféricos ou em desenvolvimento e os países centrais ou desenvolvidos. A nova conjuntura esta baseada na separação entre os países centrais, detentores do grande capital, que atuam como investidores no mercado internacional

² Série de reuniões entre economistas do FMI, do Bird e do Tesouro Americano, realizadas durante o início dos anos 1990 em Washington D.C, através das quais se estabeleceu uma série de recomendações aos países em desenvolvimento como forma de solucionar a crise fiscal dos anos 1980. (SANDRONI, 2010, p.179).

através dos Investimentos estrangeiros diretos (IED), além de permanecerem como os principais produtores de tecnologias e modelos organizacionais para as cadeias produtivas internacionais; os países semiperiféricos, principais produtores de manufaturas em geral; e os países periféricos, fornecedores de matérias-primas (POCHMMAN, 2001, p. 13).

A principal distinção deste sistema para o anterior reside na ascensão do capital financeiro, que passa a ocupar um papel primordial no processo de acumulação capitalista a partir de então, protagonizando, ao lado das grandes corporações transnacionais, o principal setor da economia capitalista na atualidade. Os países centrais conservaram, portanto, o monopólio dos processos de produção tecnológica e logística produtiva, aliados ao novo epicentro da economia mundial, o capital financeiro, concentrado pelos grandes bancos e empresas desses países.

Estas reconfigurações do padrão de acumulação capitalista a nível mundial estabeleceram reajustes no seio das classes dominantes, a burguesia financeira elevou-se ao posto mais alto do direcionamento das políticas econômicas nos países centrais, expandindo suas políticas, posteriormente, ao maior número de países possíveis, dentre eles o Brasil e grande parte da América Latina. Esta classe, ou fração de classe, tomou as rédeas do processo de acumulação capitalista nesta nova etapa do seu desenvolvimento, constituindo-se, a partir de então, na fração de classe dirigente do “*bloco político ideológico*” (PEREIRA & DINIZ 2009. p. 89).

Além do capital financeiro, as relações de dependência entre os países periféricos e centrais na nova divisão internacional do trabalho se realizam através das empresas transnacionais. Com a flexibilização dos fluxos de capitais e a maior liberalização dos mercados, a expansão das cadeias produtivas dessas empresas para os países periféricos, que no Brasil se intensificou a partir da década de 1950, consolida a preponderância do capital externo também sob o processo produtivo realizado dentro dos países periféricos, estabelecendo um domínio horizontal sob a cadeia de valor gerada pelo processo produtivo, constituída pelo: capital financeiro, tecnologia e logística e produção.

[...] a globalização mudou a importância relativa dos fatores geradores de interdependência. De modo mais preciso, notamos os seguintes fatos:

- *O investimento internacional domina a internacionalização, mais do que as trocas o fazem, e portanto molda as estruturas que predominam na produção e no intercâmbio dos bens e serviços.*

- *Os fluxos de trocas intrafirmas vêm adquirindo peso cada vez maior.*
- *O investimento internacional é claramente fortalecido pela globalização das instituições bancárias e financeiras cujo efeito é facilitar as fusões e aquisições transnacionais.*
- *Ao lado dos meios anteriores de transferência internacional de tecnologia, tais como a concessão de franquias e o comércio de patentes, apareceram novas modalidades para acordos interempresas quanto à tecnologia que, frequentemente, se tornaram o principal meio para as empresas e o país terem acesso a novos conhecimentos e às tecnologias-chave (CHESNAIS, 1995, p. 5).*

O neoliberalismo constitui-se, assim, no modelo político referente à nova conjuntura econômica da estrutura. E a sua implantação nos países da América Latina, inclusive no Brasil, significou a predominância desta conjuntura nestes países.

Grupos Sociais e a Hegemonia neoliberal no Brasil

O neoliberalismo no Brasil foi claramente um modelo político importado dos países centrais, não sendo, portanto, um modelo projetado com relação às especificidades nacionais. A implantação deste modelo na América Latina possui objetivos muito bem definidos. Em primeiro lugar, o ajuste monetário e fiscal, que possibilitaria a estes países o pagamento, ou ao menos a rolagem, de suas dívidas públicas. E a desregulamentação econômica e dos fluxos financeiros, possibilitando uma maior abertura de seus mercados e maior liberdade aos fluxos de capitais. Como o capital financeiro e as grandes empresas transnacionais já haviam logrado estabelecer sua predominância nos países centrais, estes tornam-se os maiores difusores do modelo neoliberal para o restante do mundo.

O modelo aplicado pelos países centrais surge como um modelo em oposição ao “Estado de Bem-estar³” que estava em crise, visando principalmente a diminuição dos gastos do Estado, privatizações e uma reforma

³ Sistema econômico de livre mercado, porém com ativa participação do Estado através de uma progressiva política fiscal capaz de garantir benefícios sociais mínimos como: moradia, saúde, previdência social, educação, seguro desemprego etc. Após a Segunda Guerra Mundial, a reconstrução da economia europeia buscou a implantação deste modelo em seu território, paradigma que viria a ser alterado com a ascensão do neoliberalismo a partir da década de 1980 (SANDRONI, Paulo. op. cit. 2010).

tributária. Nos países periféricos, além do ajuste fiscal visando à manutenção da dívida pública, o neoliberalismo previa a abertura dos mercados internos destes países, até então protegidos pelo Estado. Possibilitando a exploração, pelo capital dos países centrais, de grande quantidade de “ativos econômicos” existentes nestes países (SALLUM, 1999, p. 7).

Mesmo com este caráter antinacionalista, o neoliberalismo consolidou-se sem maiores dificuldades nas correntes econômicas nacionais, isto porque, como já havíamos dito anteriormente, a crise do nacional desenvolvimentismo e a falta de perspectivas alternativas acelerou o processo de transição de um modelo para o outro.

A mudança de postura de parte da burguesia nacional foi decisiva na alteração do modelo político-econômico neste período, gradativamente a classe dominante foi convergindo para esta nova arquitetura econômica, abandonando, conseqüentemente, as preposições que alicerçavam o modelo desenvolvimentista. Passou-se a combater a intervenção estatal na economia, assim como a redução e privatização das empresas estatais, defendia-se ainda a desregulamentação econômica e a atração do capital estrangeiro. Este movimento convergiu no projeto “Brasil Moderno⁴”, oriundo de camadas da burguesia nacional, que pregavam a desregulamentação econômica, abertura comercial, redução da carga tributária e a estabilização da economia, como requisitos à recuperação da economia brasileira.

Entretanto, apesar da crise do nacional desenvolvimentismo, da submissão da burguesia nacional e da reestruturação da divisão internacional do trabalho, a implantação do neoliberalismo no Brasil teve de operar com dois condicionantes: o fortalecimento de setores políticos oriundos das classes populares, a partir do final da década de 1980, principalmente através do movimento sindical. O que culminou com a consolidação de demandas populares na Constituição de 1988 e em uma perspectiva de maior participação das classes populares no direcionamento político do Estado (LENARDAO, 2008, p. 198). E, além disso, com a histórica influência de determinadas oligarquias políticas que consolidaram no país um sistema de beneficiamento e apropriação do Estado, estruturado em práticas que foram enraizando-se na política nacional no percurso histórico e que servem de perpetuação do poder

⁴ A respeito do projeto Brasil moderno, veja-se: BALTAR, Ronaldo. A reconstrução do discurso sobre o 'Brasil Moderno' e a idéia de 'Desenvolvimento' pós-transição democrática. In. CHAIA, Vera Lucia Michalany; MACHADO, Eliel Ribeiro. Ciências Sociais na atualidade: tempo e perspectivas. 1ed. São Paulo: Editora Paulus, 2009.

destes grupos, como o clientelismo e o patrimonialismo. E, o fato de o desenvolvimento capitalista nacional não ter sido capaz de romper com estas oligarquias arcaicas no país condicionou toda a trajetória política brasileira, que teve de conciliar a existência de uma classe fundamental na estrutura, a burguesia e uma classe politicamente muito influente, a oligarquia nacional (RANGEL, 2005, p. 293-294).

Esta conjuntura forçou a reforma neoliberal a estabelecer uma “aliança” com os grupos sociais mais atrasados da sociedade brasileira, para poder assim implementar em um primeiro momento a sua plataforma de governo. Esta “aliança” formada por parte da burguesia nacional, o grande capital financeiro e o exportador, os grupos da oligarquia brasileira e dirigida de fora pelo capital financeiro dos países centrais e as grandes empresas transnacionais, formou o “*bloco político ideológico*” da hegemonia neoliberal no país (LENARDAO 2008 p. 200). Apesar do aspecto de modernização que o discurso neoliberal simbolizou no país, a aplicabilidade do mesmo esteve condicionada a esta aliança estabelecida principalmente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, que acabou unindo os representantes do “moderno” e do “atrasado” no país.

O “pacto conservador” poderia, então, ser descrito como “bloco político ideológico”, já que teria sido capaz de articular, intelectualmente, “uma aliança bem-sucedida entre o que se poderia chamar de ‘cosmopolitismo de cócoras’ de uma parte da intelectualidade paulista e carioca atrelada às altas finanças internacionais, e o localismo dos donos do sertão e da malandragem urbana brasileira (LENARDAO, 2008, p. 200).

Esta foi a “solução” encontrada pelos proponentes do projeto neoliberalista no Brasil como forma de se contrapor ao fortalecimento das forças políticas populares e, ao mesmo tempo, garantir a governabilidade necessária para a consolidação do programa neoliberal, principalmente no que diz respeito às medidas antipopulares contidas neste. Desta forma, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, observou-se no país uma improvável aliança entre os setores comprometidos com a “modernização” do país e aqueles setores representantes das práticas políticas mais arcaicas, relacionadas com o clientelismo e o patrimonialismo Estatal (LENARDAO, 2008, p. 201-203).

Esta aliança determinou os rumos do desenvolvimento do projeto neoliberal no Brasil, uma vez que, ao mesmo tempo em que garantiu ao governo a força política necessária à implantação dos projetos e à transformação da

estrutura político-econômica no país, ela estabeleceu determinados limites à modernização do Estado e principalmente da política nacional. Estes limites representam o ponto de divergência entre os interesses da classe fundamental e os interesses das classes que constituíam o bloco político hegemônico, a saber, as oligarquias políticas. Por este motivo, o projeto de modernização neoliberal no Brasil não alterou as características arcaicas presentes na política nacional, pelo contrário, utilizou-se destas como ferramenta para atingir os seus objetivos no âmbito econômico.

A lógica estruturante da aliança entre os setores arcaicos e modernos realizou-se através da troca de favores entre o poder Executivo, sob a direção dos interesses neoliberais, e setores do poder Legislativo, compostos em grande parte pelos representantes dos setores arcaicos. Com grande autonomia para nomeação de cargos públicos de alto escalão e, principalmente, na determinação do orçamento público, o Executivo utilizou-se deste “poder” para barganhar apoio político do Legislativo, através do favorecimento aos projetos políticos de parlamentares que votavam a favor das emendas do governo, ao passo que vetavam-se as emendas de parlamentares que votavam contra os interesses do governo (LENARDAO, 2008, p. 204). Esta foi a tônica dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), período de consolidação do neoliberalismo no país.

Um acompanhamento da orientação partidária na atuação dos parlamentares na legislatura que vai de 1999 a 2002 confirma a participação daqueles partidos ligados às oligarquias e às políticas do “atraso” na implementação da “modernidade” neoliberal no Brasil, no que se refere às reformas de cunho neoliberal (flexibilização da CLT; fator previdenciário; fim do Regime Jurídico Único (RJU); conciliação na empresa; privatização da previdência do servidor; prescrição dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais; lei de responsabilidade fiscal) (LENARDAO, 2008, p. 207).

Desta forma, a classe fundamental na conjuntura brasileira assumiria o papel de classe dirigente do bloco político ideológico, cabendo às demais classes inseridas na “aliança” fornecerem a base para a manutenção desta hegemonia. Podemos observar aqui como a hegemonia neoliberal estabeleceu a hierarquia dos grupos sociais no Brasil, estando a burguesia financeira nacional e internacional, incumbidas de dirigirem a hegemonia, apoiados sobre os demais setores da burguesia e a oligarquia nacional. As classes populares, que constituem o grupo social excluído do bloco hegemônico no modelo neoliberal,

não compartilham da direção do sistema hegemônico. Suas demandas só podem ser encabeçadas pelo Estado na medida em que não contradigam os interesses do grupo dominante, ou diante da necessidade deste grupo em angariar o apoio das classes excluídas ao seu projeto político-econômico.

Contudo, o que se observou no Brasil, durante o período de implantação do modelo neoliberal, foi uma redução das demandas dos grupos subalternos, aliada à expansão do apoio ao modelo proposto pelo bloco hegemônico (BOITO, 1996, p. 82). O que pode ser relacionado com o longo período de crise econômica que culminou na erosão do modelo desenvolvimentista e o fracasso das tentativas de estabilização da economia durante os anos 1980. Dessa forma, as classes populares encontravam-se mais suscetíveis a serem cooptadas, sem receberem em contrapartida concessões por parte das classes dirigentes.

Já a hegemonia neoliberal, que ainda se encontra em processo de constituição no Brasil dos anos 90, pode ser qualificada de regressiva, na medida em que implica, numa inversão que tem intrigado a intelectualidade crítica, sacrifícios das classes populares em proveito das classes e frações que integram o bloco no poder. Ou seja, a adesão ou a passividade de setores populares diante do neoliberalismo não se assenta em reformas e concessões reais do bloco no poder às classes e setores subalternizados; convive, isto sim, com a restrição, ou eliminação, de direitos sociais obtidos na situação anterior (BOITO, 1996, p. 81).

No caso brasileiro, o neoliberalismo utilizou-se do discurso da caça aos privilégios para difundir-se como uma política popular, jargões políticos como “caça aos marajás” e “fim dos monopólios e dos favorecimentos” para relacionar as políticas neoliberais com o combate a um grande mal da política nacional. Com este discurso contra os privilégios, o neoliberalismo foi ampliando a sua adesão dentro das classes populares, contrárias ao sistema de privilégios do Estado Patrimonialista.

Contudo, os “privilégios” que o projeto visava extinguir eram aqueles conquistados por parte das classes populares, como os direitos trabalhistas e os serviços sociais provenientes do Estado. Como estas conquistas não estavam difundidas homogeneamente pelas classes populares, o neoliberalismo pode criar conflitos entre os setores da própria classe trabalhadora, que ao invés de lutarem para nivelar a condição dos trabalhadores, de acordo com os mais “privilegiados”, passaram a lutar, cada setor, para retirar os direitos daqueles que possuíam melhores condições, nivelando por baixo, seus próprios direitos. Colocou assim os trabalhadores uns contra os outros, os “pobres contra os

miseráveis”, acusando algumas poucas camadas de trabalhadores de terem privilégios em detrimento de outras: privilégios de uma determinada categoria frente a outras, privilégio do trabalhador do setor público frente ao trabalhador do setor privado etc. Desta forma o neoliberalismo pode caracterizar os direitos sociais como privilégios, e assim, efetuar a redução destes direitos sem a objeção e até mesmo com o apoio de grande parcela dos trabalhadores (BOITO, 1996, p. 105).

O neoliberalismo passou a conquistar maior adesão das classes populares sem que fosse necessário para isso o prolongamento dos mecanismos coercitivos existentes no Estado brasileiro. Gradativamente, observou-se um processo de adesão por parte das instituições que representavam as classes populares ao consenso neoliberal. Em um primeiro momento, a adesão ficou restrita a aqueles setores menos combativos da classe trabalhadora, com histórico de maior alinhamento com os governos de direita. Foram os casos das centrais sindicais “pelegas” que passariam imediatamente a defender uma posição de barganha diante das políticas neoliberais, sem realizar uma crítica mais profunda a este projeto.

O campo pelego aderiu, portanto, ao neoliberalismo, mas isso se deu em decorrência da constituição de governos neoliberais. Esse fato, a despeito de não configurar a constituição de uma corrente sindical enraizada nas massas e consistentemente neoliberal, contribuiu, contudo, para a difusão da ideologia e da política neoliberal junto aos trabalhadores (BOITO, 1996, p. 84).

A cooptação do “bloco político ideológico” não ficou restrita às centrais sindicais, ela permeou também as principais lideranças políticas partidárias das classes populares. Nesse sentido, é preciso destacar o processo de conversão do Partido dos Trabalhadores (PT), que durante o final da década de 1980 representava uma forte influência dos setores de esquerda na política brasileira, chegando próximo do êxito eleitoral em 1989. E que, a partir da escalada neoliberal no país, passou a assumir posições menos combativas, distanciando-se de sua concepção trabalhista e aproximando-se do consenso neoliberal. Processo que culminou com o partido tomando a dianteira das políticas neoliberais após sua chegada ao poder em 2003.

A “absorção” no campo político do Partido dos Trabalhadores coroou a consolidação da hegemonia neoliberal no país. Este processo que Gramsci denomina de “Transformismo” configura-se na cooptação, por parte da classe dirigente, dos líderes políticos das classes subalternas e excluídas, para assim

consolidar sua posição e evitar perturbações dentro do sistema hegemônico.

Considerações Finais

O modelo político neoliberal experimentou uma profunda absorção na sociedade brasileira, resultado do longo processo de transformação ocorrido no âmbito econômico, transformação esta que ocorreu em escala mundial e representou uma nova fase da divisão internacional do trabalho. No Brasil, os efeitos desta sucessão resultaram na ruptura do Estado Nacional Desenvolvimentista. Da nova conjuntura econômica emergiu a burguesia financeira para o posto de classe fundamental do capitalismo no mundo e consolidou o Estado Neoliberal como o representante oficial de sua ideologia.

Ao que nos parece, a ideologia neoliberal vem se consolidando no Brasil desde meados da década de 1980, quando os primeiros efeitos das transformações econômicas atingiram definitivamente o país, alcançando o poder político a partir do governo de Fernando Collor 1990-1992 e, desde então, a sociedade política esteve sobre forte influência da corrente neoliberal. Quase trinta anos após o início da escalada neoliberal no país, este modelo político se mantém consolidado sobre a sociedade civil e política, constituindo-se em um sistema hegemônico. Prova disto é a adesão do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, teoricamente representantes dos grupos sociais excluídos do sistema hegemônico, ao modelo neoliberal.

Os governos do PT, até o presente momento, se demonstraram inseridos na ideologia neoliberal e amplamente coniventes com os interesses das classes “fundamentais” da economia. Com relação à CUT, o chamado “Pacto Social da Previdência” ao qual esta tratou de aderir, articulou a reforma da Previdência Social no país, retirando direitos históricos dos trabalhadores. Abrindo mão de diversas propostas em favor dos trabalhadores, a CUT passou a entoar o discurso neoliberal de ataque aos “privilégios”, abandonando a sua característica combativa ao modelo neoliberal. A adesão do PT e da CUT à hegemonia neoliberal demonstrou o enrijecimento dos quadros da sociedade civil e política sobre a hegemonia deste sistema, indicando uma profunda consolidação deste na superestrutura da sociedade brasileira. Comprova também a tese de que uma hegemonia não pode ser sobrepujada apenas pela conquista da sociedade política, ou mesmo da própria sociedade civil, é preciso ainda sobrepujar o sistema econômico que é a base deste sistema hegemônico. Para substituir o modelo neoliberal não basta apenas confrontá-lo dentro da superestrutura, é

preciso principalmente combater o “modus operandi” da economia nacional, na estrutura. É através da superação da conjuntura econômica, ou seja, da reconfiguração da estrutura, que se tornara possível desconstruir a hegemonia deste sistema.

O que se observa desde o início da atuação deste modelo no país é a predominância das metas de estabilização da economia, o controle da inflação e o superávit primário, seguindo o receituário do consenso de Washington. O país convive com ciclos de ligeiras expansões e momentos de retração de sua economia, demonstrando uma grande orquestração com as oscilações da economia mundial. Característica própria dos países que aderiram ao modelo neoliberal, responsável pelo processo de “integração” das economias dos países periféricos ao cenário econômico internacional, realizando esta “integração” dentro da lógica da divisão internacional do trabalho, ou seja, uma integração vertical, que mantém os países periféricos na condição de dependência.

É preciso transformar, portanto, a estrutura da sociedade brasileira, edificar um modelo que esteja pautado nas realidades nacionais e possua o objetivo de desenvolver a economia do país. A dificuldade reside no fato de as elites nacionais até o presente momento se apresentarem deficientes no processo de condução da sociedade. Este papel esteve ou na mão de agentes internacionais ou do próprio Estado brasileiro. Em ambos os casos, entretanto, os interesses das classes dominantes estiveram à frente da sociedade, no caso dos agentes internacionais, ligados aos interesses das classes economicamente dominantes no período, e, no caso do Estado, ligado aos interesses da classe detentora do poder político. Este fato condicionou o desenvolvimento do país aos interesses privados destes grupos.

Referências

BALTAR, Ronaldo. A reconstrução do discurso sobre o 'Brasil Moderno' e a idéia de 'Desenvolvimento' pós-transição democrática. In. CHAIA, Vera Lucia Michalany; MACHADO, Eliel Ribeiro. **Ciências Sociais na atualidade: tempo e perspectivas**. 1ed. São Paulo: Editora Paulus, 2009.

BIANCHI, Álvaro. Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e sociedade civil nos "Quaderni del carcere". In. Rev. **Utopia y Praxis Latinoamericana**. vol.12, no.36, p.35-55. 2007

BIANCHI, Álvaro. Hegemonia em tempos de cólera: a difícil construção de uma ordem mundial. In. Rev. **Outubro**. n. 8 2003.

BOITO Jr. Armando. A hegemonia neoliberal e o sindicalismo no Brasil. In

- Rev. **Crítica Marxista**, nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.
- CHESNAIS, Francois. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. In. **Economia e Sociedade**. Campinas, (5):1-30, dez.1995.
- COUTINHO, Carlos Nélson. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus 1992.
- FERREIRA, Oliveiros. **O Fim do Poder Civil**. Editora: Convívio. São Paulo. 1966.
- GIFFIN, Karen Mary. Financeirização do Estado, erosão da democracia e empobrecimento da cidadania: tendências globais? In. **Ciência e saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, Dec. 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.
- _____. Antonio. **Maquiavel a Política e o Estado Moderno**. Editora: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro 1968.
- LACLAU, Ernesto. MOUFFE Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista Hacia una radicalización de la democracia**. Madri. Siglo XXI. 1987.
- LENARDAO, Elsie. A relação entre "modernização" neoliberal e práticas políticas "atrasadas" no Brasil dos anos 1990. In. Rev. **Sociologia e Política**. v. 16, Nº 31. pp. 197-214. 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. In. **Novos estud.** - CEBRAP, São Paulo, n. 84, 2009.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. Rev. In. **Sociologia e Política**. Curitiba, n. 28, Jun. 2007.
- PERRY, Anderson. Algumas notas históricas sobre Hegemonia. In. **Revista Margem Esquerda**. n 14. Editora Boitempo. São Paulo. 2010.
- POCHMANN, Márcio. **O Emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Editora Editempo, 2001.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977. 142 p.
- RANGEL, Ignácio. A dualidade básica da economia brasileira. In: RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p.p 285 – 355.
- RAMPINELLI, Waldir José. A Presidência Imperial e o Terror de Estado. In. **Revista Mediações**. Vol 15, n.1 (jan/jun 2010) Londrina: Midiograf, 2010.
- SALLUM Jr, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. In **Tempo Social**, Rev. Sociologia USP, São Paulo, 11(2): 23-47, out. 1999.
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- VIOLIN, Tarso Cabral. A Sociedade Civil e o Estado Ampliado, Por Antonio

Gramsci. In. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006.

ABSTRACT

This paper aims to understand the ways in which the neoliberal political-economic approach organized the establishment of its "hegemony" in Brazil in the late twentieth century. By connecting the changes observed in the structure of international and national societies, the transformation of dominant groups and the consolidation of the neoliberal model in Brazil, the paper deals with the historical background of the neoliberal politics in Brazil. In order to do that, the paper presents a discussion on the concept of hegemony as pointed out by Gramsci, transposing it to the Brazilian political reality.

Keywords: Hegemony, Neoliberalism, International Division of Labor.



Literatura e violência em um conto de Rubem Fonseca

Matheus B. Bittencourt¹

RESUMO

A presente leitura do conto *O cobrador*, de Rubem Fonseca, enfatiza as ambiguidades do narrador. Ao mesmo tempo vítima de uma violência objetiva e agente de uma violência individual, o narrador expressa a sua revolta solitária através da poesia em verso livre e do crime violento contra indivíduos abastados, dos quais ele “cobra” a “dívida social”. Sob uma ordem social profundamente desigual e consumista, a poesia e a violência são modos complementares de revolta individual do consumidor frustrado.

Palavras-chave: Poesia, Violência, Narrativa.

Recebido em 30/11/2013
Aceito para publicação em 29/05/2016

Introdução

Narrativa curta na primeira pessoa do singular, *O cobrador* (FONSECA, 1979) tem um bandido pobre, que também é um pobre poeta, como narrador e principal personagem. Ao longo do texto, ele nos conta como se revoltou e passou a usar a violência contra indivíduos das classes dominantes, movido pelo sentimento de que a sociedade lhe deve uma série de bens mais que necessários para uma existência minimamente digna. O narrador, cruel com os ricos – que ele vê como inimigos – e gentil com os seus semelhantes, alterna entre as atrocidades direcionadas contra indivíduos abastados e a poesia em verso livre.

Será que poderíamos falar de “ficção criminosa” no lugar de “ficção policial”? Deixemos essa discussão para os teóricos literários. O sentido dessa inversão é que, agora, não se trata mais de um crime como perturbação

¹ Graduado em Ciências Sociais, especialista em História e Literatura e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória-ES.

misteriosa na ordem legal que é reduzida, pelo investigador racional e analítico, a uma explicação causal da qual é deduzido o culpado pelo crime violento. O próprio criminoso anônimo é quem nos narra os seus crimes, de uma maneira que elimina toda referência a uma ordem legal. Sobra apenas um jogo de forças objetivas e subjetivas produzindo o sofrimento por meio da violência subjetiva e objetiva.

A questão da violência na ficção de Rubem Fonseca é habitualmente apresentada como aquilo que Zizek (2009) define como “violência subjetiva”, minimizando a dimensão de violência objetiva e simbólica. Não é que a injustiça seja sempre ignorada, mas aparece como motivadora de uma violência que é em si mesma individual e atávica, e não enfatizada como uma violência em si mesma como é vivida pelos personagens (AMARAL, 2007; FERREIRA FILHO, 2008; FLORES, 2011; MONTI 2011). Inspirada na crítica literária de Benjamin (1989; 2000; 1991) e Cândido (2002; 2004; 1989; 1993) e na concepção de narrativa curta de Edgar Alan Poe (2008), a leitura contextualizada que apresento neste artigo parte da hipótese de que o conteúdo da narrativa é estruturado em três alegorias da violência que aparecem entrelaçadas: a “dívida”, os “devedores” e a “cobrança”.

A dívida

O personagem narrador de “O cobrador” é dominado pela ideia e sentimento de que estão lhe devendo uma série de coisas às quais ele acredita ter direito, exige e quer:

Todos eles estão me devendo muito [...] Digo, dentro da minha cabeça, e às vezes para fora, está todo mundo me devendo muito! [...] Estão me devendo comida, buceta, cobertor, sapato, casa, automóvel, relógio, dentes, estão me devendo (FONSECA, 1979, p. 163).

Tão me devendo colégio, namorada, aparelho de som, respeito, sanduíche de mortadela no botequim da rua Vieira Fazenda, sorvete, bola de futebol (op. cit., p. 165).

Estão me devendo xarope, meia, cinema, filé mignon e buceta... (op. cit., p. 172).

A dívida reivindicada pelo Cobrador é o que constitui a condição básica para a dignidade humana. Não se trata de qualquer luxo ou distinção sociocultural, mas apenas da satisfação de necessidades básicas. Aquilo que ele

quer, na maior parte dos casos, não é nada demais, mas apenas o que é necessário para a vida digna. Bens dos quais o Cobrador está excluído por pertencer à classe social que ele chama de “fodidos”. Classe que não parece coincidir exatamente com o operariado de Karl Marx, pois, antes, é definida pela falta de acesso aos bens básicos do que pela posição de força de trabalho assalariada nas relações de produção capitalistas. A produção, no conto *O cobrador*, não aparece. Existe apenas a esfera da circulação e troca de mercadorias – o consumo –, e é pelas possibilidades objetivas de consumo que as personagens se distinguem entre “bacanas” e “fodidos”.

Um aspecto interessante dessa exclusão, no conto, é o modo como ela se reflete até mesmo no corpo dos dominados e excluídos. Vejamos o exemplo das cicatrizes: *a mão dele era branca, lisinha, mas a minha estava cheia de cicatrizes, meu corpo todo tem cicatrizes, até o meu pau está cheio de cicatrizes* (op. cit., p.165). Já uma mulher pobre com quem o narrador se relaciona sexualmente é descrita como tendo *peitos murchos e chatos, os bicos passas gigantes que alguém tinha pisado; coxas flácidas com nódulos de celulite, gelatina estragada com pedaços de fruta podre* (op. cit., p. 167). O sofrimento social se internaliza e acaba por se inscrever no próprio corpo dos socialmente excluídos, expondo a experiência de privação pelo estigma da feiura.

É possível também observar o exemplo dos dentes. Não é arbitrário que o conto comece com a consulta do narrador ao dentista e com a extração de um dente. O dentista lhe diz que vai *ter que arrancar, ele disse, o senhor já tem poucos dentes e se não fizer um tratamento rápido vai perder todos os outros, inclusive estes aqui* (op. cit., p. 162). Um negro pobre que ele encontra *tem poucos dentes, dois ou três, tortos e escuros* (op. cit., p. 177). Um garoto propaganda que aparece na televisão e desperta o seu ódio, em compensação, *sorri com todos os dentes, os dentes dele são certinhos e são verdadeiros* (op. cit., p.165). A degradação do corpo expressa uma degradação social imposta pelas condições objetivas de vida. Os dentes, além de servirem para morder e mastigar, também servem para sorrir, o que é um gesto de sociabilidade direta, uma “representação do eu na vida cotidiana” (GOFFMAN, 1992). A privação dos dentes, além da óbvia dificuldade para a alimentação e do enfeamento do rosto, prejudica o sorriso. Em tese, todos deveriam ter dentes (a não ser por motivo de acidente ou deformidade), mas a falta de acesso aos meios e conhecimentos para cuidar da saúde dos dentes pode fazer com que eles apodreçam e caiam, ou que sejam extraídos. A falta ou a podridão dos dentes dos pobres podem ser vistas como alegorias da danificação da representação do eu perante os outros; já os dentes bonitos são um símbolo de prestígio social e

pessoal. Não é arbitrário, portanto, que o conto comece numa consulta odontológica, quando o narrador comete o seu primeiro crime. Não se fala sequer de “pasta de dentes”. Os dentes são apresentados pelo narrador, diretamente, como algo que a sociedade lhe deve, mas é monopolizado por uma minoria privilegiada.

Outros símbolos da exclusão e do privilégio são as cores. Em geral, o branco e os tons mais claros são associados à riqueza e ao prestígio, enquanto o escuro é associado à marginalidade e à degradação. O dentista é *um sujeito grande, uns quarenta anos, de jaleco branco* (op. cit., p. 162). O tenista, baleado pelo narrador dentro de seu carro, vestia roupa toda branca e tinha o branco dos olhos azulado (op. cit., p. 164); o contrabandista, que ele chama de “muambeiro”, tinha a mão *branca, lisinha* (op. cit., p. 165).

É por dividir o mundo de modo maniqueísta, entre os “credores” e os “devedores” da dívida social, que o personagem narrador demonstra gentileza com aqueles que pertencem às classes baixas, em contraste com sua fúria brutal contra os indivíduos da classe dominante:

essa fodida não me deve nada, pensei, mora com sacrifício num quarto e sala, os olhos dela já estão empapuçados de beber porcarias e ler a vida das grã-finhas na revista Vogue (op. cit., p. 167).

A manchete me interessa, peço o jornal emprestado, o cara diz se tu quer ler o jornal porque não compra? Não me chateio, o crioulo tem poucos dentes, dois ou três, tortos e escuros. Digo, tá, não vamos brigar por isso. Compro dois cachorros-quentes e duas cocas e dou metade pra e ele e ele me dá o jornal (op. cit., p. 177).

O narrador do conto divide a sociedade em privilegiados-devedores e subalternos-credores de uma dívida social: a maneira pela qual ele expressa a sua percepção da violência objetiva sistêmica, desigualmente distribuída entre uma maioria “fodida” e uma minoria “bacana”. A dívida social é experimentada pelo narrador, antes de tudo, como uma privação de determinados bens aos quais ele julga ter direito. Na impossibilidade de adquirir esses bens, ele busca uma compensação pelo sofrimento social que lhe foi imposto, como subconsumidor ou consumidor fracassado e frustrado.

Os “fodidos”, portanto, têm a sua identidade social construída pelo sofrimento social a eles imposto por um sistema econômico desigual e autoritário que os exclui do acesso àquilo que se considera como condição para ser reconhecido como cidadão de primeira classe: os meios de consumo para um

conjunto mínimo de bens. Como “fodidos”, são “violados” e estigmatizados.

Essa violência objetiva sistêmica que eles sofrem não se reduz ao acesso a bens exteriores, para os quais pesam a desigualdade dos meios de acesso: vai ainda mais longe. Tal como a violência subjetiva, ela degrada até mesmo os seus próprios corpos, deixando-os visivelmente estigmatizados. Essa degradação do corpo, que é mais profunda que apenas a diferença dos bens externos, é retratada pelo apodrecimento e perda dos dentes e pelas cicatrizes, nos homens, e pelo envelhecimento precoce, nas mulheres. É mais uma coisa que a sociedade lhes deve, pois é algo que a todos promete e de todos exige e, ao mesmo tempo, retira. Trata-se de um processo de expropriação que constrói a identidade social das classes subalternas, deixando marcadas as almas e os corpos dos econômica e socialmente excluídos. É uma identidade negativa, pautada por não ter acesso a bons empregos e salários, por não ter meios para consumir, por não ter acesso a bens materiais e simbólicos mínimos para a conquista da dignidade humana, por ser discriminada pela cor da pele, pela falta de respeito, de dentes saudáveis etc.

A mensagem que fica é que a violência individual do Cobrador contra os abastados é uma consequência indireta da violência sistêmica-objetiva inerente à própria lógica de funcionamento do sistema econômico e político do “capitalismo selvagem” brasileiro, forjado pela modernização conservadora e autoritária. À urbanização caótica e segregacionista correspondeu uma epidemia de violência urbana. A contribuição de todos para esse processo foi exigida e imposta, e o acesso ao admirável mundo novo do consumo foi prometido; mas os custos e benefícios foram desigualdades distribuídas desde o início, sendo o sacrifício pelo progresso imposto à mesma maioria que é excluída dos seus benefícios e que, por sua vez, é concentrada nas mãos das classes médias e dominantes, sempre prontas para humilhar àqueles que estão excluídos desse clube de privilegiados. Uma imagem dessa degradação e desamparo é expressa pela instituição de ensino onde o narrador estudou: *meu colégio foi o mais noturno de todos os colégios noturnos do mundo, tão ruim que já não existe mais, foi demolido. Até a rua onde ele ficava foi demolida* (op. cit., p. 166).

O Cobrador é o personagem narrador anônimo que nos conta sobre as suas atrocidades e o seu ódio contra a classe dominante urbana, em oposição à qual ele constrói a sua identidade pessoal. Sua personalidade chega a ser, em muitos aspectos, “lombrosiana”. Seus crimes são cometidos como se fossem uma desforra, a satisfação de um ódio acumulado no coração em razão de uma vida inteira de sofrimentos socialmente impostos e compartilhados com a

grande maioria do povo, que forma um “pobretariado” ou subproletariado, ou, ainda, nas palavras do próprio personagem: os “fodidos”. Ao mesmo tempo em que ele se identifica com outros marginalizados, pobres e desdentados, ele odeia e se contrasta com as camadas social e economicamente privilegiadas, a quem chama de “bacanas” e “parasitas”. *Odeio dentistas, comerciantes, advogados, industriais, funcionários, médicos, executivos, essa canalha toda. Todos eles estão me devendo muito* (op. cit., p. 163).

Somado a esse perfil lombrosiano, de quem mata por prazer, para satisfazer o sentimento de ter sofrido injustiças sistemáticas, para “cobrar” uma imensa “dívida social”, temos também um poeta, ou ao menos ele assim se considera. O que importa, entretanto, é que ele faz poemas em verso livre, com mensagens de ódio explícitas ou com alegorias ininteligíveis. Alguns de seus poemas são paródias do poeta e revolucionário russo Maiakovski: *Come ananás/teu dia vai chegar/Estão me devendo uma garota de vinte anos, cheia de dentes e perfume* (op. cit., p. 174-175) é uma sátira direta do famoso poema do revolucionário russo: *Come ananás/mastiga perdiz/teu dia está prestes, burguês*.

Através da poesia expressa o seu ódio e ressentimento por ter sido excluído de um mundo de consumo prometido a todos pela propaganda comercial e pela ideologia do *self-made-man*. Há uma aproximação entre o crime e a poesia (no sentido amplo da palavra, *poiesis*: criação, invenção), pela transgressão expressiva e pela relativa marginalidade do bandido e do poeta, no mundo ficcional de Rubem Fonseca. Em várias outras obras, as figuras do bandido e do escritor coincidem, sendo este, portanto, um tema que ultrapassa o âmbito apenas desta obra específica, “O cobrador”, para se situar como um elemento presente na generalidade da ficção de Rubem Fonseca. É claro que o “bandido” aqui não se trata daquele mafioso que visa apenas o lucro por meio de atividades ilícitas. Trata-se, na verdade, de uma figura mais mítica e romântica, o bandido protagonista do banditismo social, como o cangaceiro. *O Cobrador* talvez seja o moderno cangaceiro, individualista e urbano. Assim como a criação poético-literária, o banditismo é subversivo, sem ser revolucionário, pois não atinge a esfera pública para produzir uma transformação estrutural, confinando-se ao protesto individual contra uma ordem sociopolítica sentida como injusta, opressora e alienante. A diferença é que a poesia não tem vítimas.

Podemos acompanhar a forma como a poesia do narrador expressa o seu protesto nestes versos:

Os ricos gostam de dormir tarde/ apenas porque sabem que a corja/ tem que dormir cedo para trabalhar de manhã/ Essa é mais uma chance que eles/ têm de ser diferentes:/ parasitar,/ desprezar os que suam para ganhar a comida,/ dormir até tarde,/ tarde/ um dia/ ainda bem,/ demais. (op. cit., p. 166).

Vemos que o alvo do protesto é a distinção, pois os ricos gostam de dormir tarde apenas para se diferenciar socialmente daqueles que trabalham para sobreviver. Ao chamar os ricos de parasitas, esse poema explicitamente os acusa de explorar os trabalhadores.

O Cobrador não é um criminoso sem vítimas. Ele é um bandido violento e agressivo, que mata por prazer e com extremo requinte de crueldade, inspirado pelo cinema e pela televisão. Ele caça os ricos para matá-los e, em um dos casos, para estuprar a “madame” que vive às custas do marido abastado. A crueldade desse personagem-narrador chega a ser repugnante, assim como a sua frieza ao narrar os seus feitos atroz, como se estivesse contando algo que para ele não pode ser motivo de condenação moral. Pelo contrário, os seus atos criminosos são narrados com um verdadeiro orgulho, enfatizando a satisfação pessoal que o possuía quando ele os realizava.

Quando satisfação meu ódio sou possuído por uma sensação de vitória, de euforia que me dá vontade de dançar - dou pequenos uivos, grunhidos, sons inarticulados, mais próximos da música do que da poesia, e meus pés deslizam pelo chão, meu corpo se move num ritmo feito de gingas e saltos, como um selvagem, um macaco (op. cit., p. 174).

O sentimento que o domina durante e após a execução dos seus alvos se aproxima da animalidade e da loucura, e também da música, da poesia e da dança, da selvageria: uma liberação de instintos agressivos e pulsões contidas. Como se fosse algum tipo de ritual dionisíaco e orgíaco, no qual um animal de luxo fosse sacrificado a um deus poderoso e terrível.

Mas o personagem-narrador não é apenas um algoz, um louco *serial killer* que mata sem outra razão que não seja a sensação de satisfação pessoal de matar alguém que tem tudo o que sempre lhe foi negado. Ele é, igualmente, um violentado e um violado em sua dignidade, um “fodido”, como ele mesmo proclama, igual a toda uma multidão de milhões de “fodidos” que compõe a marginalidade urbana. O que lhe devem é o que lhe foi negado, e é por isso que aqueles que vivem numa situação de igual privação são os únicos que não lhe devem nada. E como os extremos sociais são mutuamente necessários e o custo

do enriquecimento de alguns é o empobrecimento de muitos, o narrador não considera que suas vítimas sejam inocentes, mas sim um alvo de vingança pela exclusão que ele sofreu durante toda a vida. Essa revolta se dá em termos inerentemente sentimentais: *Nós não lhe fizemos nada, ele disse. Não fizeram? Só rindo. Senti o ódio inundando os meus ouvidos, minhas mãos, minha boca, meu corpo todo, um gosto de vinagre e lágrima* (op. cit., p. 170). A frase “só rindo”, repetida várias vezes no conto, é sempre uma forma de ironizar o privilégio social. A revolta é expressa pela violência e pela poesia, como neste poema que o narrador escreve: *Quando não se tem dinheiro/ é bom ter músculos/ e ódio*. (op. cit., p. 168).

Os “fodidos” são aqueles submetidos ao mais alto grau de violência objetiva-sistêmica no seu cotidiano, sofrendo a necessidade de lutar pela sobrevivência, por meio do trabalho ou do crime, e sofrendo todo o tipo de privação. Até mesmo o físico do personagem sugere fraqueza e desamparo: *O meu físico franzino encoraja as pessoas* (op. cit., p. 162), sem mencionar as cicatrizes, a falta de dentes e a timidez.

Apesar disso tudo, os ressentimentos e visão do narrador são ainda presos, de alguma forma, a essa sociedade contra a qual ele busca uma rebelião individualista por meio do crime violento e da poesia. Em que sentido ele ainda se prende à sociedade alienante contra a qual lança o seu protesto solitário e desesperado? Em primeiro lugar, por conceber a dignidade humana como um conjunto de bens que pode ser igualmente possuído. Esses bens incluem desde objetos materiais, como carros e comida, serviços sociais, como escolas, até bens simbólicos e laços sociais, como namoradas e respeito. Tudo isso que estão lhe devendo, segundo ele, não possui qualidades diferenciadoras. São apenas mercadorias inacessíveis para quem não possui o poder aquisitivo.

Em outras palavras, “O cobrador” não é um herói proletário, é um consumidor fracassado, sem meios para adquirir os bens que deseja e acredita que merece, em contraste com os mais ricos, que são chamados por ele de “parasitas”, que vivem do trabalho dos outros, consomem e esbanjam um luxo que jamais mereceram. O sentimento básico do narrador talvez seja o ressentimento: ele não apenas sente-se excluído de um mundo de consumo que o fascina, não apenas se sente socialmente inferiorizado por quem possui mais que ele, pois o Cobrador se sente inferior. Um exemplo interessante disso é o modo como ele se relaciona com a mídia, com a propaganda comercial e com as colunas sociais: *Fico na frente da televisão para aumentar o meu ódio. Quando minha cólera está diminuindo e eu perco a vontade de cobrar o que me*

devem eu sento na frente da televisão e em pouco tempo meu ódio volta (op. cit., p. 165).

O sofrimento social, conjugado com o estímulo incessante pelos desejos de consumo, deixou marcas no seu corpo e na sua alma, submetidos a condições degradantes de subconsumo e isolamento que interdita a construção de laços socioculturais e afetivos que ajudem a constituir uma identidade social enraizada. A lírica e o assassinato em série são os únicos meios que restam para exprimir os seus sentimentos de ódio, ressentimento, insatisfação, solidão e frustração. É por isso que o sacrifício de um privilegiado constitui, para ele, um fim em si mesmo: é uma expiação do seu próprio sofrimento. E é por isso que os seus semelhantes, os “fodidos”, não podem ser sacrificados: eles estão excluídos da comunidade humana, são classificados como sub-humanos e se sentem assim. Só quem pertence à comunidade humana é sacrificável (AGAMBEN, 2002).

É assim que o personagem narrador articula uma personalidade desarticulada, que mistura a fraqueza e a timidez de alguém que se sente oprimido, solitário e desamparado com a ferocidade de um criminoso animal que acredita estar fazendo justiça e, finalmente, com a sensibilidade e imaginação de um poeta. *Não se fazem mais cimitarras como antigamente/ Eu sou uma hecatombe/ Não foi nem Deus nem o Diabo/ Que me fez um vingador/ Fui eu mesmo/ Eu sou o Homem Pênis/ Eu sou o Cobrador.* (p. 174). Uma espécie de cangaceiro urbano e pós-moderno: solitário, isolado na “selva de concreto” de uma grande metrópole brasileira (Rio de Janeiro), amante da arte (literatura e cinema) e inimigo da lei, da ordem social, da moral e dos bons costumes.

As contradições do personagem não terminam por aí. Ele também mostra uma atitude dupla com os outros seres humanos: aos que são iguais ou mais pobres que ele trata com respeito e gentileza, e aos que estão acima dele na pirâmide social, ele busca agredir e matar. De uma “coroa”, diz *Essa fodida não me deve nada, pensei, mora com sacrifício num quarto e sala, os olhos dela já estão empapuçados de beber porcarias e ler a vida das grã-finas na revista Vogue* (p. 167). Dona Clotilde, dona do sobrado onde ele mora, é tratada com respeito e o narrador a ajuda com cuidados para a sua saúde, embora acredite que o seu problema seja apenas na cabeça (p. 174). Quando um negro desdentado o trata com rudeza por ele pedir emprestado o jornal, ele adota uma postura conciliadora e compra para ele um lanche (p. 177). É uma inversão de comportamentos habituais de desprezo pelos “de baixo”, indiferença com os

“iguais” e bajulação pelos “de cima”. Mas há exceções. No início do conto, ele agride um pedinte: *Um cego pede esmolas sacudindo uma cuia de alumínio com moedas. Dou um pontapé na cuia dele, o barulhinho das moedas me irrita* (p. 163). Na parte final, ele se apaixona e se torna namorado de Ana, uma jovem rica e branca, que mora em um prédio de mármore, tem todos os dentes na boca e dirige um carro puma. Fica clara a diferença: o cego o irrita com o barulho das suas moedas e Ana satisfaz os seus desejos sexuais e afetivos, tornando-se até mesmo uma parceira para a realização de crimes, a partir de então em escala maior.

O encontro com Ana determina uma mudança na trama, fazendo com que o Cobrador passe do banditismo para o terrorismo político, escrevendo um manifesto e conclamando todos os “fodidos” a fazerem o mesmo que ele.

Eu não sabia o que queria, não buscava um resultado prático, meu ódio estava sendo desperdiçado. Eu estava certo nos meus impulsos, meu erro era não saber quem era o inimigo e por que era o inimigo. Agora eu sei, Ana me ensinou. E o meu exemplo deve ser seguido por outros, muitos outros, só assim mudaremos o mundo". É a síntese do nosso manifesto (op. cit., p. 180).

E assim o narrador deixa de ver o crime como pura manifestação animalesca do ódio e satisfação de impulsos de frustração e passa a vê-lo como uma missão. Ele torna-se capaz de identificar o inimigo e calcular um efeito prático para a sua violência, que deixa de ser expressiva e praticada como um fim em si mesmo, passando a ser instrumental, um meio de mudar o mundo e um exemplo para muitos outros. A escrita de um “manifesto” não deixa de ser uma sátira. Não podemos esquecer que esse conto, publicado em 1979, foi escrito numa época em que a luta armada aparecia como uma opção para a busca de alternativas políticas, para a resolução de conflitos. Com um governo ditatorial reprimindo a “pressão social” que ameaçava explodir a qualquer momento, parecia válido que a luta armada fosse um meio de resolução dos antagonismos. E tal luta armada não era apenas um instrumento de revolta política, pois aparecia, cada vez mais, no cotidiano das grandes metrópoles caóticas e segregacionistas, como um meio de resolução dos conflitos interpessoais e até mesmo como meio de consumo, para a sobrevivência ou para a ostentação.

Essa associação entre crime e revolução, mediante o sentimento de revolta, também não pode deixar de ser um fantasma dos medos das classes médias e altas, beneficiárias do apartheid social. Um espectro rondava e ainda

ronda o Brasil. Não é o espectro do “comunismo”, da revolução proletária, e sim o espectro da violência urbana banalizada como meio de resolução dos conflitos. Muito embora as pesquisas das últimas décadas indiquem que as grandes vítimas da violência urbana sejam as classes subalternas, existe, ainda assim, o sentimento de insegurança que apavora os socialmente privilegiados, levando-os a clamar por uma repressão dura e implacável que os proteja da “revolta” latente da “corja”. O conto *O cobrador* é, a um só tempo, uma grande expressão e uma grande sátira desse fantasma. É por isso que, apesar de ser narrado por um criminoso pobre, ele só poderia ter sido escrito por um intelectual de classe média. O personagem-narrador do conto é a encarnação do grande inimigo imaginário que ronda a paranoia securitária dos “incluídos”.

Os devedores

Existindo uma dívida social, há os devedores e os credores. Discutimos o modo como é retratada a dívida social. Trataremos, agora, daqueles que “estão devendo”, segundo o narrador do conto, e que, por serem socialmente privilegiados e beneficiários da injustiça social e econômica, são alvos dos crimes violentos do Cobrador: *Odeio dentistas, comerciantes, advogados, industriais, funcionários, médicos, executivos, essa canalha inteira* (op. cit., p. 163).

O primeiro devedor que aparece no conto é um dentista. Já falamos sobre a simbologia dos dentes nessa narrativa. Então não é por coincidência que o primeiro “bacana” confrontado pelo narrador e também a primeira vítima da sua revolta seja um dentista, que *era um homem grande, mãos grandes e pulso forte de tanto arrancar os dentes dos fodidos* (op. cit., p. 162). Assim, ele possuía uma função especialmente odiosa para o Cobrador, arrancando dos desprivilegiados a capacidade de morder, de mastigar e de sorrir.

O principal símbolo de distinção social dos “bacanas”, o consumo ostentatório do luxo, inspira ódio e irritação no personagem narrador, pois lembra a ele a humilhação de não ter o que eles têm. A profissão prestigiosa está associada ao alto padrão quantitativo e qualitativo de consumo: *Na mesa ao lado um grupo de jovens bebendo e falando alto, jovens executivos subindo na sexta-feira e bebendo antes de encontrar a madame toda enfeitada para jogar biriba ou falar da vida alheia, enquanto traçam queijos e vinhos. Odeio executivos* (op. cit., p.175). Ele busca até mesmo pesquisar sobre o estilo de vida dos ricos, como que fascinado pela sua presa: *Leio os jornais para saber o que eles estão*

comendo, bebendo e fazendo. Quero viver muito para ter tempo de matar todos eles (op. cit., p. 168). O que o narrador observa é o uso dos hábitos de consumo caros como meio de distinção, de tornar visível e evidente a superioridade econômica e social sobre o restante da sociedade. Isso passa não apenas quantitativamente pelo volume de dinheiro gasto, mas qualitativamente também por uma busca de refinamento dos hábitos de consumo, de “bom gosto” e de cosmopolitismo, dentro do tradicional prestígio desfrutado pelos produtos de luxo franceses entre as classes dominantes de diversos países ocidentais: *da calçada vejo os garçons servindo champanha francesa. Essa gente gosta de champanha francesa, vestidos franceses, língua francesa* (op. cit., p.168). Esse falso cosmopolitismo consumista, na verdade um preconceito étnico e eurocêntrico, aparece até mesmo como dissimulação e vontade de esconder as suas reais raízes, para aparentar-se mais próximo de uma herança da civilização europeia, ocultando, igualmente, as origens obscuras do patrimônio da família. O importante é parecer europeu e moderno empreendedor, mesmo usando métodos herdados do colonialismo escravista:

Os jornais abriam muito espaço para a morte do casal que eu justicei na Barra. A moça era filha de um desses putos que enriquecem em Sergipe ou Piauí, roubando os paus-de-araras, e depois vêm para o Rio, e os filhos de cabeça chata já não têm mais sotaque, pintam o cabelo de louro e dizem que são descendentes de holandeses (op. cit., p. 173).

Uma das vítimas do Cobrador, um executivo que ele encontra na saída de um prostíbulo, é descrito como uma verdadeira encarnação de tudo o que ele odeia, como se a simples existência de um indivíduo desse tipo fosse por si só uma agressão ao personagem narrador, uma agressão que merece o revide:

Espero ele surgir, fantasiado de roupa cinza, colete, pasta preta, sapatos engraxados, cabelos rinsados. [...]. Esses putos sempre fecham o carro a chave, eles sabem que o mundo está cheio de ladrões, eles também são, apenas ninguém os pega [...] Ele tem o ar petulante e ao mesmo tempo ordinário do ambicioso ascendente egresso do interior, deslumbrado de coluna social, comprista, eleitor do Arena, católico, cursilista, patriota, mordomista e bocalivrista, os filhos estudando na PUC, a mulher transando decoração de interiores e sócia de boutique (op. cit., p.176).

Além do consumo conspicuo que é observado pelo narrador no comportamento real dos seus “devedores”, o consumo estimulado e idealizado pelos meios de comunicação de massa, na propaganda comercial, também

provoca a sua ira. Não é à toa que ele afirma que ver televisão o faz sentir mais ódio, pois nas telas ele vê *um camarada que faz um anúncio de uísque. Ele está vestidinho, bonitinho, todo sanforizado, abraçado com uma loura reluzente, e joga pedrinhas de gelo num copo e sorri com todos os dentes, os dentes dele são certinhos e são verdadeiros* (op. cit., p. 164). Ou seja, essa imagem transmitida pela propaganda comercial da televisão representa tudo aquilo que o Cobrador não é, nem poderá ser e, o mais importante, talvez, nunca poderá ter, pois a propaganda visa estimular um desejo de consumo no telespectador que é impossível de realizar para a grande maioria do povo em uma sociedade marcada por profundas desigualdades. A mensagem consumista da propaganda comercial atinge igualmente a todos, mas os meios para realizar os sonhos de consumo idealizados pela propaganda são privilégios de uma ínfima minoria que concentra as riquezas – e essa minoria só possui esse privilégio porque concentra a grande parte da renda às custas da maioria da população, condenada à pobreza relativa e absoluta. Mesmo quem não vê televisão, não ouve rádio ou lê jornais e revistas é atingido pela propaganda em *outdoors*, ou seja: não há escapatória. É por isso que o Cobrador, quando vê o garoto-propaganda do uísque na televisão, quer *pegar ele com a navalha e cortar os dois lados da bochecha até as orelhas, e aqueles dentes branquinhos vão todos ficar de fora num sorriso de caveira vermelha. Agora está ali, sorrindo, e logo beija a loura na boca* (op. cit., pp. 164-165).

Existindo um processo de “endividamento social”, na medida em que os benefícios do avanço de uma civilização tecnológica são estratificados e concentrados em uma minoria privilegiada, há uma oligopolização das posições sociais de mais alto valor econômico, político e simbólico. Tal delimitação das posições de prestígio e riqueza também pode ser vista como um endividamento social, pois alguns privilegiados, à custa da exclusão da maioria do povo, concentram os empregos e propriedades que dão acesso aos meios de consumo material e simbólico sem os quais o indivíduo é visto como “sub-humano”, criando um sistema de “apartheid econômico”, com uma mal dissimulada feição étnica.

Assim, percebemos que o narrador acredita que estão lhe devendo alguma coisa, e que ao longo do conto ele vai identificando quem lhe está devendo, classificando os seus alvos como aqueles que são beneficiários das formas de segregação social e econômica entre “parasitas” e “fodidos”. Os “parasitas”, os “ricos” e os “grã-finos” são o objeto do seu ódio. Pessoas com bons empregos, ganhando alta remuneração financeira e simbólica, dispendo, portanto, de altos meios de consumo de luxo, uma forma de se impor aos outros.

Segundo Bourdieu (2007), o consumo não é guiado apenas pelo gosto pessoal, intervindo aí também uma questão de classe social. Não é orientado apenas em relação à renda, como meio de consumo, mas também pelos códigos culturais que são transmitidos e que podem reproduzir ou transformar a realidade. A eficácia simbólica da diferenciação entre classes de consumidores, Bourdieu chama de “distinção social”, uma forma de violência simbólica que contribui para a imposição da legitimidade social de determinados códigos culturais em detrimento de outros.

Há, entre os privilegiados que aparecem na narrativa, uma exceção: Ana, a quem o narrador chama de Ana Palindrômica. Palindrômica, a um só tempo adjetivo e apelido, pode ter dois significados: o primeiro, relativo a “palíndromo”, que é uma palavra ou frase que pode ser lida da esquerda para a direita ou da direita para a esquerda, como, por exemplo, arara, Ana, oco, mirim, radar, medem, somamos, siris, erre, sapas, ama, osso, Ada, rir etc; o segundo é o recrudescimento ou recaída de certas doenças, em que, segundo alguns autores, os líquidos se acumulam nos órgãos interiores.

O narrador a conhece *na praia, onde somos todos iguais, nós os fodidos e eles. Até que somos melhores pois não temos aquela barriga grande e a bunda mole dos parasitas* (op. cit., p. 173). Ele fica fascinado quando ela e uma amiga *riem, riem, dentantes* (op. cit., p. 173). Sente-se tímido próximo dela, contrastando o sofrimento que experimenta (*tenho levado tanta porrada na vida*) com a beleza do corpo e do rosto dela, mas mesmo assim consegue se aproximar. Especialmente dos dentes: *sorri para mim. Como é que alguém pode ter boca tão bonita? Tenho vontade de lamber dente por dente da sua boca. Você mora por aqui?, ela pergunta. Moro, minto. Ela me mostra um prédio na praia, todo de mármore* (op. cit., p. 173). O contraste continua depois, quando ambos saem: ela possui um carro e pode comer em um restaurante de luxo, enquanto o narrador, ao sentar-se a mesa do estabelecimento, não tem nem fome, nem dinheiro para comer. E não tinha fome exatamente porque não tinha dinheiro. Apesar do seu privilégio social, ou talvez exatamente por causa desse privilégio, Ana revela-se niilista: *Minha vida não tem sentido, já pensei em me matar, ela diz* (op. cit., p. 175).

Ana e o Cobrador acabam por se envolver e transformam-se em parceiros. Ela não demonstra preconceito contra ele e fica fascinada com os livros de poesia e as armas que o narrador guarda no seu quarto. Ela acaba por se tornar, além de namorada, sua parceira de crimes. Acaba por ensiná-lo a escolher com maior clareza o inimigo e os objetivos dos seus crimes, evoluindo

da vingança individual, por meio do revólver e do facão, para o terrorismo político em larga escala, por meio de bombas de alto poder explosivo.

A cobrança

A “cobrança” é o ato realizado pelo “cobrador”, ou seja, é a violência contra os socialmente privilegiados pelo bandido que se localiza nas regiões subalternas do espaço social. Observamos algumas características nessa violência subjetiva exercida pelo Cobrador: 1) ela é direcionada contra os indivíduos das classes dominantes, abastados, dados à ostentação do consumo de luxo como uma forma de “distinção social” em relação à maioria excluída da realização dos desejos consumistas; 2) ela é premeditada, pois o narrador planeja com frieza e crueldade os seus crimes contra os “parasitas”, sem demonstrar hesitação, medo ou remorso, mostrando-se amoral; 3) é praticada como um fim em si mesmo, sem buscar por qualquer objetivo externo, financeiro ou político, tratando-se de uma espécie de ritual de expiação dos pecados da sociedade desigual da qual alguns são beneficiários, e esse caráter ritualístico e expressivo fica particularmente explícito na “cerimônia” de decapitação, inspirada no cinema e executada sem vistas à eficácia do assassinato em si mesmo; 4) são utilizadas armas de fogo e armas cortantes. O narrador apresenta a sua série de crimes como uma vingança contra uma sociedade e contra uma classe dominante que o exclui daqueles bens que são considerados necessários e prometidos para todos. É sintomático que o Cobrador demonstre um supremo desprezo pela ostentação dos ricos e poderosos, ao mesmo tempo em que exige apenas um conjunto de bens básicos: a privação massiva de muitos é o pressuposto do luxo ostensivo de alguns poucos. Isso nos leva ao distanciamento de contos de Rubem Fonseca, como *O cobrador*, *Feliz ano novo*, *Passeio noturno I* e *Passeio noturno II*, etc., em relação à moralidade convencional, que divide o mundo entre os “cidadãos de bem” e os “bandidos”, ou sua inversão humanitária, que vê nos criminosos pobres simples vítimas reagindo à injustiça social e econômica. Os criminosos de Rubem Fonseca são vítimas e algozes de uma sociedade alienante e desigual, baseada no isolamento individualista e na segregação de cunho étnico e classista. São vítimas de tendências sociais objetivas e culpados por crimes hediondos que correspondem à única reação concebida por eles para o sofrimento social que experimentam e internalizam.

O primeiro crime cometido pelo cobrador ocorre num consultório

odontológico, contra o próprio dentista. Depois de arrancar um dente e tratá-lo com desdém, o dentista cobra o preço da consulta. O narrador então reage, destruindo os equipamentos odontológicos e agredindo o dentista Dr. Carvalho com as palavras e com sua arma:

Abri o blusão, tirei o 38, e perguntei com tanta raiva que uma gota do meu cuspe bateu na cara dele, – que tal enfiar isso no teu cu? Ele ficou branco, recuou. Apontando o revólver para o peito dele comecei a aliviar o meu coração [...] Dei um tiro no joelho dele. Devia ter matado aquele filho da puta (op. cit., p. 163).

Saindo do consultório, ele agride um pedinte cego, enquanto caminha pela multidão, que se apresenta para ele como monstro irracional que o empurra, uma lagarta gigantesca. Em outra cena, caminhando por uma rua, se irrita com um homem dirigindo uma mercedes e vestido como tenista, e atira no carro, matando esse homem. Em seguida, vai comprar uma arma com um contrabandista. Escolhe um revólver Magnum com silenciador, cujo uso lhe renderá o apelido de “louco da Magnum”, e mata o contrabandista em um lance de esperteza:

Também quero comprar um rádio, eu disse pro muambeiro. Enquanto ele ia buscar o rádio eu examinei melhor a Magnum. Azeitadinha, e também carregada. Com o silenciador parecia um canhão. O muambeiro voltou carregando um rádio de pilha. É japonês, ele disse. Liga para eu ouvir o som. Ele ligou. Mais alto, eu pedi. Ele aumentou o volume. Puf. Acho que ele morreu logo no primeiro tiro. Dei mais dois tiros só para ouvir puf, puf (op. cit., p. 165).

Esse crime é cometido menos para obter ganhos materiais do que para obter uma arma para a realização de outros crimes. E assim o narrador se arma para a sua vingança ilimitada: *meu arsenal está quase completo: tenho a Magnum com silenciador, um Colt Cobra 38, duas navalhas, uma carabina 12, um Taurus 38 capenga, um punhal e um facão (op. cit., p. 166)*. Essa vingança, ilimitada e à conta gotas, matando um por um, é influenciada pela mídia. O narrador não apenas observa com atenção a repercussão dos seus crimes nos jornais, como também procura inspiração em produtos da indústria cultural, como o cinema: *Com o facão vou cortar a cabeça de alguém num golpe só. Vi*

no cinema, num desses países asiáticos, ainda no tempo dos ingleses, um ritual que consistia em cortar a cabeça de um animal, creio que um búfalo, num golpe único (op. cit., p. 166).

Esse ritual sangrento será repetido de uma forma macabra e desastrada contra um jovem casal de ricos que o narrador aborda, com a sua inseparável Magnum com silenciador, na saída de uma festa da *hight society*.

Após rendê-los no estacionamento e obrigar o esposo a dirigir até uma praia deserta fora da cidade, o criminoso ouve os pedidos de clemência, quando alegam que a moça estava grávida: *Olhei a barriga da mulher esguia e decidi ser misericordioso e disse, puf, em cima de onde achava que era o umbigo dela, desencarnei logo o feto. A mulher caiu emborcada. Encostei o revólver na têmpora dela e fiz ali um buraco de mina* (op.cit., p. 170).

Após o crime, o narrador chuta a carteira cheia de dinheiro que o homem tentava lhe oferecer (op. cit., p. 170). E então tenta executá-lo segundo o ritual que observou no cinema:

Ajoelha, eu disse.

Ele ajoelhou.

Os faróis do carro iluminavam o seu corpo. Ajoelhei-me ao seu lado, tirei a gravata borboleta, dobrei o colarinho, deixando seu pescoço à mostra.

Curva a cabeça, mandei.

Ele curvou. Levantei alto o facão, seguro nas duas mãos, vi as estrelas no céu, a noite imensa, o firmamento infinito e descí o facão, estrela de aço, com toda minha força, bem no meio do pescoço dele (op. cit., p. 170).

Mas a cabeça do “devedor” não caiu no primeiro golpe, como os chineses faziam no filme que o narrador viu, e que ele agora tentava imitar. Então o assassino tentou de novo, e de novo, dando vários golpes no pescoço da sua vítima, matando-a sem conseguir decepar a cabeça, até conseguir cortar a cabeça da vítima, já morta, fazendo uma caricatura bizarra do ritual que tentava imitar. O ridículo e o grotesco mesclam-se nos crimes do Cobrador.

Botei o corpo sobre o pára-lama do carro. O pescoço ficou numa boa posição. Concentrei-me como um atleta que vai dar um salto mortal. Dessa vez, enquanto o facão fazia seu curto percurso mutilante zunindo fendendo o ar, eu sabia que ia conseguir o que queria. Brock! a cabeça saiu rolando pela areia. (op. cit., p. 170-171).

Outro crime especialmente cruel que ele comete é o estupro de uma dona de casa que morava em um apartamento de luxo. Disfarçado de “bombeiro” (encanador?) com a língua presa, o narrador entra com uma arma escondida no apartamento, rende a mulher e a sua empregada, que é amarrada, para depois levar a patroa para o quarto, onde a estupra:

Dei-lhe um murro na cabeça. Ela caiu na cama, uma marca vermelha na cara. Não tiro. Arranquei a camisola, a calcinha. Ela estava sem sutiã. Abri-lhe as pernas. Coloquei os meus joelhos sobre as suas coxas. Ela tinha uma pentelheira basta e negra. Ficou quieta, com olhos fechados. Entrar naquela floresta escura não foi fácil, a buceta era apertada e seca. Curvei-me, abri a vagina e cuspi lá dentro, grossas cusparadas. Mesmo assim não foi fácil, sentia o meu pau esfolando. Deu um gemido quando enfiei o cacete com toda força até o fim. Enquanto enfiava e tirava o pau eu lambia os peitos dela, a orelha, o pescoço, passava o dedo de leve no seu cu, alisava sua bunda. Meu pau começou a ficar lubrificado pelos sucos da sua vagina, agora morna e viscosa. (op. cit., p. 172).

O crime, como o conto inteiro, é narrado do ponto de vista do criminoso, que alega que a vítima resistiu apenas no início, pois depois passou a sentir prazer e até atingiu o orgasmo. *Como já não tinha medo de mim, ou porque tinha medo de mim, gozou primeiro do que eu* (op. cit., p. 172).

Os crimes cometidos e narrados pelo narrador são direcionados contra indivíduos abastados, como um fim em si mesmo, para “aliviar o coração”. Muitos deles são premeditados e executados com frieza, encarados como uma vingança ilimitada de um homem pobre e discriminado contra indivíduos do estrato social dominante. Ele não busca lucro, mas age como se os seus crimes fossem uma compensação contra a injustiça e a exploração sofridas pelos socialmente excluídos, entre os quais se encontra o próprio narrador.

A mudança de escala acontece quando o narrador conhece Ana Palindrômica, moça branca, rica e bonita. Ambos se envolvem sexual e afetivamente, e tornam-se parceiros no crime. Sob os ensinamentos de Ana, o narrador planeja ampliar o alcance dos seus crimes, utilizando bombas ao invés de revólveres e facões. Também aprende a definir melhor o seu inimigo e buscar resultados práticos em cada ação. Numa espécie de sátira dos movimentos revolucionários dos séculos XIX e XX, ele redige um “manifesto”, no qual expõe as suas razões e propósitos, buscando adquirir prestígio e até mesmo inspirar os outros a seguirem o seu exemplo.

Leio para Ana o que escrevi, nosso manifesto de Natal, para os jornais. Nada de sair matando a esmo, sem objetivo definido. Eu não sabia o que queria, não buscava um resultado prático, meu ódio estava sendo desperdiçado. Eu estava certo nos meus impulsos, meu erro era não saber quem era o inimigo e por que era inimigo. Agora eu sei, Ana me ensinou. (op. cit., p. 180-181).

Essa orientação “ética”, embora de uma maneira deturpada, se expressa num raciocínio curiosamente próximo do princípio do “imperativo categórico” de Immanuel Kant: *Sei que se todo fodido fizesse como eu o mundo seria melhor e mais justo* (op. cit., p. 179). *E o meu exemplo deve ser seguido por outros, muitos outros, só assim mudaremos o mundo. É a síntese do nosso manifesto* (op. cit., p. 181).

O narrador do conto *O cobrador*, portanto, não busca adquirir bens de consumo por meio da violência, como fazia o narrador de *Feliz ano novo*. O alívio e satisfação que ele busca também não são exatamente da mesma natureza que a do narrador de *Passeio noturno I* e *Passeio noturno II*. Este procurava apenas aliviar a tensão do dia de trabalho como executivo de uma grande empresa, satisfazendo impulsos sádicos e cruéis, utilizando-se do carro importado de luxo. O crime é um meio de reafirmar o seu privilégio social (que inclui também o direito de matar por prazer).

Já os crimes cometidos pelo narrador de *O cobrador* ao longo da narrativa são compensatórios, pois, apesar da brutalidade espetacular, eles não possuem nenhuma capacidade de provocar mudanças estruturais. São uma reação subjetiva à violência objetiva, sistêmica e simbólica, imposta pelo funcionamento da pirâmide social. A mudança do banditismo solitário e episódico para o terrorismo político sistemático tem como ponto de transição o envolvimento com a jovem, bela e rica Ana, que lhe ensina a escolher com mais clareza os alvos e propósitos da violência homicida, além de buscar um maior alcance e atenção para a violência, adquirindo prestígio por meio de bombas e manifestos. Não podemos, apesar disso tudo, afirmar com toda a clareza que se trata aí de uma luta revolucionária, visando à subversão de estruturas de dominação para a construção de uma nova ordem social. Trata-se, antes, de uma “revolta niilista”, que busca a destruição e o terror como um fim em si mesmo, apesar de existir a esperança de que o exemplo seja seguido para fazer “um mundo melhor e mais justo”.

Considerações finais

Procuramos enfatizar a relação entre violência e literatura presente no conto que estudamos, com base numa distinção fundamental entre a violência subjetiva, que pode ser atribuída a indivíduos ou grupos de indivíduos – ou seja, noção de que há um culpado individualizável a quem responsabilizar e de que é a única codificada e criminalizada ou legitimada (parcialmente) em nossos códigos de normas penais –, e a violência objetiva, uma violência anônima que impõe o sofrimento social necessário ao funcionamento do sistema econômico-social e da imposição de um mundo de significados socioculturais.

É possível relacionar o texto, no qual o criminoso que se proclama um “cobrador” da dívida social violenta homens e mulheres pertencentes às classes dominantes, ao contexto social da modernização conservadora imposta pela ditadura civil-militar instaurada pelo golpe de 1964. O crescimento das desigualdades sociais e da segregação durante esse regime inchou as grandes metrópoles urbanas e polarizou-as em extremos de riqueza e pobreza; uma minoria de privilegiados morando em ilhas de prosperidade cercadas por mares de exclusão social. Junto com a segregação urbana de classe e raça, cresce a violência urbana, que assume proporções epidêmicas, tendo nos pobres e nos negros as suas principais vítimas, realidade esta que perdura até os nossos dias.

A narrativa do ponto de vista do criminoso subverte o sentido lógico e moral do tradicional romance policial na afirmação da legalidade e do esclarecimento. O criminoso narrador dissolve o mistério e zomba da lei, expondo sem culpas, nem pudores, os seus crimes hediondos, mas também os sentimentos que o movem, baseados em uma moral particular.

Existe, no conto, uma analogia implícita entre o crime e a poesia na narrativa, expressa pelo artifício de fazer do criminoso um poeta, e do poeta um criminoso. O bandido poeta expressa a sua experiência interior de sofrimento social e satisfaz o seu desejo de transgressão das hierarquias sociais igualmente por meio do crime violento e da poesia. A literatura torna-se, então, o canal de exposição da violência urbana, da violência sofrida e da violência cometida.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

- AMARAL, Marcela da Silva. **Rubem Fonseca: a escrita como violência ou a palavra como arma.** 2007, 89 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** 2. ed. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. **A modernidade e os modernos.** Tradução de Heindrun Krieger Mendes da Silva, Arlete de Brito, Tania Jatobá. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- _____. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo.** 2. ed. Tradução de Hemerson Alves Batista e BARBOSA, Jose Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** Tradução de Daniela Kern & Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: EDUSP, 2007.
- CÂNDIDO, Antonio. . **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária.** 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2002.
- _____. **A educação pela noite e outros ensaios.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos.** 7. ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993, 2v.
- _____. **O discurso e a cidade.** 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004.
- FERREIRA FILHO, Benjamin Rodrigues. **Comédia negra e outros assombros: política, história e guerra na ficção de Rubem Fonseca.** 2008. 201 f. Tese (Doutorado em Ciências da Literatura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FLORES, Pablo Jamilk. **Violência, violências: algumas expressões em contos de Rubem Fonseca.** 2011, 111 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, UNIOESTE.
- FONSECA, Rubem. **O cobrador.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Tradução de Maria Celia Santos Raposo. 5. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 1992.
- MONTI, Tony. **Escritores e assassinos: urgência, solidão e silêncio em Rubem Fonseca.**, 132 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2011.
- POE, Edgar Allan. **A filosofia da composição.** Trad. Lé Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: 7letras, 2008.
- ŽIŽEK, Slavoj. 2009. **Violência: seis notas à margem.** Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água.

ABSTRACT

This paper on Rubem Fonseca's *O cobrador* emphasizes the ambiguities of its storyteller. At the same time victim of an objective violence and agent of an individual one, the storyteller expresses his lonely revolt by suing free verses

poetry and violent crimes against rich individuals, from whom he “charges” what he calls a “social debt”. Under a deeply unequal and consumerist social order, the poetry and the violence dimensions of Fonseca’s writing appear as complementary modes of an individual revolt motivated by a frustrated consumer condition.

KEYWORDS: Poetry, Violence, Narrative.



Conhecer para otimizar o fazer – Sobre a representação social da psicologia no hospital

Denise S. M. Gondim¹
Vânia Maria R. O. Tatagiba²

RESUMO

O presente artigo expõe o resultado de uma pesquisa qualitativa exploratória, realizada no período de 2010 a 2013, pelo Serviço de Psicologia no Hospital Ferreira Machado em Campos dos Goytacazes, R.J. Objetivou analisar a representação social dos pacientes, acompanhantes e equipe multidisciplinar sobre a Psicologia no contexto hospitalar. Foi possível identificar os fatores valorizados na atuação do psicólogo, estabelecer as situações em que a equipe (multidisciplinar) solicita o referido profissional, além de observar a posição que o psicólogo ocupa na mesma equipe. Os dados foram colhidos com a utilização de entrevistas semi-estruturadas, gravadas e transcritas sob as normas de ética em pesquisa com seres humanos. O referencial teórico da teoria da representação social e da psicanálise nos permitiu compreender o que esses sujeitos pensam sobre o psicólogo no espaço hospitalar. O estudo foi relevante pelo fato de ter colaborado na compreensão e reconhecimento dos ajustes necessários ao desenvolvimento do serviço de psicologia, identificando ações que possam atender melhor à demanda da assistência hospitalar.

Palavras-Chave: Psicologia Hospitalar; Multidisciplinaridade; Representação Social; Subjetividade;

Recebido em 30/11/2013
Aceito para publicação em 29/05/2016

¹Mestre em Ciências da Saúde ENSP/Fiocruz; Psicóloga, membro analista do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise, seção Campos dos Goytacazes; Coordenadora de Pós-Graduação em Psicanálise: sujeito e cultura e de Psicologia da Saúde da Faculdade de Medicina de Campos. Chefe do Departamento de Psicologia do Hospital Ferreira Machado em Campos dos Goytacazes; Endereço: Rua Oswaldo Tavares, 173, Jardim Flamboyant, CEP 28015-190, CPF 52485943753 E-mail: degondim@gmail.com

² Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Psicóloga, Professora titular de cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Estácio de Sá (UNESA - Campos dos Goytacazes/RJ). Psicóloga do Hospital Ferreira Machado em Campos dos Goytacazes. Endereço: rua Barão de Miracema, 255, apt 707. Centro. CPF 86354809704. E-mail: vmtatagiba@uol.com.br

INTRODUÇÃO

A inserção da psicologia no espaço hospitalar é muito recente e, por causa disto, remete a vários significados sobre sua prática. A prática do psicólogo no hospital muitas vezes não contempla a perspectiva do usuário de forma adequada e eficaz. As teorias, com seu aparato conceitual-prático, que orientam os procedimentos do psicólogo, necessitam ser adequadas à demanda existente neste contexto – o hospital. Busca-se, assim, articular a assistência psicológica à realidade do usuário a partir do reconhecimento do significado que este atribui ao atendimento psicológico oferecido no Hospital Ferreira Machado – Campos/RJ.

A psicologia hospitalar, desde a sua criação, é um campo de atuação que suscita muitas discussões. Estudos e pesquisas mostram que ainda é obscura a relação que existe entre a prática do profissional de psicologia em uma instituição de saúde e a expectativa que os usuários têm do seu trabalho.

Ressaltamos que a prática do psicólogo no hospital se baseia na atenção ao paciente, à “família” e também à equipe de saúde. A angústia, que emerge no trabalho de equipe, ressoa na atenção e no cuidado com o paciente e, conseqüentemente, na “família”. Muitos teóricos da área da Psicologia revelam que é preciso delimitar a especificidade do trabalho do psicólogo, uma vez que o mesmo trabalha com subjetividade, um termo que carrega em si um caráter de imprecisão.

Muito se têm debatido sobre os discursos e práticas em torno dos fenômenos psíquicos e subjetivos em relação aos pacientes internados em hospital. Estes fenômenos, não raro, causam estranheza no campo da medicina pela incongruência da urgência das doenças orgânicas, ou seja, da enfermidade que assola o corpo. Neste cenário, a presença do psicólogo convida à subjetividade uma vez que ele trabalha, sobretudo, com a escuta e com a palavra.

A pesquisa foi elaborada a partir dos atendimentos e das observações das situações de desconhecimento e equívocos quanto à prática do psicólogo no hospital. Visou, sobretudo, elucidar a especificidade do psicólogo hospitalar. Nesse sentido, a pesquisa “*Conhecer para otimizar o fazer*” teve como objetivo geral identificar a representação social dos pacientes, acompanhantes e equipe multidisciplinar sobre a Psicologia no contexto hospitalar. Os objetivos específicos foram definidos de maneira a extrair das entrevistas a) um conceito sobre a representação social da psicologia; b) identificar os fatores que são ou

não valorizados na intervenção do psicólogo; c) estabelecer as situações em que a equipe multidisciplinar solicita atendimento psicológico para o paciente; d) verificar a posição que o psicólogo ocupa na equipe multidisciplinar; e) investigar os benefícios de uma intervenção psicológica.

A relevância dessa pesquisa consistiu, sobretudo, em contemplar os fenômenos que apareceram na escuta da singularidade apresentada no discurso dos pacientes, dos seus acompanhantes e da equipe multidisciplinar, além de estabelecer um conceito de psicologia hospitalar a partir da representação social dos sujeitos pesquisados.

REFERENCIAL TEÓRICO

O “ser humano” é na verdade, um ser de linguagem, isto é, ele depende dela desde muito precocemente para sobreviver e para organizar o seu funcionamento enquanto ser falante inserido na cultura; necessita de um outro falante que o alimente de voz. Todavia, a linguagem por si só não esclarece sua intenção, por ser em si mesma ambígua e contraditória. É necessário um interlocutor, alguém que ouça o discurso e atribua sentido, através do qual ocorrerão as trocas eu-outro, ou seja, a linguagem como código.

Mediante as contribuições das teorias da linguagem, a presente pesquisa, fundamentada em estudos da Psicologia da Saúde e na teoria das representações sociais, recorreu às análises de autores que edificaram o arcabouço teórico vinculado a este tema (linguagem).

Serge Moscovici (2005) foi o fundador da teoria das representações sociais. Para o autor, as representações são produtos da interação, da comunicação; elas tomam sua forma e configuração específica a qualquer momento, como uma consequência do equilíbrio específico desses processos de influência social.

Spink (2003) se refere às representações sociais como formas de conhecimento prático - o saber do senso comum. Esse saber é utilizado pelos sujeitos de maneira a estabelecer certa organização que permita aos mesmos orientar-se em seu mundo social. Dessa forma, a comunicação entre os membros de um mesmo grupo é possível.

Assim, a pesquisa “Conhecer para otimizar o fazer” nos diz dos modos de representação social sobre o trabalho do psicólogo com os pacientes, acompanhantes e equipe técnica, no contexto hospitalar, expressos pela via da

linguagem que são projetadas no social e adquirem vários significados.

Segundo Tatagiba (2006, p. 90) “*as normas estabelecidas nos grupos sociais serão códigos a serem compartilhados através da linguagem em uma estrutura de relações inteiramente dependente dela [linguagem]*”. Nesse sentido, os códigos adotados pelos grupos inspiram-se nas experiências individuais que são comunicadas pela capacidade de propagar-se enquanto mensagens. Partimos, portanto, do pressuposto de que a linguagem pode ser considerada um fenômeno discursivo devido à sua função linguística como expressão social, ou seja, mensagens apropriadas pelo sujeito em interação como expressão de sua subjetividade. A linguagem nesse processo organizará tal interação na busca de sentidos. O profissional psicólogo desempenha, nessa realidade interacional, o papel de decodificador dessa linguagem.

Santana, Lima e Morato, (2001) apontam que é no espaço intersubjetivo que se elabora o significado e, posteriormente, a tematização do fazer psicológico, viabilizando aberturas e transformações para uma prática clínica pertinente. Nesse sentido, o estudo desenvolvido por Fela Moscovici vem trazer sua contribuição ao afirmar que o *feedback* é um processo de ajuda para mudanças de comportamento: “*necessitamos saber o que estamos fazendo inadequadamente, como também o que conseguimos fazer com adequação, de modo a podermos corrigir as ineficiências e mantermos os acertos*” (2008, p. 94).

Outro referencial das teorias de linguagem utilizado foi a semiótica psicanalítica, que forneceu as ferramentas metodológicas para operar na decodificação e análise das narrativas discursivas.

Segundo Santaella, “*o nome Semiótica vem da raiz grega semeion, que quer dizer signo. Semiótica é a ciência dos signos [...]. A Semiótica é a ciência geral de todas as linguagens*” (1986, p. 07). Portanto o objeto de estudo da Semiótica são as linguagens como possibilidade de comunicação.

Conforme sinaliza Santaella “*o homem só conhece o mundo porque de alguma forma o representa e só interpreta esta representação numa outra representação*” (1986: 70). Portanto é na linguagem que tal possibilidade é dada.

Outro referencial teórico, conforme ressalta Spink (2003), retrata a relevância da perspectiva construtivista para a área da saúde e, portanto, para essa pesquisa. Afirma que dentre as possíveis contribuições desse modelo está a Teoria das Representações Sociais. Conforme a referida autora, são as

representações – como forma de conhecimento prático - que orientam a ação. Se quisermos influenciar a ação, diz a autora, precisamos antes compreender o que embasa a ação. A palavra de ordem, no caso, não é educar, mas conscientizar, tornando transparente o que era opaco e enfatizando os aspectos criativos do pensamento individual. É assim que a linguagem como código colabora para representar as elucidações dos sujeitos.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no Hospital Ferreira Machado no município de Campos dos Goytacazes, RJ. Este hospital é público, funciona em regime de emergência, com classificação nível III pelo Ministério da Saúde.

Para execução da pesquisa, foi encaminhado o projeto à direção do hospital com um pedido de autorização para a realização da mesma em suas dependências. Posteriormente, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética do ISECENSA (Institutos Superiores de Ensino do CENSA) e aprovado, com registro no CEP: 1295.0.000.413-11, em 19/09/2011, a partir da qual os trabalhos foram iniciados.

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa exploratória que nos proporcionou uma visão geral acerca do fenômeno a ser estudado. Foi aplicado o pré-teste inicialmente após elaboração de sentenças semi-estruturadas. Nessa etapa foram entrevistados 15 sujeitos e os dados coletados revelaram que havia necessidade de reformular as sentenças para adequá-las aos objetivos da pesquisa. Em seguida, as entrevistas feitas foram gravadas e transcritas.

Os sujeitos da pesquisa foram definidos em 45, levando em consideração a proporção entre os grupos envolvidos (pacientes hospitalizados em condições de se comunicarem pela fala, excetuando-se os pacientes da Pediatria e da UTIP, por serem crianças, acompanhantes e profissionais). Dessa forma obteve-se um total de 15 pacientes, sendo 3 por clínica (Cirúrgica, Médica, Neurocirurgia, CTI, DIP/Tisiologia); 14 acompanhantes, sendo 2 por clínica (Cirúrgica, Médica, Neurocirurgia, CTI, DIP/Tisiologia, Pediatria e da UTIP) e 16 membros da equipe relacionados às clínicas, sendo 2 por categoria (médicos, enfermeiros, assistentes sociais, nutricionistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, auxiliares ou técnicos de enfermagem e auxiliares de serviços gerais/limpeza).

Foram entrevistados, selecionados, supervisionados e orientados pelas autoras da pesquisa, 10 alunos do curso de graduação em Psicologia da

Universidade Estácio de Sá e dos Institutos Superiores de Ensino do CENSA, ambas situadas em Campos. Todos os candidatos selecionados assinaram um termo de compromisso ético em consonância com os princípios da pesquisa com seres humanos.

Estes alunos, considerados auxiliares de pesquisa, foram distribuídos a partir de sorteio, mantendo a maior diversificação possível de clínicas e de categorias, por auxiliar de pesquisa. Ressaltamos que todos os candidatos selecionados assinaram um termo de compromisso.

As sentenças usadas foram diferentes para a equipe; esse fato tornou-se necessário considerando o diferencial do lugar que o psicólogo ocupa para cada grupo de sujeitos da pesquisa.

As perguntas feitas para os pacientes e acompanhantes foram:

1. O que é a Psicologia;
2. O que é o trabalho do psicólogo;
3. Se já procurou atendimento psicológico;
4. Os benefícios que a Psicologia pode oferecer;

Enquanto para a equipe foi perguntado:

1. Sobre a abordagem de atendimentos;
2. As demandas de atendimentos;
3. O trabalho com a equipe multiprofissional
4. O desconhecimento do trabalho do psicólogo/ indiferenciação em relação ao assistente social.

A análise do material coletado foi agrupada em categorias temáticas, que se configuraram a partir do tema central. Todos os sujeitos entrevistados assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos dados seguiu uma lógica em que inicialmente foram apresentados os resultados obtidos pelas entrevistas feitas com os pacientes (P), a seguir com os acompanhantes (A) e por último com a equipe (E).

Pacientes

O perfil dos pacientes entrevistados foi descrito, em sua maioria, como: feminino, solteiro, com ensino fundamental incompleto, morador da cidade e tendo como ocupação principal do lar.

A análise das entrevistas revelou que 90% do total de entrevistados desconhecem o que é a Psicologia e dos 10% restantes, 5% afirmaram se tratar de uma profissão ligada à área da Saúde Mental e os outros 5% disseram que o psicólogo “conversa”. Esse dado mostra que, apesar da Psicologia existir no Brasil há mais de 40 anos como ciência e profissão, não há clareza por parte desses sujeitos da pesquisa sobre o que é essa atividade.

Autores como, por exemplo, Lo Bianco, Bastos, Nunes & Silva (1994) revelam que a discussão acerca da prática do psicólogo tem sido objeto de debate nas universidades, que constantemente reavaliam a grade curricular. Os currículos, então, começam a se adequar a uma nova realidade que aponta para a necessidade de uma psicologia voltada para o campo social. A autora mostra que as modificações na concepção da prática do psicólogo levam a uma delimitação do conhecimento que requer em psicologia uma atuação voltada para o campo interdisciplinar.

A passagem para a consideração do contexto social é acompanhada certamente por modificações nos referenciais teóricos que informam as práticas clínicas. Ao deixar de considerar apenas a ‘dimensão individual, intrapessoal’ e tornar como valor importante a ‘inserção social’ se deixa também uma visão solipsista de uma consciência individual que se isola em relação ao mundo externo (Lo Bianco et al, 1994, p. 28).

A ampliação do campo de atuação do psicólogo e a sua inserção no campo específico da saúde mental são discutidas por Spink (2003). A autora mostra que a relação direta entre a Psicologia e a Saúde Mental se dá devido ao fato de a primeira, tradicionalmente, estar vinculada ao processo saúde/doença e à dicotomia entre o físico e o mental, que no plano individual se apresenta como potencialmente geradora de sofrimento psíquico.

O trabalho do psicólogo é apontado por 5% dos entrevistados como conversa. O psicólogo é aquele que ajuda às pessoas a enfrentarem seus problemas, como se pode notar na fala a seguir: “Psicologia?! Eu acho que...

pelo que eu entendo, assim, trabalha mais o psicológico da pessoa, né? Trabalha com conversa pra ver como é que a pessoa tá, como tá o psicológico da pessoa” (P. 10). Na entrevista do paciente citado anteriormente destacamos a palavra conversa como o ponto chave do trabalho do psicólogo. O conversar do psicólogo está relacionado à verificação da posição subjetiva, isto é, a partir da identificação do sujeito, considerando as suas manifestações psíquicas. Ou seja, a conversa do psicólogo é seu próprio instrumento de trabalho, pois é através dela que a escuta é possível e, conseqüentemente, a elaboração por parte do paciente.

Autores como Simonetti (2004), Spink (2003) e Camon (2006) revelam a necessidade de delimitar o trabalho do psicólogo, uma vez que o objeto com o qual se trabalha é a subjetividade, termo que carrega em si um caráter de imprecisão.

Outra questão abordada na pesquisa foi a busca pelo atendimento psicológico. Dos pacientes entrevistados, 70% deles afirmaram que nunca procuraram atendimento. Os 30% restantes relataram que tiveram necessidade de procurar um atendimento face a problemas com uso de drogas, depressão, problemas com a família, medo de morrer, risco de suicídio, entre outros.

Fui ao psicólogo porque tava com depressão, fiz uns dois a três meses, daí, melhorei, aí não fui mais. Aí o psicólogo me mandou fazer atividades que me distraísse. Eu não fico mais sozinha, tem sempre alguém comigo. (P 7)

Não, não é o primeiro, enquanto eu tô aqui, ela tá me acompanhando lá fora. Eu tava precisando, sabe como é, né? Pelo problema que eu me encontro, não sei me controlar, aqui me envolvo, com esse negócio [...], esse negócio de droga, sabe? Aí quando eu tô aqui, faz uns trinta dia, aí a psicóloga aqui conversa comigo, me ajuda [...] (P 2)

Os motivos apontados pelos sujeitos da pesquisa, para buscarem um atendimento psicológico, mostram a existência de sintomas decorrentes de uma lógica psíquica que afetam o funcionamento biopsicossocial. Em relação aos benefícios que o psicólogo pode oferecer, os entrevistados foram unânimes em afirmar que o psicólogo ajuda no que se refere ao resgate da autoestima e na luta para superar e ou suportar a doença e suas conseqüências. Outro termo muito usado pelos entrevistados foi apoio, assim entendido como a disponibilidade do psicólogo estar na cena hospitalar de forma acrítica.

A psicologia hospitalar valoriza sobretudo a escuta e, para que isto se dê, é necessário não somente ouvir, mas sustentar as queixas, as angústias e o

próprio sofrimento decorrente da hospitalização. Deve-se tratar a pessoa e não a doença e esse fato só é possível quando o psicólogo se dispõe escutar o sujeito e suas implicações éticas, sociais e psíquicas. Simonetti (2004, p. 125) ressalta que para o psicólogo o atendimento é uma entrevista, enquanto que para o paciente é uma conversa e é nisso que reside o que o autor denomina “*arte da psicologia clínica*”.

Acompanhantes

O perfil dos acompanhantes entrevistados se mostra similar ao dos pacientes: a maioria mulheres, pertencente à família do paciente, baixa escolaridade, sem emprego fixo.

De acordo com os dados obtidos nas entrevistas, verificou-se que, no que se refere à pergunta sobre o que é psicologia, a maioria dos entrevistados apontou inicialmente que desconhecia esta prática. Todavia, no decorrer das entrevistas, esse desconhecimento foi se traduzindo em dúvidas. Os entrevistados se mostraram com receio de não estarem certos ou por não saberem realmente o que faz um psicólogo. Tais respostas permitem pensar que a população assistida no hospital teve pouco ou nenhum contato com a Psicologia fora do ambiente hospitalar.

Sendo assim, Spink (2003) traz uma discussão acerca da entrada tardia do psicólogo no hospital quando afirma que “*a psicologia chega tarde neste cenário e chega “miúda”, tateando, buscando ainda definir seu campo de atuação, sua contribuição teórica efetiva e as formas de incorporação do biológico e do social ao fato psicológico*” (SPINK, 2003, p.29).

Hoje, após avanços no campo de atuação do psicólogo, a comunidade tem mais acesso a esse profissional. Mohallem, (2003, p. 25) observa que “[...] *nem sempre esses pacientes chegam até o consultório do analista, mas tem grandes possibilidades de chegar até o hospital. E lá podem se encontrar com um analista*”.

Ou seja, os pacientes não chegam ao hospital em busca do psicólogo, mas o encontram no momento de grande fragilidade. Neste sentido, os entrevistados entendem que a Psicologia tem como finalidade acompanhar, ajudar, orientar, incentivar e conversar.

Quando a pessoa tá com depressão, com o sistema nervoso abalado ... Eu acho que seja pra orientar, pra que as pessoas estejam dentro do ritmo do

que pode falar, do que não pode, do que deve, do que não deve, e eu acho que é só isso. (A 2)

Conversa com as pessoas, pra poder entender as coisas melhor, né? Que tá em dúvida do que vai acontecer ou não vai, tudo isso. (A 3)

Conversa com a pessoa para saber como é que está... Como ele é tratado? Se a família dá assistência, se a família puxa por ele? Conversa ... é uma parte importante, né? (A 5)

As categorias – ajudar, orientar e entender – estão diretamente relacionadas ao que os entrevistados se referiram como “conversar”. O psicólogo, como se pode notar na análise das entrevistas, realiza suas atividades pela via da palavra. É na comunicação verbal ou não – gestos, olhares, expressões faciais, silêncio – que o não sentido faz sentido. É na interlocução entre alguém que fala e o outro que escuta que o trabalho acontece. Segundo Simonetti, (2004, p. 24) *“o psicólogo trabalha com o que é mais específico no ser humano, ou seja, a linguagem, a palavra, a conversa”*.

Em relação à busca de atendimento psicológico, nove dos quatorze entrevistados responderam que nunca procuraram, mas, que gostariam, que precisam. Eles dizem também da dificuldade de acesso ao atendimento psicológico; além de relatarem conhecer alguém que foi ao psicólogo e os benefícios do tratamento. Em relação aos benefícios oferecidos pelo psicólogo, os acompanhantes responderam que o reconhecimento de uma palavra amiga ajuda no processo de internação, assim como o esclarecimento das informações necessárias.

Equipe

O perfil da equipe técnica entrevistada revela que além de serem em sua maioria mulheres, possuem curso superior, pós-graduadas, casadas e residentes em área urbana. Os dados das entrevistas em relação à pergunta sobre o que faz o psicólogo no hospital revelam quatro desdobramentos: abordagem de atendimentos; demandas de atendimentos; trabalho com a equipe multiprofissional e desconhecimento do trabalho do psicólogo/indiferenciação em relação ao assistente social.

A abordagem individual com pacientes e acompanhantes, práxis clássica da Psicologia, foi a forma de atendimento mais mencionada. Além dessa oferta

inicial do serviço a todos, foram nomeadas outras formas de atendimento, tais como: dar suporte psicoterápico, acompanhamento, atendimento, apoio, conversa, ouvir, suavizar a dor, orientar, avaliar, dar parecer.

Outra forma de atendimento citada foi a intervenção junto à família, ilustrada pelo sujeito “[...] porque a família também sofre bastante nesse processo de internação” (E. 12). As respostas encontradas na pesquisa se coadunam com a posição de Chiattonne (2006, p.124) quando esta afirma que, “[...] uma eficiente forma de eleição de casos mais urgentes refere-se à prática de “visita psicológica” a todos os leitos da enfermaria, utilizando-se de protocolo específico para levantamento de dados primordiais para definição das tarefas diárias e semanais [...]”. Desta forma, os casos urgentes podem ser vistos, permitindo melhor acompanhamento a todos os pacientes e familiares.

No que diz respeito às demandas de atendimento psicológico, foram citadas: distúrbio emocional, depressão, tristeza, conflitos, alterações de comportamento, sofrimento e tentativas de suicídio. Os sujeitos da pesquisa também se referem à prática do psicólogo como sendo: o cuidado com a parte mental do paciente, o questionamento dos problemas identificados e o acolhimento das manifestações do inconsciente. Outra demanda cuja citação merece destaque, foi a ajuda ao enfrentamento do paciente à hospitalização/doença/tratamento, envolvendo as situações de perdas (mortes ou amputações), traumas e sequelas. O psicólogo, segundo a pesquisa, seria o profissional que auxilia o paciente na percepção sobre si mesmo e o consequente reposicionamento frente à nova situação, promovendo o desenvolvimento possível.

Amorim e Lopes (2004) retomam as considerações de Eksterman (1994), afirmando que a doença é um acontecimento singular, próprio da história de cada sujeito. Isso diz respeito ao seu modo de relação com as pessoas e consigo mesmo, o que lhe permite conferir um sentido particular à sua própria doença.

Na visão dos entrevistados, também faz parte da prática do psicólogo no hospital um atendimento à equipe profissional. Citam como tarefa desse profissional a interlocução com todos os sujeitos envolvidos no cenário da hospitalização, sejam pacientes, acompanhantes e membros da equipe. Acerca desse assunto, Amorim e Lopes (2004, p. 200) consideram que “*é também foco de especial atenção em nosso trabalho instrumentalizar a equipe para identificar nos pacientes e familiares disfunções emocionais que pudessem ser manejadas pela própria equipe*”.

Quando perguntamos à equipe de trabalho em que situação encaminham o paciente para o atendimento psicológico, as respostas obtidas foram divididas em três categorias de análise: problemas decorrentes da própria internação, demandas ao psicólogo e mediação dos conflitos entre os sujeitos envolvidos na internação/tratamento.

No que diz respeito às demandas de atendimento ao psicólogo, as respostas, de forma geral, repetem os resultados obtidos na pergunta anterior acerca da prática do psicólogo. Os sujeitos citam os distúrbios emocionais, as alterações de comportamento, a depressão, o enfrentamento dos traumas e perdas como os motivadores do encaminhamento à Psicologia. De forma expressiva, citam também questões acerca da informação do diagnóstico e das más notícias – risco iminente de morte.

Sobre a fragilidade emocional dos sujeitos frente ao processo de adoecimento, Amorim e Lopes (2004) apontam que o contato direto e consecutivo com a doença, com sofrimento, dor e morte, colocam o profissional de saúde diante de sua própria vida, saúde ou doença, conflitos e frustrações, ou seja, sua impotência. Da mesma forma, Kuel (2003, p. 101), refere que o *“não saber-não poder diante da angústia camufla um fantasma de onipotência que é o que sustenta essas manifestações de impotência e de não implicação”*. Isto aponta para a dificuldade do profissional da saúde no enfrentamento das situações traumáticas decorrente do acúmulo de excitação com a qual o sujeito não consegue lidar, traduzindo-se como uma experiência de desamparo.

Ainda sobre a pergunta anterior – as demandas ao psicólogo – os problemas decorrentes da própria internação e seus efeitos sobre a equipe surgem como motivadores de encaminhamento à Psicologia. Sobre a relação entre o adoecimento e a angústia de morte, Chiattonne (2006, p. 131) diz que *“[...] a morte ronda os hospitais, as enfermarias, os centros cirúrgicos, os prontos-socorros e os profissionais que ali atuam... refletindo o também “fracasso” das condutas terapêuticas”*.

Quando perguntados sobre o lugar da Psicologia na equipe de profissionais, de forma geral, todos afirmam a importância do trabalho em equipe com vistas à interdisciplinaridade, mas reconhecem a distância desse modelo. Bruscato, Kitayama, Fregonese & David (2004, p. 35) afirmam ser esta a expectativa da maioria das equipes. *“A equipe busca uma superação de fronteiras disciplinares, com a construção de uma linguagem interdisciplinar consensualmente construída entre os integrantes. Cada membro amplia seus referenciais específicos e desenvolve ação colaborativa com os demais”*.

O psicólogo é reconhecido como o profissional que possui a visão subjetiva dos envolvidos, sejam eles pacientes, acompanhantes e membros da equipe e, em consequência, lhe é atribuído o papel de articulador/mediador entre esses sujeitos. Chiattonne (2006, p.151) corrobora nessa direção:

Dessa forma, em tarefa contextualizada pela tríade assistência, ensino e pesquisa, em nível da relação entre a psicologia e a medicina, a psicologia no contexto hospitalar objetiva a clarificação do fenômeno adoecer, em sua mais ampliada definição. Além disso, no hospital geral, a assistência define-se por atendimentos psicológicos à tríade pacientes, familiares e equipe de saúde, em tarefa perfeitamente contextualizada na rotina de trabalho das enfermarias, unidades e ambulatórios.

Uma última colocação que merece ser citada é a demanda de um psicólogo que pudesse cuidar da equipe. Sobre esse assunto, Amorim e Lopes (2004, p. 195) afirmam que a “*análise e elaboração de planos interventivos voltados para os profissionais que integram a instituição de saúde é também um dos focos potenciais de atuação da Psicologia Hospitalar*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicologia hospitalar é um campo de atuação recente, onde a subjetividade abre espaço para novas investigações. O psicólogo no hospital lida com a angústia, com a dor psíquica, em detrimento das práticas organicistas em que há uma predominância do corpo físico. O propósito dessa pesquisa consistiu em verificar as representações sociais dos pacientes, acompanhantes e equipe acerca do papel do psicólogo.

A abrangência dessa pesquisa se circunscreveu às clínicas de internação de um hospital de emergência – Hospital Ferreira Machado, conforme detalhado anteriormente na metodologia. No que se refere ao objetivo geral da pesquisa, entendemos que o mesmo foi atendido, à medida que, de forma consensual, todos os entrevistados descrevem o psicólogo como um especialista no campo da palavra, um profissional da “conversa”, todavia não se trata de uma “conversa comum”, na medida em que traz à luz singularidades e subjetividades.

Os sujeitos da pesquisa ressaltam a escuta como a conceituação possível de uma prática, que não se submete a uma definição mais objetiva/formal.

A realização dessa pesquisa possibilitou um conhecimento acerca da realidade da psicologia hospitalar e revelou que, sobretudo, o trabalho do psicólogo, nesse contexto, não se restringe a uma relação dual, visto que há sempre um terceiro elemento, a saber – a instituição, o médico, a doença.

Os dados da pesquisa mostraram que a psicologia no contexto hospitalar, deve estar voltada para o sujeito que se encontra internado, portanto, adoecido, valorizando sobretudo, as implicações éticas, sociais e psíquicas do sujeito.

Acerca dos fatores destacados na intervenção do psicólogo, obtivemos como resultado, o seu papel de mediador das relações entre todos os sujeitos do contexto hospitalar. A sua ação não fica restrita aos pacientes, constituindo os familiares e a equipe técnica também seus objetos de trabalho.

Pode-se constatar que a equipe multidisciplinar reconhece a importância da atuação do psicólogo desde a chegada do paciente no trauma, acolhendo-o na (re)tomada da consciência, dando suporte aos familiares e à própria equipe. Além disso, ressalta também a atuação desse profissional durante todas as fases da internação do paciente, que envolvem não só o afastamento de sua rotina, mas, muitas vezes, perdas de familiares e mutilações. Ao psicólogo é reservada, na equipe multidisciplinar, a posição de mediador, como também aquele que considera a singularidade do sujeito no contexto do diagnóstico/tratamento/prognóstico.

Quanto aos benefícios da intervenção psicológica, os resultados da pesquisa apontam a minimização da dor, a partir da direção do tratamento à pessoa e não à doença. Além disso, percebemos que quando confrontados com a objetividade de uma definição do psicólogo e/ou da psicologia encontramos um paradoxo: os sujeitos sugerem um desconhecimento quando respondem, entretanto, com base em sua própria experiência subjetiva, todos têm algo a dizer sobre a prática desse profissional.

Consideramos que essa pesquisa trouxe uma visão da Psicologia e do profissional psicólogo, do ponto de vista do usuário, podendo servir como ponto de partida para reflexões e otimização dessa práxis.

Outro ponto importante revelado pelos resultados obtidos é a relevância de um breve esclarecimento sobre a prática do psicólogo no hospital, quando do primeiro contato com o usuário. Isso se dá devido à psicologia hospitalar ser um campo de atuação recente e também devida à dificuldade de acesso dessa clientela a esse profissional. A prática do psicólogo hospitalar contribui para a emergência da história do sujeito, para além da história da doença, descolando-o do discurso biomédico e objetivo, dando abertura para o diálogo subjetivo.

A partir das conclusões obtidas através da pesquisa, apresentamos como

proposta um investimento efetivo nas reuniões de equipe, por considerarmos um espaço privilegiado das trocas, da apresentação dos diversos olhares, dos diferentes profissionais de variadas áreas. Essa prática tem por objetivos, primeiramente, minimizar os efeitos do atendimento fragmentado proposto pelo modelo biomédico, ainda preponderante no ambiente hospitalar. E, por outro lado, permitir que a equipe funcione como suporte para a própria equipe, relativizando e problematizando os discursos profissionais, funcionando assim como antídoto à repetição, à burocratização e à institucionalização das práticas.

Finalizando, as reuniões de equipe visam à construção da interdisciplinaridade e, na sequência, da transdisciplinaridade, práticas indispensáveis a um exercício profissional saudável e a um atendimento integralizado ao usuário.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, S. F., & LOPES, S. R. de A. Intervenção psicológica no hospital geral. In: Bruscato, W. L., Benedetti, C. & Lopes, S. R. A (Org). **A prática da Psicologia Hospitalar na Santa Casa de São Paulo**: novas páginas em uma antiga história (pp. 69-41). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

ANGERAMI-CAMON, V. A. (Org.). **Psicologia da saúde**: um novo significado para a prática clínica. São Paulo: Pioneira, 2006.

BRUSCATO, W. L., KITAYAMA, M. M. G., FREGONESE, A. A., & DAVID, J. H.. O trabalho em equipe multiprofissional na saúde. In: Bruscato, W. L., Benedetti, C., & Lopes, S. R. A. (Org). **A prática da Psicologia Hospitalar na Santa Casa de São Paulo**: novas páginas em uma antiga história (pp. 33-41). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

CHIATTONE, H. B. C.. A significação da Psicologia no contexto hospitalar. In: Camon, A. V. A. (Org.). **Psicologia da saúde**: um novo significado para a prática clínica (pp. 73-165). São Paulo: Pioneira, 2006.

KUEL, S. S. O tempo do manejo da angústia. In: MOURA, M. D de. (Org). **Psicanálise e hospital - 3 tempo e morte**: da urgência subjetiva ao ato analítico (pp. 99-105). Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

LO BIANCO, A. C., BASTOS, A. V. B., NUNES, M. L. T., & SILVA, R. C.. Concepções e atividades emergentes na psicologia clínica: implicações para a formação. In R. Achcar (Org.), **Psicólogo brasileiro**: práticas emergentes e desafios para a formação (pp. 7-80). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

MOHALLEM, L. N. Psicanálise e hospital: um espaço de criação. In: MOURA, M. D de. (Org). **Psicanálise e hospital - 3 tempo e morte**: da urgência subjetiva

ao ato analítico (pp. 23-33). Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento interpessoal**: treinamento em grupo. 17ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 3ª ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2005.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. 4º ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTANA, A. M., LIMA, A. O. & MORATO, H. T. P. A experiência do usuário como via de re-significação das práticas psicológicas na rede pública da saúde. *Revista Interlocuções* 2.(pp. 15-28). Belo Horizonte: MG, 2001.

SIMONETTI, A. **Manual de Psicologia Hospitalar**: o mapa da doença. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SPINK, M. J. **Psicologia social e saúde**: práticas, saberes e sentidos. 3ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2003.

TATAGIBA, V. M. R. O. O corpo em situação de crise: imagens da subjetividade. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, Brasil, 2006.

ABSTRACT

The paper presents the results of an exploratory qualitative research conducted in the period 2010-2013, in the Psychology Service at the Hospital Ferreira Machado in Campos, RJ. It analyzes the social representation of patients, caregivers and a multidisciplinary team on Psychology in hospital context. It was possible to identify the valued factors establishing the circumstances in which the team (multidisciplinary) calls the professional said, besides observing the position that the psychologist takes on the same team. Data were collected using semi-structured, recorded and transcribed interviews under the rules of ethics in human research activities. The theoretical framework of theory of social representation and psychoanalysis allowed us to understand what these social agents think about the psychologist in the hospital realm. The study was relevant because it has collaborated for the understanding and recognition of the necessary development of the psychology service settings, identifying actions that can best meet the demand of hospital care.

Keywords: Health Psychology; Multidisciplinary; Social Representation; Subjectivity;



Tempo livre e consumo na sociedade capitalista

Felipe M. Almeida¹

RESUMO

O artigo apresenta uma discussão sobre tempo livre e consumo na sociedade capitalista através de uma perspectiva crítica, orientada no materialismo histórico dialético. Com isso, pretendemos defender a tese de que não existe tempo livre na sociedade capitalista, e o consumo programado é um dos elementos que comprovam nosso argumento. O objetivo é fomentar o debate para um campo de estudos que vem ganhando bastante espaço dentro das ciências humanas.

Palavras-Chave: Tempo Livre; Consumo; Capitalismo; Sociedade

Recebido em 30/05/2016
Aceito para publicação em 24/06/2016

INTRODUÇÃO

As lutas sociais promovidas pelo proletariado contra a exploração capitalista fizeram com que essa classe conquistasse alguns direitos. Um desses direitos foi a redução de jornada de trabalho e, conseqüentemente, o aumento do tempo livre ou tempo fora do ambiente de trabalho. Porém, o que se percebe é que o trabalhador continua usando o seu tempo livre de trabalho para a prática do consumo programado. É como se o tempo livre do trabalhador não fosse realmente livre, mas sim um tempo que o aprisiona e dita as regras e produtos que ele deve consumir através da propaganda propiciada pelos veículos de

¹ Cientista Social e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Membro do Núcleo de Estudos Sobre o trabalho da Universidade Federal de Goiás – NEST/UFG. Membro do Corpo Editorial da Revista Espaço Livre. Membro do Conselho Consultivo das Revistas Posição e Espaço Livre. Contato: felipe.mateus.sociologia@gmail.com

comunicação controlados pela burguesia.

Nesse sentido, no presente artigo, pretendemos apresentar uma discussão sobre tempo livre e consumo na sociedade capitalista, afirmando que não existe tempo livre na sociedade capitalista, mas sim um tempo programado e orientado para atender as necessidades e interesses do capital. Em um primeiro momento, trataremos a definição do que estamos compreendendo por tempo livre para em seguida podermos partir para a discussão sobre o fenômeno do consumo na sociedade capitalista.

Nesse texto, tivemos como aporte metodológico o método dialético de Marx que propõe partir do “*concreto-dado para chegar ao concreto-pensado por meio da abstração*” (VIANA, 2006, p.49). A partir do método dialético, fizemos um exercício de abstração, na busca de compreender o consumo e suas múltiplas determinações na realidade da sociedade capitalista. Tudo isso, à luz do materialismo histórico dialético, que é uma “*teoria da história das sociedades humanas*” (VIANA, 2006, p. 50), que percebe os indivíduos como seres conscientes, ou seja, como seres reais e concretos que são constituídos socialmente através das relações sociais nas quais estão envolvidos. (VIANA, 2006, p.50).

O que estamos compreendendo por tempo livre?

Segundo Bacal (1988), a temporalidade é algo essencial para a existência humana. Tudo aquilo que fazemos, pensamos e organizamos está imerso na lógica do tempo. Além dessa dimensão objetiva, o tempo também possui uma dimensão “*subjetiva*”, pois “*cada momento vale pela densidade das emoções, pela gradação da afetividade de que está carregado*” (BACAL, 1988, p. 13).

Continuando sua análise, a autora vai dizer que:

(...) as diferentes formas de sentir e pensar, de agir e estabelecer critérios e valores, estão em íntima relação com os padrões culturais. Mesmo que se rejeite a concepção do homem como socialmente determinado, não é possível descartar a influência do meio sobre o quadro de valores psicológicos e morais, bem como sobre o comportamento dos indivíduos. Todavia, se o meio molda e modela o ser humano, e ao livre-arbítrio que compete a função de determinar, em última instância, sua forma de ser e agir. Não ocorresse isso, ficariam sem explicação as mudanças sociais, que são inclusive documentadas pela História, independentemente de outras ciências atestarem que a atitude dos homens a respeito das

características do seu ambiente material e imaterial é uma função da realidade culturalmente definida (BACAL, 1988, p.18).

Nesse sentido, para cada modo de produção existe uma maneira de se regular e administrar o tempo. Em cada época há determinados valores, determinada cultura e determinada forma de organização do trabalho, o que faz com que os indivíduos se enquadrem em uma ordem social vigente, o que não quer dizer que esse enquadramento os deixam apáticos e sem vontade de mudança.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, dos seus regimes de acumulação e de suas formas de organização do trabalho, o tempo passa a ser algo cada vez mais racionalizado e burocratizado, o que conseqüentemente faz com que ele se torne dividido em etapas para que sejam realizadas tarefas, atividades ou simplesmente para que se descanse:

(...) o estabelecimento de torres com relógios, a posse e o uso generalizado de cronômetros individuais, medindo as horas, minutos e segundos, servem para sistematizar a divisão do tempo, mas, paralelamente, esse novo conceito de duração, em que sobressai o aspecto quantitativo, terá influências de diversa ordem sobre o pensamento e o comportamento do homem atual (BACAL, 1988, p.20).

E continua dizendo que:

A necessidade de tal divisão constitui um dos fatores determinantes da rigorosa organização das atividades produtivas, modificando as relações interpessoais no trabalho, a configuração da vida familiar e o próprio valor atribuído ao tempo. Constatam-se, então, que às mudanças fundamentais na tecnologia seguiram-se alterações rápidas e de grande alcance nos demais aspectos da cultura (BACAL, 1988, p.20).

Nesse sentido, a divisão social do trabalho no modo de produção capitalista tem influência direta sobre a divisão social do tempo, o que faz com que se tenha diversos tipos de tempo de acordo com o trabalho que se exerce na sociedade. Para Bacal (1988 p. 15–16) existem os seguintes períodos de tempo: tempo liberado, tempo necessário, e tempo livre. O tempo necessário é aquele tempo no qual se realiza o trabalho; o tempo liberado é aquele no qual se realiza as atividades antes ou depois do seu período de trabalho (comer, beber, se deslocar até o trabalho, pagar as contas, levar os filhos na escola etc.) e o tempo livre é “a denominação atual de uma parcela do tempo liberado do trabalho,

(...) é estabelecido a partir, preponderantemente, do sistema de referência adotado para a valorização das atividades a ele relacionadas (BACAL, 1988, p. 16)”.

Com um pensamento semelhante ao de Bacal, Viana (2014, p. 56-57) vai dizer que existe o tempo de trabalho no qual realizamos nossa atividade produtiva; o tempo de para-trabalho; o tempo para a satisfação das necessidades básicas e o tempo livre, que é o tempo restante após a realização de todas essas atividades que acima foram citadas.

Outro autor que também tem uma concepção de tempo livre que nos ajuda a compreender esse fenômeno no modo de produção capitalista é Theodor Adorno:

A questão do tempo livre: o que as pessoas fazem com ele, que chances eventualmente oferece o seu desenvolvimento, não pode ser formulada em generalidade abstrata. A expressão, de origem recente, aliás – antes se dizia ócio, e este era um privilégio de uma vida folgada e, portanto, algo qualitativamente distinto e muito mais grato, mesmo desde o ponto de vista do conteúdo –, aponta a uma diferença específica que o distingue do tempo não livre, aquele que é preenchido pelo trabalho e, poderíamos acrescentar, na verdade, determinado desde fora (ADORNO, 1995, p. 70).

E continua dizendo que “numa época de integração social sem precedentes, fica difícil estabelecer, de forma geral, o que resta nas pessoas, além do determinado pelas funções. Isso pesa muito sobre a questão do tempo livre (ADORNO, 1995, p.70)”.

Entendendo o tempo livre como algo que é determinado historicamente e não como um tempo que surge do nada, Adorno vai afirmar – dando como exemplo o ato de se ter um hobby – que o tempo livre na sociedade capitalista não é realmente livre, pois o hobby aparece como uma função ou atividade que tem que ser realizada durante o tempo livre do trabalhador, ou seja, o trabalhador não escolhe se quer ou não quer ter um hobby. O hobby se torna uma necessidade e não mais uma atividade na qual realmente se tenha liberdade e espaço para desenvolvimento das potencialidades:

Por um lado, deve-se estar concentrado no trabalho, não se distrair, não cometer disparates; sobre essa base, repousou outrora o trabalho assalariado, e suas normas foram interiorizadas. Por outro lado, deve o tempo livre, provavelmente para que depois se possa trabalhar melhor, não lembrar em nada

o trabalho (ADORNO, 1995, p. 74).

E diz mais:

Liberdade organizada é coercitiva. Ai de ti se não tens um hobby, se não tens ocupação para o tempo livre então tu és um pretensioso ou antiquado, um bicho raro, e caís em ridículo perante a sociedade, a qual te impinge o que deve ser o teu tempo livre (ADORNO, 1995, p.74).

Nesse sentido, apesar de ser problemática por analisar a categoria do tempo livre através do par de oposição trabalho/não-trabalho, a definição proposta por Adorno mostra que ele é uma categoria histórica-socialmente construída e que coloca em dúvida se esse tempo fora do trabalho pode ser realmente chamado de livre, pois o que se tem é um processo de construção de desejos e necessidades impostas pelo capitalismo. Quem pratica ou tem o tempo livre é aquele que possui algum hobby ou atividade que o enquadre em determinado círculo social. Àqueles que ficam em casa descansando ou aproveitando o seu tempo livre da maneira que bem entendem são tachados de antiquados, preguiçosos e fora do normal. Sendo assim,

(...) tempo livre significa aquele tempo de não trabalho em que não há uma atividade imposta desde fora ou autoimposta, quando o indivíduo pode escolher livremente aquilo com que deseja ocupar-se (ou não ocupar-se). Ficam portanto excluídos da noção de tempo livre o período dedicado às tarefas domésticas, (...) bem como o tempo dedicado ao sono, alimentação e demais necessidades físicas. A chave para a compreensão do conceito de tempo livre é a ideia de não obrigatoriedade, não imposição de qualquer espécie, pressupondo que o indivíduo tenha ao menos a possibilidade de escolher livremente (MAYA, 2008, p. 34, grifo dele).

Portanto, através dos estudos dos autores que acima foram citados, o tempo livre deve ser compreendido como um tempo em que não se está realizando nenhuma atividade que supra suas necessidades vitais de sobrevivência; que exija trabalho produtivo e que necessite de esforço mesmo contra a vontade do indivíduo. Em resumo, o tempo livre é aquele tempo no qual a pessoa não se sente obrigada a realizar nenhuma tarefa, atividade, função ou hobby, ou seja, é um tempo que se tira para si mesmo, que é livre das obrigações do cotidiano e que dá a chance de desenvolvimento mínimo das potencialidades e capacidades do ser humano.

O consumo na sociedade capitalista

Com as novas formas de regulação do trabalho, os capitalistas precisaram pensar em novas formas de obter lucro para além da extração do mais-valor nas empresas e, em decorrência disso, o consumo ganha espaço.

Segundo Viana (2009, p. 48), “*a produção de mais-valor ocorre no processo de produção, mas sua realização ocorre no processo de distribuição*”. Nesse sentido, o que se tem é uma luta em torno do que está sendo produzido, onde a classe capitalista busca aumentar o seu lucro e a classe operária busca aumentar o seu salário. Diante disso, é interessante ressaltar que existe uma relação entre lucro, salário e consumo, ou seja, o mercado e o processo de assalariamento assumem um papel fundamental, pois

(...) o mercado consumidor pode influenciar no processo de produção ao se expandir ou retrair, e o mesmo ocorre com a questão do salário, pois seu aumento pode provocar estratégias compensadoras por parte da classe capitalista visando recuperar as perdas com aumentos de salários reais (VIANA, 2009, p. 48).

Nesse sentido, como se dá o processo de consumo na sociedade capitalista? As análises de alguns autores ligados a teoria crítica nos dão pistas para começarmos a pensar em uma resposta para essa questão.

Jean Baudrillard, em seu livro *A Sociedade de Consumo*, vai dizer que nós vivemos em uma sociedade que é orientada pela lógica dos objetos. Nesse sentido,

(...) existe hoje uma espécie de evidência fantástica do consumo e da abundância, criada pela multiplicação dos objectos, dos serviços, dos bens materiais, originando como que uma categoria de mutação fundamental na ecologia da espécie humana. Para falar com propriedade, os homens da opulência não se encontram rodeados, como sempre acontecera, por outros homens, mas mais por objectos (BAUDRILLARD, 2011, p.13, itálico dele).

A partir dessa constatação, podemos afirmar que na sociedade capitalista o homem perde o contato com seus semelhantes e cria uma fantasia na qual o consumo exagerado é visto como abundância e os objetos que os rodeiam passam a ser os orientadores de suas relações sociais. Têm-se uma relação com os objetos e tudo o que se faz ou se produz tem como objetivo a conquista de mais objetos. Os homens são manipulados por símbolos e mensagens criados

pela publicidade e pela comunicação de massa:

Vivemos o tempo dos objectos: quero dizer que existimos segundo o seu ritmo e em conformidade com a sua sucessão permanente. Actualmente, somos nós que os vemos nascer, produzir-se e morrer, ao passo que em todas as civilizações anteriores eram os objectos, instrumentos ou monumentos perenes, que sobreviviam às gerações humanas (BAUDRILLARD, 2011, p.14).

O que o autor afirma é que nós estamos presos a uma ditadura dos objetos na qual são eles quem dominam o nosso cotidiano e as nossas ações. Antes, os seres humanos sabiam da utilidade dos objetos, para que eles servissem e quanto tempo durariam. Hoje, nos encontramos perdidos e não sabemos qual a utilidade de um determinado objeto, mas sim o seu valor financeiro e o status que ele proporciona àquele que o possui. “*Transformou-se a relação do consumidor ao objecto: já não se refere a tal objecto na sua utilidade específica, mas ao conjunto de objectos na sua significação total*” (BAUDRILLARD, 2011, p. 16).

A partir dessa afirmação de que vivemos orientados pela lógica dos objetos, Baudrillard vai dizer que estamos vivendo o mito da sociedade da abundância e o mito da igualdade. É como se ser rodeado por uma infinidade de objetos e de coisas é sinônimo de riqueza e de felicidade. É como se todos os indivíduos tivessem oportunidades iguais de acesso a todos esses objetos e mercadorias. Ser feliz é ter um carro, uma casa, uma TV, um rádio, um computador, uma máquina de lavar etc. Mesmo que esses objetos quase não sejam utilizados no cotidiano de um determinado indivíduo, ele se sente feliz por tê-los do seu lado, pois ele se sente incluído e visto pelos demais membros da sociedade. Da mesma maneira ocorre com o mito da igualdade, pois a sociedade da abundância proporciona ao indivíduo uma infinidade de escolhas de objetos que ele pode desfrutar desde que tenha recursos para pagá-los e obtê-los. É só trabalhar e conquistar as coisas:

Que a felicidade ostente, à primeira vista, semelhante significado e função, induz consequências importantes quanto ao respectivo conteúdo: para ser o veículo do mito igualitário, é preciso que a Felicidade seja mensurável. Importa que se trate do bem-estar mensurável por objectos e signos, do <<conforto>>, (...) enquanto reabsorção das fatalidades sociais e igualização de todos os destinos. Sendo assim, a Felicidade distancia-se ainda mais de toda a <<festa>> ou exaltação colectiva, já que, alimentada por uma exigência igualitária, se funda nos princípios individualistas, fortificados pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão,

que reconhecem explicitamente a cada um (ao indivíduo) o direito à felicidade (BAUDRILLARD, 2011, p.50, itálicos dele).

A felicidade é conquistada individualmente através da compra dos objetos. Ela é medida pela quantidade de objetos que se tem em casa, e aqueles que não precisam ou não veem necessidade de tantos objetos e mercadorias para viver bem, são vistos como pessoas tristes e amarguradas. Ser feliz não é se sentir bem vendo todos os membros da sociedade vivendo em harmonia e em condições iguais de existência. Ser feliz é estar rodeado por “tralhas e coisas”, mesmo que elas não tenham utilidade e sirvam apenas como objeto de ostentação e status. Com isso, Baudrillard constata que,

(...) o crescimento não nos afasta nem nos aproxima da abundância. Encontra-se logicamente dela separado por toda a estrutura social, que constitui a este respeito a instância determinante. Há certo tipo de relações sociais e de contradições sociais, determinado tipo de <<desigualdade>> que outrora se perpetuava no imobilismo, que agora se reproduzem em e através do crescimento (BAUDRILLARD, 2011, p.55).

As ditas sociedades da abundância, assim como o mito da igualdade, não passam de ideologias criadas para aumentar o processo de consumo de mercadorias e objetos. O crescimento e abundância são duas coisas diferentes, e na dita sociedade de consumo, a qual Baudrillard tece suas críticas, o que se tem é um processo de aumento das desigualdades.

Esse processo de dominação do homem e de suas relações sociais pela lógica do consumo de objetos e de mercadorias não é reproduzido do nada. É nos chamados *mass media* ou na comunicação de massa que Baudrillard percebe onde se encontra a sustentação desse processo de dominação e dessas ideologias:

A função de comunicação de massas da publicidade não lhe advém dos conteúdos, dos modos de difusão e dos objectivos manifestos (econômicos e psicológicos); não deriva nem do seu volume nem do seu público real (embora tudo isto tenha importância e sirva de suporte), mas decorre da própria lógica do meio autonomizado, quer dizer, não orienta para objectos reais, para o mundo concreto, para outro ponto de referência, mas de signo para signo, de objecto para objecto, de consumidor para consumidor. (...) A comunicação de massa definiu-se em toda a parte pela sistematização, ao nível do meio técnico e do código, pela produção sistemática das

mensagens, não a partir do mundo mas a partir do próprio meio de comunicação (BAUDRILLARD, 2011, p. 162, itálicos dele).

A comunicação de massas cria uma lógica própria que não reproduz o real e cria um sistema de códigos e símbolos que servem para sistematizar as mensagens que serão repassadas para a coletividade e servirão como arma para instigar os indivíduos a consumirem mercadorias e objetos, mesmo que muitos deles não tenham nenhuma utilidade para os indivíduos.

Nesse sentido, para Baudrillard, o consumo deve ser compreendido como:

(...) um mito. Isto é, revela-se como palavra da sociedade contemporânea sobre si mesma; é a maneira como a nossa sociedade se fala. (...) a única realidade objectiva do consumo é a ideia do consumo, a configuração reflexiva e discursiva, indefinidamente retomada pelo discurso quotidiano e pelo discurso intelectual, que acabou por adquirir a força de sentido comum (BAUDRILLARD, 2011, p. 264, itálicos dele).

A partir desse discurso, os objetos são vendidos e as necessidades são manipuladas na busca pelo lucro e pelo processo de empobrecimento dos trabalhadores tanto materialmente quanto física e psicologicamente. A comunicação de massa tem relação direta com o processo de consumo, pois é a partir dela que se criam os interesses, desejos e necessidades nos indivíduos para que eles queiram ter e possuir determinado objeto. Nesse sentido, pode-se afirmar que Baudrillard vê no consumo um potencial negativo, percebendo-o um mal que deve ser combatido para que se possa começar a pensar em uma sociedade para o livre desenvolvimento das potencialidades.

É interessante ressaltar que o consumo é uma necessidade do capital, ou seja, uma relação social concreta que é parte do processo de produção, distribuição, troca e circulação das mercadorias. Nesse sentido, o que Baudrillard chama de “mito”, não é o consumo enquanto uma necessidade do capital, pois como já foi dito, ele existe. A crítica de Baudrillard está direcionada a um determinado tipo ou concepção de consumo, que nesse caso é esse consumo visto como fruto de uma sociedade da “abundância”, que traz felicidade e prosperidade.

Portanto, o estudo de Baudrillard traz contribuições interessantes para nossa pesquisa e para a compreensão do fenômeno do consumo na sociedade capitalista, pois denuncia o processo de criação de um sistema de códigos e significações que cria um processo de hierarquização e diferenciação dos

indivíduos através do sistema dos objetos e das mercadorias (FALEIROS, 1980). Ou seja, quanto mais coisas eu tenho ou consumo, mais status e reconhecimento eu ganho na sociedade. Há de se elogiar ainda o fato dele perceber o papel da comunicação de massa como formadora de opinião e disseminadora da ideologia do consumo exagerado como símbolo de abundância. O autor também traz uma contribuição interessante ao dizer que abundância, igualdade e crescimento são três condições ou estágios de desenvolvimento que não andam juntos, pois no capitalismo a abundância é sinônimo de desigualdade e o crescimento é para poucos privilegiados.

Porém, as constatações desse autor apresentam um problema que é o fato dele não fazer uma análise partindo de uma perspectiva da totalidade das relações sociais. Baudrillard se atém apenas ao fenômeno do consumo e a produção do sistema e da lógica dos objetos. Sua análise carece de um maior número de informações e de uma pesquisa mais aprofundada do modo de produção capitalista e suas relações sociais para além do fenômeno econômico e da produção da ideologia do consumo e da abundância. Além disso, ele não considera “*o consumo como parte da atividade produtiva, restringe-se ao consumo dos objetos/sinais que, simultaneamente, diferenciam e identificam o indivíduo na medida em que permitindo a sua filiação a determinado grupo social, distingue-o dos demais*” (FALEIROS, 1980, p. 54).

Outro autor que traz uma análise crítica sobre o consumo na sociedade capitalista é Henri Lefebvre. Em seu livro, *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*, esse autor irá fazer uma análise do cotidiano para descobrir nele as suas contradições e problemas. Para ele, o conceito de cotidianidade,

(...) provém da filosofia e não pode ser compreendido sem ela. Ele designa o não-filosófico para e pela filosofia. Mas o pensamento só pode levá-lo em consideração no decorrer de uma crítica da filosofia. O conceito de cotidianidade não vem do cotidiano nem o reflete: ele exprime antes de tudo a transformação do cotidiano vista como possível em nome da filosofia. Também não provém da filosofia isolada; ele nasce da filosofia que reflete sobre a não-filosofia, o que é sem dúvida o arremate supremo da sua própria superação! (LEFEBVRE, 1991, p.19).

Nesse sentido, para se compreender a cotidianidade é preciso se partir de uma teoria e um método filosófico. Porém, é necessário que essa filosofia faça uma crítica da própria filosofia no sentido de não se interessar pelas questões do cotidiano, ou seja, pelas relações sociais concretas que se passam no dia-a-dia dos indivíduos. É preciso que se compreenda a cotidianidade a partir de uma

filosofia da práxis, ou seja, a filosofia para o estudo do cotidiano é aquela na qual se juntam a teoria e a prática. É aquela filosofia na qual se tem a capacidade crítica e de abstração para se analisar os fenômenos advindos do modo de produção capitalista e suas relações sociais. A filosofia da cotidianidade nasce no seio da própria cotidianidade, ou seja, nas determinações concretas da sociedade e dos indivíduos que a cercam.

A partir dessas considerações, Lefebvre procura definir o cotidiano como campo de estudo da filosofia da cotidianidade. O cotidiano deve ser compreendido como:

(...) conjunto de atividades em aparência modestas, como conjunto de produtos e de obras bem diferentes dos seres vivos (plantas, animais oriundos da Physis, pertencentes à Natureza). Não seria apenas aquilo que escapa aos mitos da natureza, do divino e do humano. (...) Esse campo, esse domínio não se resumiria nem a uma determinação da subjetividade dos filósofos, nem a uma representação objetiva (ou “objetal”) de objetos classificados em categorias (roupas, alimentação, mobília etc.). Seria algo mais: não uma queda vertiginosa, nem um bloqueio ou obstáculo, mas um campo e uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de momentos (necessidades, trabalho, diversão – produtos e obras – passividade e criatividade – meios e finalidade etc.), interação dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis) (LEFEBVRE, 1991, p.20).

Sendo assim, o cotidiano é uma mistura de atividades modestas que escapa dos mitos da religião e daquilo que é dado como natural pelos seres humanos. O cotidiano é algo que não se limita à subjetividade proposta pelos filósofos e nem às interpretações objetivas daqueles que procuram compreendê-lo a partir dos objetos e das formas como eles são utilizados (maneira de se alimentar, de se vestir, de se divertir etc.). O cotidiano é algo que vive em constante processo de reformulação e em interação dialética, ou seja, para cada momento da sociedade, ou melhor dizendo, para cada estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista, existe um novo cotidiano no qual se desenvolvem novas relações sociais e novas práticas de convivência.

Munido de uma filosofia da cotidianidade para poder analisar os fenômenos do cotidiano, Lefebvre parte para uma análise do cotidiano na sociedade capitalista. Segundo ele nós vivemos em uma “Sociedade Burocrática de Consumo Dirigido”:

Esta sociedade devoradora, que ama o efêmero, que se diz produtivista, que se pretende móvel, dinâmica, mas que adora equilíbrios, honra estabilidades e eleva ao pináculo as coerências e as estruturas, esta sociedade incoerente sempre próxima do ponto de ruptura, que tipo de filosofia ela pratica? Um neo-hegelianismo? Um neoplatonismo? Ela produz a sua própria filosofia ou recusa a referência filosófica tal como temos reservado para conhecer e apreciar o real? (...) Como pode funcionar uma sociedade que pôs entre parênteses a capacidade criadora, que se baseia ela mesma na atividade devoradora (consumo, destruição e autodestruição), para a qual a coerência se torna uma obsessão, e o rigor, uma ideologia, e na qual o ato consumidor reduzido a um esquema se repete indefinidamente? (LEFEBVRE, 1991, p.119).

E diz mais:

Contrariando-se, opondo-se, implicando-se, misturam-se de um lado a satisfação, a procura obstinada do estado 'satisfeito', e, de outro, a insatisfação, o mal-estar. O consumo devorador do passado (obras de arte, estilos, cidades), a saturação rápida e o tédio encadeiam. A partir daí, como não aspirar à ruptura? Como não querer fugir do cotidiano? Bem entendido, esse desejo, essa aspiração, essa ruptura e essa fuga são rápida e facilmente recuperáveis: organização do turismo, institucionalização, programação, miragens codificadas, colocação em movimento de vastas migrações controladas. Daí decorre a autodestruição do objeto e do objetivo: a cidade pitoresca, a região turística, o museu desaparecem sob o afluxo dos consumidores, que acabam consumindo apenas a sua própria presença e a sua própria acumulação (LEFEBVRE, 1991, p.94).

Nesse sentido, a Sociedade Burocrática de Consumo Dirigido é uma sociedade onde reina a contradição: é efêmera, produtivista e dinâmica, mas ao mesmo tempo é apática, passiva e não produz nada; quer sempre manter a estabilidade e a honra, mas ao mesmo tempo é incoerente e vive passando por crises; tem a fama de desenvolver nos indivíduos a capacidade criadora, dando a eles os mais diversos tipos de liberdade e de escolhas, mas ao mesmo tempo oblitera essa capacidade dando lugar a um processo de destruição e de privação das liberdades e das escolhas. Em resumo, essa sociedade acaba por não ter coerência e mistura aspectos da racionalização, da burocratização, da tecnicidade, do rural e do urbano.

Nesse modelo de sociedade, o consumo é um fenômeno que ao mesmo tempo em que traz a satisfação e o prazer, também traz um estado de amargura e um sentimento de sempre querer mais. O consumo devora todas as lembranças e faz esquecer-se das coisas boas do passado. A partir disso, cria-se um

sentimento de sempre querer algo novo, de nunca estar satisfeito e que faz com que se gere o tédio e o marasmo. E nesse tédio e marasmo, o sentimento de mudança acaba por aparecer, mas logo é acalmado pela institucionalização, pelas formas de turismo e pelas formas de consumo criadas pelos profissionais do marketing e da comunicação de massa. Diante disso:

A menor das análises mostra que há duas espécies de lazer, bem distintos, 'estruturalmente' opostos: a) o lazer integrado na cotidianidade (leitura de jornais, televisão, etc.), que deixa uma insatisfação radical, que se interessa pela situação daquele senhor kierkegardiano que rasga seu jornal diante da mulher e dos filhos, gritando: 'coisas possíveis! Coisas possíveis!'. B) a espera da partida, a exigência de uma ruptura, a vontade de uma evasão: o mundo, as férias, o LSD, a natureza, a festa, a loucura (LEFEBVRE, 1991, p.95).

Sendo assim, através das constatações de Lefebvre, podemos sustentar a afirmação de que o homem na sociedade burocrática de consumo dirigido se torna um ser perdido, que não sabe o que quer e que nunca se sente satisfeito; que vive em um mundo de amargura que gira em torno do tédio e da falsa sensação de felicidade; que procura maneiras de fugir desse tédio e acaba se envolvendo com as drogas e a loucura. O homem vive enclausurado e sem saber o que fazer para acabar com essa sensação de impotência e mediocridade.

Portanto, Henri Lefebvre também vê o consumo burocrático dirigido na sociedade capitalista como um mal que deve ser combatido. O consumo não proporciona liberdade e nem felicidade, o que ocorre é o contrário: tristeza, incerteza, revolta, sentimento de vazio e impotência. O consumo é só mais uma prática “dirigida” e regulada para atender os interesses do capital e manipular as necessidades das pessoas. Somente com o combate dessa ideologia, através de uma filosofia da cotidianidade que rejeite aquilo que é tido como dado e natural e por meio de uma crítica desapiedada ao modo de produção capitalista, bem como ao seu cotidiano, que poderemos pensar em uma sociedade que realmente proporcione felicidade.

Dando continuidade às concepções críticas sobre o consumo na sociedade capitalista, Erich Fromm também é um pesquisador que tem grandes contribuições nesse sentido. Em seu livro *Ter ou Ser?*, ele vai dizer que existem dois modos de existência: o modo *ter* e o modo *ser* (FROMM, 1982, grifos meus). Segundo o autor, o modo *ser* tem como requisito,

(...) a independência, a liberdade e a presença de razão crítica. Sua característica fundamental é a de ser ativo, não no sentido de atividade externa, de estar atarefado, mas no sentido de atividade íntima, de emprego criativo dos poderes humanos. Ser ativo significa manifestar as faculdades e talentos no acervo de dotes humanos de que todo ser humano é dotado, embora em graus variáveis. Significa renovar-se, evoluir, dar de si, amar, ultrapassar a prisão do próprio eu isolado, estar interessado, desejar, dar. (...) o ser é indefinível em palavras e só comunicável pela comunhão da minha experiência (FROMM, 1982, p. 97).

Nesse sentido, no modo *ser* de existência os indivíduos são livres e independentes para desenvolverem suas potencialidades e sua razão crítica, ou seja, eles podem pensar livremente e agir livremente sem a imposição de ordens e normas de conduta que venham de órgãos burocráticos e instituições superiores – estado, governo, polícia etc. – que regulem o seu desejo de mudança e a sua preocupação com as desigualdades e a opressão social para com os seus semelhantes. Os homens são seres ativos, não no sentido de se manterem sempre ocupados, estressados, atarefados e com vontade de ganhar mais dinheiro para poderem consumir mais mercadorias e conquistarem prestígio e status. Eles são ativos porque podem desenvolver e trabalhar seus poderes criativos, a sua capacidade de amar, a sua capacidade de lidar com o próximo, a capacidade de lidar consigo mesmos. É ser ativo no sentido de poder evoluir, de admitir seus medos e fraquezas e procurar uma maneira de superá-los. No modo *ser* o indivíduo aprende a atuar em prol do seu semelhante, ele se doa e se coloca à disposição da coletividade. Ele consegue ultrapassar a barreira do seu próprio isolamento e passa a se mostrar interessado em aprender com o outro e com a sociedade, pois ele tem na mente e no coração o desejo de ser feliz, mas ser feliz de verdade ao invés de viver uma felicidade artificial e ilusória como é a felicidade proporcionada pela lógica do consumo e da mercadoria. E o mais importante de tudo é que, no modo *ser*, as palavras não conseguem realizar as coisas, mas são os atos que as realizam e as fazem acontecer.

Em detrimento do modo *ser*, Fromm vai dizer que existe o modo *ter* de existência:

A natureza do modo ter de existência decorre da natureza da propriedade privada. Nesse modo de existência, tudo o que importa é minha aquisição de propriedade e meu irrestrito direito de manter o adquirido. O modo ter exclui todos os demais; ele não exige qualquer esforço a mais de minha parte para manter minha propriedade ou para fazer uso produtivo dela. Buda definiu esse modo de conduta como a ânsia de posse, os judeus e os cristãos o definiram como cobiça; ele transforma tudo e todos em algo inerte

e sujeito ao poder de alguém (FROMM, 1982, p. 87).

E continua dizendo que:

O modo ter de existência, a atitude centrada no móvel da propriedade e do lucro, necessariamente produz o desejo, e mesmo a necessidade de força. (...) No modo ter, a felicidade consiste na superioridade sobre outros, no poder e, em última análise na capacidade de conquistar, roubar, matar (FROMM, 1982, p. 91).

Nesse sentido, o modo *ter* é o inverso do modo *ser*. Nesse modo de existência, o que vale é a lógica da propriedade privada. Eu só tenho algo se ele estiver em minhas mãos, se eu puder tocá-lo, se eu puder comprá-lo, se eu puder mostrá-lo para os outros. Só posso usufruir de algo se ele tiver sido comprado. Tudo aquilo que tenho serve para causar inveja aos outros, para causar o desejo de aquisição. O que vale é a posse, o objeto, a coisa, a mercadoria. No modo *ter* não existe a atividade criativa, o homem vive ocupado, estressado, ansioso, “entupido de atividades” no trabalho, para poder ganhar dinheiro e consumir tudo em mercadorias baratas. Não existe desenvolvimento das potencialidades e nem das capacidades criativas, pois os homens são apáticos, passivos e não tem vontade de aprender com o outro. No modo *ter* não existe o desejo de ver o desenvolvimento de toda a coletividade e a extinção das desigualdades e da opressão, porque o que é ensinado e legitimado é a ideologia da hierarquia e do individualismo. Esse modo de existência não nos ensina a praticar o amor, a compaixão, o altruísmo e a paciência. Ele nos ensina a ser invejosos, rancorosos, egocêntricos e impacientes. Quando praticamos a filosofia do *ter* nós não conseguimos ultrapassar a barreira da nossa solidão e do nosso isolamento e, por causa disso, não conseguimos preencher o nosso vazio existencial.

Em seu livro *Psicanálise da Sociedade Contemporânea* Fromm vai dizer que:

O homem está hoje em dia fascinado pela possibilidade de comprar mais coisas, coisas melhores, e, acima de tudo, coisas novas. Está sedento de consumo. O ato de comprar e consumir converteu-se em uma finalidade compulsiva e irracional, porque é um fim em si, com pouca relação com o uso ou o prazer das coisas compradas e consumidas. Comprar a última engenhoca, o último modelo de qualquer coisa que apareça no mercado, é o sonho de todos, em comparação com o que o prazer real do uso é bastante secundário. O homem moderno, caso ousasse falar claramente de sua concepção do céu, descreveria uma visão que pareceria a maior loja de departamentos do mundo, apresentando coisas e engenhocas novas, e ele entre elas com dinheiro bastante para comprá-las. Andaria boquiaberto por esse céu de engenhocas e mercadorias, sendo condição apenas a de que existisse um número

cada vez maior de coisas novas para ele comprar, e talvez também a de os seus vizinhos serem um pouco menos privilegiados do que ele... (FROMM, s/d, p.127).

Na sociedade capitalista, o homem está fascinado pela lógica de comprar. Ele tem a possibilidade de comprar tudo, de comprar mercadorias melhores e cada vez mais sofisticadas, pois todos os seus pensamentos e todas as suas vontades são orientadas para o consumo. Consumir não significa mais o ato de subsistência e adquirir apenas aquilo que seja necessário para suprir as necessidades, consumir é um ato compulsivo, destruidor, desagregador e ruim. Consumir é estar na moda, é comprar o carro mais caro, a roupa de melhor grife, comer no melhor restaurante e estar presente nos ambientes mais elitizados. Os indivíduos tomados pela vontade de consumir só se sentem felizes quando veem os seus semelhantes em situação pior do que a deles, ou seja, quando se sentem superiores.

Diante disso, Fromm chega à conclusão que:

No processo da divisão sempre maior do trabalho, da mecanização sempre crescente do trabalho, e do aumento sempre crescente das aglomerações sociais, o homem se tornou, ele próprio, uma parte da máquina, e não o seu senhor. Passou a sentir-se como uma mercadoria, como um investimento; seu objetivo tornou-se ser um sucesso, isto é, o de vender-se o mais lucrativamente possível no mercado. Seus valores, como pessoa, estão em seu valor de venda, não em suas qualidades artísticas (FROMM, s/d, p. 318).

E continua dizendo que o homem, nesse contexto,

É incapaz de amar e usar a razão, de tomar decisões, incapaz, na realidade, de apreciar a vida, mostrando-se, assim, prestes e até propenso a destruir tudo. O mundo mostra-se novamente fragmentado, perdeu sua unidade; o homem novamente adora coisas diversificadas, com a única diferença de que agora essas coisas são produzidas por ele, não sendo parte da natureza (FROMM, s/d, p. 318).

A partir dessas afirmações, Fromm constata que na sociedade capitalista os seres humanos são orientados pela lógica do ter. O homem se torna um ser passivo, refém de suas próprias criações (máquinas, ferramentas, mercadorias) e que não reconhece mais o seu valor. Ele se transforma em um produto que é vendido a qualquer preço desde que tenha algum retorno para que possa adquirir mais e mais mercadorias. Seus valores como ser humano são comparados aos valores do dinheiro, ao invés de serem comparados com suas qualidades e

potencialidades. E é nessa lógica – para Fromm – que o consumo atua na sociedade capitalista: ele serve como um meio de bloquear as capacidades de amar, de tomar decisões coerentes, de apreciar e refletir sobre a vida através de uma concepção crítica e de análise total sobre os fenômenos da realidade. Ele empurra o homem para um mundo permeado pela mercadoria, um mundo fragmentado no qual ele se encontra perdido e desorientado

Outro autor que apresenta uma análise crítica sobre o consumo, bem como sobre a sociedade capitalista, é Guy Debord. Em *A Sociedade do Espetáculo*, ele vai dizer que “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*” (DEBORD, 2012, p.13, grifos dele):

O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como instrumento de unificação. Como parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo olhar e toda consciência. Pelo fato de esse setor estar separado, ele é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza é tão somente a linguagem oficial da separação generalizada (DEBORD, 2012, p.14, grifos dele).

Nesse sentido, a sociedade capitalista é uma sociedade do espetáculo. Ela cria mecanismos e ilusões que disseminam e inculcam em nossas mentes a ideologia do modo de produção capitalista que sustenta a igualdade através da criação de oportunidades de trabalho, de políticas públicas e de instituições que defendem o interesse de toda a coletividade. É através desse espetáculo que se cria as ideologias que reproduzem o modo de produção capitalista; é nele que se demonstra a exploração, o antagonismo entre as classes sociais e as desigualdades sociais. Se compreendermos bem o pensamento de Debord acerca do que seja a sociedade do espetáculo, podemos dizer que ela divide o pensamento da prática, ou seja, separa a teoria das atividades cotidianas, e por causa disso, o que se tem é um processo de separação entre a consciência e a realidade, fazendo com que se produzam falsas consciências e representações sobre a realidade e o cotidiano da sociedade. O espetáculo cria a ilusão e deixa os indivíduos perdidos em mundo de ideologias, que faz com que eles fiquem apáticos e o processo de transformação social se transforme em uma realidade distante.

Segundo Debord, os mecanismos que reproduzem essa sociedade do espetáculo advêm da informação ou da propaganda, da publicidade ou do consumo direto de divertimentos e também da maneira como se gere a produção

na sociedade capitalista (DEBORD, 2012, p. 14). Nesse sentido, esse processo de separação e de ilusão não acontece do nada. Existem mecanismos teóricos e práticos que ajudam nesse processo. A propaganda e a publicidade, com seus profissionais de marketing, atuam no processo de criação de slogans e comerciais que despertem no indivíduo a vontade constante de comprar e gastar o seu dinheiro com uma coleção de mercadorias fúteis, que muitas vezes servem para ficar guardadas em um canto, mas que só por estarem lá já proporcionam ao indivíduo a falsa sensação de prazer e felicidade por ter adquirido tal produto que o faz diferente e melhor do que o outro.

A divisão social do trabalho, que se torna cada vez mais especializada, criando uma série de funções e atividades no mundo do trabalho, faz com que o indivíduo viva e reproduza suas relações sociais de acordo com o seu posto de trabalho e a sua condição de classe, analisando a sociedade através de um único aspecto e esquecendo de pensar através de uma concepção que parta da totalidade e seja crítica. Isso faz com que o espetáculo seja “*o discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma, seu monólogo laudatório*” (DEBORD, 2012, p. 20). Através desses mecanismos, o espetáculo se reproduz e o ser humano fica mais distante de si mesmo e de seus semelhantes, de suas vontades, de suas realidades e potencialidades:

O espetáculo é uma permanente Guerra do Ópio para fazer com que se aceite identificar bens a mercadorias; e conseguir com que a satisfação com a sobrevivência aumente de acordo com as leis do próprio espetáculo. Mas, se a sobrevivência consumível é algo que deve aumentar sempre, é porque ela não para de conter em si a privação. Se não há nada além da sobrevivência ampliada, nada que possa frear seu crescimento, é porque essa sobrevivência não se situa além da privação: é a privação tornada mais rica (DEBORD, 2012, p. 32).

Na sociedade do espetáculo se tem uma disputa constante pelas mentes e corações dos consumidores; se tem um processo de associação dos bens as mercadorias. Ou seja, só é um bem aquilo que é comprado e consumido, mostrado para a sociedade através do que se veste, come e dirige. Os meus sentimentos, os meus pensamentos e as minhas vontades não são consideradas bens necessários para a minha sobrevivência, pois o que vale são as mercadorias e os produtos estampados nas vitrines das lojas e estabelecimentos comerciais. O consumo reproduz a lógica do espetáculo, aumenta a vontade incessante de adquirir mercadorias; cria novas necessidades e reduz a sobrevivência da humanidade ao ato de comprar. E a redução da sobrevivência da humanidade ao

ato de comprar faz com que se crie uma privação, ou seja, é como se indivíduo vivesse em um único espaço onde o que lhe resta é a negação de suas potencialidades e a diminuição de sua liberdade:

Em toda parte onde reina o espetáculo, as únicas forças organizadas são as que querem o espetáculo. (...) Liquidaram com a inquietante concepção (...) segundo a qual uma sociedade podia ser criticada e transformada, reformada ou revolucionada. E isso não foi obtido com o aparecimento de argumentos novos, mas apenas porque os argumentos se tornaram inúteis (DEBORD, 2012, p. 183).

Através do consumo e dos demais mecanismos que acima foram citados, o espetáculo aniquila a possibilidade de transformação, de revolução e de surgimento de uma sociedade livre das amarras do sistema. O espetáculo coloca os indivíduos em uma situação de alienação total, que os faz se sentirem inúteis e impotentes.

Conclusão

Tendo como base as constatações apresentadas pelos autores utilizados para a construção desse artigo, podemos afirmar que o consumo na sociedade capitalista possui um caráter programado e orientado para atender os interesses do capital:

Do ponto de vista psicológico, o consumo pode ser entendido como um simples querer de coisas cujos atrativos são inerentes à sua natureza (utilidade); como um querer de coisas cujos atrativos dependam das aquisições feitas pelos outros (inveja), ou como um querer de coisas cujos atrativos são o reflexo da imagem do “eu” (desejo). Em todos os casos, o consumo passa pela relação entre o querer e a possibilidade de possuir algo. Do ponto de vista econômico, o consumo é considerado uma etapa final do processo produtivo, ou seja, a produção é o ponto de partida, enquanto o consumo é a finalização desse processo aparentemente infundável (a produção só tem sentido porque haverá consumo e porque o consumo levará a mais produção). Assim, os mesmos homens que produzem são também os que consomem, dependendo, obviamente, das suas condições, uma vez que o consumo implica a relação econômica entre renda e preço [...] O consumo não pode, então, ser considerado um momento autônomo: ele encontra-se determinado seja pelo complexo processo constitutivo dos desejos humanos, seja pela lógica de produção, o que, nas sociedades capitalistas, significa dizer que se encontra determinado pela lógica do lucro (PADILHA, 2012, p. 85).

O consumo é uma categoria histórico-socialmente determinada que depende das relações sociais concretas desenvolvidas no decorrer do cotidiano dos indivíduos. No capitalismo, consumir significa reproduzir a desigualdade, a opressão e a exclusão; significa estar preso a um espetáculo no qual o indivíduo é reduzido a uma mera mercadoria ou objeto que é vendido a qualquer preço; significa o não desenvolvimento de nossas potencialidades e qualidades, mas a reprodução do individualismo, do egocentrismo, do ódio, da inveja e do sentimento de vazio; significa não se relacionar com os outros sem algum interesse ou objetivo de conquistar uma posição social; significa a obliteração de nossa capacidade crítica e criativa; significa ser controlado, manipulado e orientado segundo os princípios do marketing e da comunicação de massa. Consumir na sociedade capitalista é o mesmo que ser uma máquina ou um robô, não se desobedece, não se revolta e não pensa. Somos coordenados, manipulados e controlados. O consumo é um mal que nos assola, reproduzindo e criando necessidades artificiais.

Portanto, o consumo na sociedade capitalista só serve para reproduzir os interesses do capitalismo enquanto modo de produção dominante. Nesse sentido, não existe tempo livre no capitalismo, mas sim um tempo que também é controlado, manipulado e orientado para a prática do consumo e do lazer programado gerando a exploração e a miséria do trabalhador e o enriquecimento e aumento do poder dos detentores dos meios de produção. Evidentemente que o ser humano precisa consumir para continuar sobrevivendo, pois o consumo é uma relação social concreta e faz parte do processo de produção. Todavia, o que estamos defendendo nesse artigo é a tese de que em uma sociedade permeada pela lógica das mercadorias, o consumo – assim como o trabalho – torna-se alienado, pois perde a sua essência de meio de subsistência e satisfação das necessidades básicas, passando a se tornar uma atividade que gera competição e desenvolve o individualismo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Tempo Livre. In: _____. **Palavras e Sinais: modelos críticos 2**. Petrópolis: Vozes, 1995, p.70-82.
- BACAL, Sarah. **Lazer: teoria e pesquisa**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- FALEIROS, M. I. L., Repensando o Lazer. In: **Perspectivas**, São Paulo, nº 3, p. 51-65, 1980.

- FROMM, Erich. **Psicanálise da Sociedade Contemporânea**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- _____. **Ter ou Ser?**. 4ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- MAYA, Paulo Valério Ribeiro. Trabalho e tempo livre: uma abordagem crítica. In: JACQUES, M. G. C., *et. al.* (org.). **Relações Sociais e Ética**. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 31 - 47.
- PADILHA, Valquiria. **Shopping Center: a catedral das mercadorias**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- VIANA, Nildo. A mercantilização do lazer. In: **Revista Espaço Livre**, V.9, nº18, jul./dez. 2014.
- _____. **Introdução à Sociologia**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- _____. **O capitalismo na era da acumulação integral**. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

ABSTRACT

The paper presents a discussion on free time and consumption at the capitalist societies through a critical perspective, oriented by the historical dialectical materialism. We intend to defend the thesis that there is no free time in capitalist societies, and the programmed consumption is a one of the facts that prove our argument. The goal is to contribute to the debates into a field of study that has been gaining centrality within the humanities.

Key-words: Free Time; Consumption; Capitalism; Society.



Lazer e jornada trabalho: um estudo sobre a dignidade do trabalhador na sociedade capitalista

Raíssa Ester M. Barros¹

RESUMO

Este artigo analisa a relação entre a luta pela ocupação de postos de trabalho e o respeito à dignidade do trabalhador como sendo uma questão pertinente ao direito do trabalho, perpassando por alguns conceitos teóricos da sociologia. Assim, estudar o contexto laboral sob a faceta da exploração do homem pelo homem consiste, sobremaneira, em uma oportunidade para descrever situações vivenciadas pelos empregados na esfera da vida laboral e privada e, ao mesmo tempo, uma forma de reconhecer a atuação histórica dos trabalhadores, às vezes invisíveis e silenciados pela dominação do empregador. Para isso, foi utilizada a pesquisa explicativa, bibliográfica e de campo em razão da ênfase sobre o desenvolvimento de causas e consequências com relação ao problema da exploração, da dignidade e do tempo livre.

Palavras-Chave: Dignidade, Jornada de trabalho, Lazer, Marxismo.

Introdução

Na época da Revolução Industrial, fins do século XVIII a meados do século XIX, eram evidentes os maus-tratos e as péssimas condições enfrentadas pelos trabalhadores, tais como: excessos na jornada de trabalho, que muitas vezes chegavam a 16 horas diárias; abuso de mulheres e crianças nas fábricas com a miséria e excesso de trabalho; falta de higiene; proliferação de graves doenças no ambiente laboral; falta de moradia, havendo a necessidade de, muitas vezes, dormir nas próprias fábricas, entre outros fatores que colaboraram para o surgimento de fortes questionamentos entre os proletários (NÚCLEO DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS, 2016).

Nesse contexto, a dignidade da pessoa do trabalhador era frontalmente atingida, tornando-se de precária à miserável. Não havendo regulamentação das

¹Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFCG; Pós-Graduada em Direito Civil Constitucional pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, UFPB/ESMA PB. Pós-Graduada em Direito do Trabalho e Previdenciário, PUC-MG. Advogada. E-mail: raissaester2@gmail.com.

relações de trabalho, o livre acordo entre as partes ocorria injustamente, já que era o empregador, o lado mais forte da relação por ser detentor dos meios de produção, quem determinava ou modificava a jornada e as condições de trabalho (CAMPANA, 2000). Diante desse panorama, observava-se que todo o poder inerente à relação laboral encontrava-se nas mãos do empregador, fazendo com que os trabalhadores se sujeitassem a tal imposição dada a sua subordinação. Conseqüentemente, a fim de que existissem melhores condições laborais, os trabalhadores foram à luta utilizando-se, inclusive, do direito de resistência (como greves e paralisações) a fim de obter mais direitos e garantias na relação em tela.

De modo a aclarar esse contexto, é válido realizar prévias considerações. Em meados de 1916, vivenciou-se o liberalismo com forte influência do individualismo e do patrimonialismo. Aqui, o Estado não interferia na esfera privada e nas raras vezes que isso acontecia eram bastante pontuais. Era a época da chamada *Pacta Sunt Servanda*. Ele se abstinha, permanecia inerte e permitia que os contratos, de uma maneira geral, fossem fruto da exploração do homem pelo homem. Nessa época, o Estado se preocupava tão somente com o que era público. Havia a prestação da força laboral em troca do salário, mas com interferência minimalista do Estado (GODINHO JÚNIOR, 2014).

Posteriormente, passou-se a vivenciar a época do Intervencionismo, também denominado Dirigismo Estatal. Nesse momento, diferentemente do contexto que marcou o forte liberalismo, passou-se a vivenciar a socialização/funcionalização dos institutos civis, a repersonalização, despatrimonialização e valorização da dignidade da pessoa humana. O Estado passou a dirigir os contratos ao estabelecer regras e princípios na tentativa de alcançar a igualdade entre as partes e extirpar as situações de injustiça.

Com a intensificação da evolução jurídica, solidificaram-se algumas garantias aos trabalhadores conquistadas ao longo do tempo. O direito trabalhista, a partir da ação dos trabalhadores associados para a defesa dos seus interesses contra a exploração capitalista, entretanto, somente se institucionalizou no século XX, quando do processo intervencionista do Estado. É desse momento histórico que decorre o constitucionalismo social, afirmando que o Estado deveria incluir direitos trabalhistas e sociais fundamentais na sua Constituição, pondo o trabalho sob sua proteção, garantindo a liberdade de associação, fixando salários e condições laborais (CAMPANA, 2000).

Muito antes disso, Karl Marx, ao analisar o capitalismo sob a vertente socioeconômica, percebeu o forte aspecto antagônico no qual a sociedade de sua

época estava imersa e que este caráter conflituoso entre as classes existentes na época do capitalismo estava intimamente ligado à estrutura desse regime, que beneficia uns em detrimento de outros. Sua análise girava em torno, basicamente, de três importantes apontamentos: a existência de uma sociedade antagônica, a luta de classes pela revolução do proletariado e a instauração do comunismo (regime sem classes) (ARON, 1982).

Ainda para Marx, a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta na história da produção capitalista como luta pela sua limitação, caracterizando um embate que se trava entre a classe capitalista e a classe trabalhadora (MARX, apud VIANNA, Luiz Werneck). Extrapolar o limite da jornada máxima legal fere de forma direta não somente a pessoa do trabalhador como também aos princípios que estabelecem uma sociedade justa e democrática.

Diante dessas breves considerações, percebe-se que o passado contribuiu bastante nos avanços jurídicos e sociais percebidos nos dias de hoje por meio das conquistas dos trabalhadores e das garantias que, com o tempo, foram conferidas como, por exemplo, a previsão da limitação da jornada de trabalho que possibilita a efetividade do descanso do trabalhador e seu desenvolvimento pleno.

Partindo para o direito pátrio, de modo a sedimentar a evolução dessas conquistas, veio, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ainda vigente, e a Constituição Cidadã de 1988 (CFRB/88), que proclama em seu Art.1º, III, como fundamento da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana, um super princípio presente no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, a CRFB/88 foi pródiga em estabelecer direitos sociais aos cidadãos, principalmente, no que diz respeito aos trabalhadores.

Os pensamentos tecidos por Marx ao longo de suas obras corroboraram, sem dúvida, para a conquista da colocação da dignidade da pessoa humana no centro do ordenamento jurídico pátrio. Isso interfere logicamente no ramo do Direito do Trabalho, uma vez que ao se respeitar a dignidade da pessoa do trabalhador se estará contribuindo para o alcance da norma elencada em nossa Constituição e na CLT.

O excesso da jornada de trabalho na época da revolução industrial

A Revolução Industrial foi o período em que se evidenciou fortemente o massacre aos direitos do trabalhador e à dignidade humana, principalmente

em virtude da imposição de diversas situações precárias. Neste momento, houve uma leva enorme de camponeses empobrecidos que se dirigiam às cidades em busca de trabalho. Deslocados do seu mundo rural, onde todos se ajudavam, o operariado foi criando entre si certa solidariedade. Neste momento, os operários estavam unidos pelas péssimas condições de vida.

As mulheres e crianças eram exploradas de tal forma que muitas delas não conseguiam sobreviver, morrendo de doenças causadas por fezes de ratos, desnutrição pela precariedade e pela falta de alimento, além de possíveis acidentes de trabalho. A jornada de trabalho era algo absurdo superando, muitas vezes, o dobro da jornada de trabalho dos dias de hoje. Se alguém trabalhasse com desatenção, era castigado com murros e socos. Se fugisse, era procurado e fichado pela polícia. (<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/trabalho-infantil-no-inicio-revolucao-industrial.htm>)

A mentalidade burguesa, ao prorrogar a jornada de trabalho introduzindo as chamadas horas-extras de forma diária, respaldava-se na ideia de que haveria uma produtividade em larga escala com menores custos. Contudo, tal concepção se demonstra equivocada, já que existem outras soluções não prejudiciais à saúde mental e física do proletariado e capazes de ainda assim gerar lucro.

A divisão do trabalho e a exploração do homem na produção da mais valia

Tempos depois da época que marcou a Revolução Industrial, é possível perceber o posicionamento de alguns intelectuais diante do regime capitalista que ora marcava a época. Karl Marx trouxe vários argumentos no intuito de demonstrar os males do capitalismo e de como este mercantiliza as relações, as coisas e, principalmente, as pessoas, que se tornam típicos fantoches do meio. Marcado por uma série de antagonismos e contradições, o capitalismo tornou-se palco de uma grande luta entre as classes do proletariado e da burguesia (consideradas como substantivas desse regime), da produção da mais valia, da dominação e, principalmente, da alienação que subsistia pela divisão social do trabalho. A força de trabalho, segundo Marx, era a única mercadoria que poderia produzir valor mais alto do que seu valor de troca. Ela era superior aquilo que o trabalhador recebia em forma de salário e aquele trabalho excedente e não pago, no final das contas, acabava sendo expropriado pela burguesia concretizando aquilo que se chama de mais valia (IANNI, 1980).

É nesse contexto que o conceito de trabalho produtivo se estreita. Não bastava, portanto, que se produzisse em geral. Para Marx, era produtivo o trabalhador que produzia mais valia para o capitalista ou servia à autovalorização do capital.² O prolongamento da jornada do trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital é chamado de produção da mais-valia absoluta (MARX, 1982).

Assim, Marx destaca a revolução social por meio da luta de classes, considerada o motor da história. Compreendia, ainda, que era o proletariado, classe explorada, o instrumento capaz de transformar a realidade da sociedade vivida na época. Era necessária a superação do capitalismo pelo proletariado quando este conseguisse obter a consciência de alienação e exploração. No entanto, com o processo de suprir necessidades imediatas e de crescimento da população, a divisão social do trabalho se intensificava cada vez mais.

Essa divisão do trabalho corroborava para o processo de alienação e, segundo o autor, essa alienação estava intimamente ligada à ideia constante de que o operário devia tão somente trabalhar e produzir. Marcado pela presença de interesses conflitantes, percebe-se claramente a figura daquele que dominava e daquele que era dominado no campo da produção, no campo intelectual, social e em diversos outros aspectos (IANNI, 1980).

Aparentemente, a abertura de novos postos de trabalho poderia aparecer como salvação ao problema da jornada extraordinária. São diversas consequências benéficas, tais como a preservação do descanso do trabalhador; criação de novas oportunidades; preservação da jornada normal de trabalho e, sobretudo, geração de novos potenciais consumidores de seus produtos, aquecendo a economia.

Apesar de tantas conquistas consubstanciadas ao longo das décadas, ainda é possível encontrarmos diversos abusos que atentam contra a dignidade do trabalhador subordinado, sobretudo no que tange as especificidades da jornada de trabalho. O uso do direito de resistência utilizada em situações ilícitas, que sujeitam o trabalhador à péssimas condições de vida e trabalho, é visto como um mecanismo viabilizador contra tais abusos como, por exemplo, a paralisação geral de uma empresa, buscando extirpar certas ilicitudes

² Para a teoria marxista, era produtivo o trabalho que produz o valor de uso (O Capital, capítulo V), o trabalho produtivo relacionado ao trabalhador coletivo (O Capital, capítulo XI) e o trabalho produtivo que produz a mais valia para o capitalista ou servia à autovalorização do capital (O Capital, capítulo VI). Embora existam esses três níveis de abstração, somente será focado aquele que trata da mais valia.

praticadas no âmbito laboral.

A ideia do comunismo

Influenciadas por diversos pensamentos marxistas, várias lutas passaram a ser travadas a fim de reivindicar direitos e melhores condições de trabalho, já que os trabalhadores nunca aceitaram a imposição de tantas más condições de forma pacífica. Neste ponto é possível perceber forte reação operária e propagação das ideias comunistas, culminando em algumas conquistas dos trabalhadores. Os operários não tinham mais opção: morrer de fome ou iniciar a luta. Há de se atentar, preliminarmente, acerca da distinção entre socialismo e comunismo. Muito embora ambos sejam considerados sistemas políticos/econômicos, é possível elencar algumas diferenças. Para a teoria marxista, a diferença básica entre um e outro seria que o socialismo seria etapa prévia ao comunismo (COMUNISMO...,2016).

Ou seja, em outras palavras, o socialismo seria marcado pela temporariedade, mas, ainda que transitório, era um meio necessário para se alcançar o fim: o comunismo. Se não, vejamos:

No socialismo, a sociedade controlaria a produção e distribuição dos bens em um sistema que prezasse a igualdade e a cooperação. Seria uma fase na qual ainda existiria um Estado que ajudaria a controlar esse novo sistema, sempre visando a sua evolução para atingir o comunismo. Já o comunismo pode ser encarado como um sistema de organização da sociedade oposto ao capitalismo e que viria a substituí-lo depois que esta passasse pela fase de transição entre eles, o socialismo. Com o comunismo, as propriedades privadas deixariam de existir, bem como as classes sociais e o Estado. Os trabalhadores seriam, portanto, os proprietários de seu trabalho e dos bens de produção (COMUNISMO, 2016).

Em virtude da demasiada jornada de trabalho que predominava na época, não se falava em qualquer tipo de convivência familiar ou lazer. Em virtude da má qualidade de ventilação e iluminação, os ambientes laborais eram vistos como inadequados para a realização do trabalho. A média baixa de vida dos trabalhadores era resultante da ausência de segurança, salários baixos e falta de todo tipo de amparo social (REVOLUÇÃO...2016).

Marcando a necessidade de que a sociedade deveria ser guiada pelos princípios da justiça e igualdade, Marx proclama a ideia de humanização – ideia

esta que não se consolidava no regime capitalista – só assim a realidade conflitante existente entre os diversos tipos de indivíduos poderia ser resolvida. Essa solução somente poderia ser encontrada na sociedade comunista, onde os valores que perpassam a não alienação estariam presentes. Nesse interim, necessária se faz a tomada de consciência de si e do outro, uma vez que a autoconsciência só é possível no espelho do outro. Na sociedade comunista, as situações de dependência, dominação, alienação, conflitos e antagonismos não teriam espaço. Essa sociedade que Marx defendia seria alentada pelos ideais de liberdade e de igualdade, onde a sociedade como um todo tentaria resolver e amparar os anseios de todos, indiscriminadamente, e, para isso, as estruturas preexistentes deveriam ser abolidas de uma vez por todas (IANNI, 1980).

Por acreditar que a verdadeira riqueza do homem está arraigada à sua força intelectual, defende a ideia do comunismo, pois, através dele, o indivíduo teria condições de adquirir a capacidade de desfrutar da produção do mundo inteiro, e não somente a capacidade de realizar uma única atividade adstrito a uma esfera exclusiva de trabalho. Além disso, o controle e domínio deixariam de ser inconscientes para se tornarem conscientes (MARX, 1982).

Segundo a obra O Manifesto do Partido Comunista, o proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Logo que nasce começa sua luta contra a burguesia. A princípio, era uma luta de operários isolados e só mais tarde o movimento cresce. Não se limitavam a atacar as relações burguesas, mas também os instrumentos de produção. Os operários triunfavam às vezes; mas era um triunfo efêmero. De todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado era uma classe verdadeiramente revolucionária, que tinha como missão superar todas as garantias e seguranças da propriedade privada existentes, que feriam frontalmente a dignidade do trabalhador operário e o direito de descanso que ele tinha. O objetivo imediato dos comunistas era o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado. O que caracterizava o comunismo não era a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa (MARX; ENGELS, 1983).

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade. O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital da burguesia, a fim de centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante. Uma vez desaparecidos os antagonismos de

classe no curso do desenvolvimento e concentrada toda a produção propriamente dita nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderia seu caráter político. Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classe, surgiria uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos (MARX; ENGELS, 1983).

As primeiras tentativas diretas do proletariado para fazer prevalecer seus próprios interesses de classe, feitas numa época de efervescência geral, no período da derrubada da sociedade feudal, fracassaram não só por causa do estado embrionário do próprio proletariado, mas também em virtude da ausência de condições materiais de sua emancipação. Em nenhum momento esse partido se descuidava de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e o proletariado, para que, na hora precisa, os operários soubessem converter as condições sociais e políticas criadas pelo regime burguês em armas contra a burguesia. Que as classes dominantes tremessem à ideia de uma revolução comunista. Para tanto, proclamava-se a necessidade de união de todos os operários do mundo. Era a conhecida frase de Marx: *Proletários de todo o mundo, uni-vos!* (MARX; ENGELS, 1983).

Análise da atual situação dos empregados brasileiros

Antes da Constituição Federal de 1988, tínhamos uma jornada diária de 8 horas com uma folga semanal, o que significa dizer que eram 48 horas semanais. A nossa Carta Magna quando promulgada, por sua vez, reduziu a jornada de trabalho para 44 horas semanais.

Hoje em dia, existem algumas teorias que tratam sobre a jornada de trabalho, tais como a teoria do tempo efetivamente trabalhado; a teoria do tempo de deslocamento e a teoria do tempo à disposição. A regra geral para o direito brasileiro é a teoria do tempo à disposição, conforme proclama o art.4º da CLT que preconiza: *"Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada"* (CLT, 2013).

Essa limitação da jornada está no nascedouro do próprio Direito do Trabalho. Conforme dito anteriormente, as lutas sindicais à época da Revolução Industrial eram bastante fervorosas pelo fato dos trabalhadores serem

explorados em jornadas de quase 18 horas diárias, o que acabava ocasionando diversos problemas, sejam físicos, mentais ou sociais. Acontece que mesmo diante de toda essa situação de miséria, a fila para trabalhar nesses lugares impróprios para o trabalho era enorme.

Ora, se não houver limitação da jornada de trabalho, se favorece a queda do sistema imunológico, doenças e acidentes de trabalho. Isso não é interessante para o Estado. Dessa forma, percebe-se o interesse político da pacificação social uma vez que se ele não intervém e deixa tudo nas mãos dos empregados e empregadores, é quase certa uma maior quantidade de atritos. Apesar de gerar uma maior fonte de renda para aqueles que trabalham além de sua jornada normal de trabalho, através das chamadas horas extras, não se deve valorizar com tanta frequência essa prática. A jornada extraordinária, quando entra na rotina, consome todas as energias daqueles que passam mais de um terço do seu dia dedicando-se ao trabalho.

Sendo assim, em relação às jornadas extraordinárias, é mister o equilíbrio do bem-estar e este deve ser colocado em primeiro lugar. Afinal de contas, quem consegue trabalhar doente ou com falta de disposição?

Nesse sentido, proclama a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em seu Art.75:

Art.75 Os infratores dos dispositivos do presente capítulo incorrerão na multa de 3 a 300 valores-de-referência regionais, segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, aplicada em dobro no caso de reincidência e oposição à fiscalização ou desacato à autoridade. Parágrafo único: São competentes para impor penalidades as delegacias regionais do Trabalho (CLT, 2013).

Segundo o artigo acima mencionado, qualquer infração relacionada à jornada de trabalho abre a possibilidade de aplicar punições cabíveis pelas delegacias do Trabalho. Sendo assim, a prática excessiva de horas extras, ou de qualquer outro abuso à pessoa do trabalhador, é passível de multas e punições. Essa previsão legal é interessante já que se apresenta como uma barreira à prática de atos que corroboram para exploração do trabalhador através do poder do empregador. O controle da limitação da jornada pode ampliar o emprego através do surgimento de novos postos de trabalho, desde que aconteça num quadro de expansão da produtividade e de crescimento econômico, mas sem redução salarial (CEFETSP, 2016).

O respeito ao limite da jornada de trabalho implica, sem dúvida, no respeito à dignidade do trabalhador e isso deve ser feito mediante a observação do direito ao repouso semanal remunerado, intervalos intra e interjornada. Esta última é definida pelo art. 66 da CLT que preconiza “Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso” (CLT, 2013). O art.71 da CLT traz consigo o intervalo intrajornada e determina:

Art.71 Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

§ 1º - Não excedendo de 6 (seis) horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos quando a duração ultrapassar 4 (quatro) horas.

§ 2º - Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho. (CLT, 2013)

O art. 67, por sua vez, traz o chamado repouso semanal remunerado. Se não, vejamos:

Art. 67 - Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte. Parágrafo único - Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização (CLT, 2013).

Nos termos do recurso de revista nº 47840-21.2008.5.08.0117, julgado em 2013 pelo Tribunal Superior do Trabalho, um trabalhador receberá o dobro do valor referente ao descanso semanal remunerado. O reclamante alegou na peça inicial que trabalhava sete dias por semana, pelo período de dois anos, sem descanso. O Ministro Leilo Bentes Correa entendeu que tanto a CRFB como a CLT deixam claro que, após 6 (seis) dias de trabalho, há a necessidade de um dia de descanso. Se o descanso ocorre após o 7º (sétimo) dia, haverá clara violação ao art. 7º, XIV, da CRFB (BRASIL, 2013).

Jornada de trabalho excessiva em contraposição com o direito constitucional ao lazer

O homem nasceu para conviver em grupo e, sendo assim, precisa do contato com pessoas a sua volta. O lazer é um dos caminhos que corrobora para essa vida em sociedade uma vez que, por meio deste, as pessoas interagem com seus familiares passando mais tempo em casa, descansam seus corpos e suas mentes, praticam exercícios físicos e entre outros.

Como é cediço, com o perpassar do tempo, consolidou-se o direito ao lazer como direito constitucional-social, uma vez que antes de ser trabalhador, o indivíduo é um ser social. Por isso, é necessário o revigoramento mental e físico, a fim de que possa exercer de forma plena o seu trabalho. Percebe-se, assim, que desprezar os ditames inerentes à jornada de trabalho fere de forma direta não somente a pessoa do trabalhador como, também, aos princípios que estabelecem uma sociedade democrática.

É notória a importância do direito ao lazer, posto que é colocado no mesmo dispositivo legal que a educação, trabalho, saúde, segurança e entre outros direitos humanos fundamentais. Caracteriza-se, primordialmente, como uma necessidade de dedicação social, pois o homem não é somente trabalhador, mas tem uma dimensão social maior, é membro de uma família, habitante de um município, membro de outras comunidades de natureza religiosa, esportiva, cultural, para as quais necessita de tempo livre (NASCIMENTO, 1998).

Oportunamente, é interessante mencionar que muito embora o momento destinado ao lazer seja, aprioristicamente, reservado para a construção social do indivíduo, seja para aprimorar seu intelecto, seja para o descanso ou interação social com outros membros de sua comunidade, pode ser concebido, também, como um momento que traz certa alienação ou estranhamento. A professora Valquíria Padilha, doutora em Ciências Sociais, traz em seu artigo intitulado “Desafios da crítica imanente do lazer e do consumo a partir do shopping center”, que a algema posta pelo capitalismo reflete não somente no momento do trabalho, mas se estende para depois dele. Neste artigo, ela faz uma análise sobre vários aspectos psicossociais a partir do shopping center, considerado por ela como “*templo de consumo e de lazer reificado*” (PADILHA, 2008, p. 104). Para ela,

O homem não está alienado e estranhado apenas do e no trabalho que realiza (tanto em relação ao produto do trabalho quanto em relação à atividade mesma da produção), mas também do e no lazer, do e no “tempo livre”. Pode-se pensar que a mesma lógica que aliena do homem, em seu trabalho, a sua própria natureza, ou seja, aliena o gênero humano, não cessa de agir quando o homem está fora do trabalho. O tempo livre é acorrentado ao seu oposto (PADILHA, 2008, p. 112).

Será que a lógica do capital reflete na vida social vinte e quatro horas por dia? Será que o lazer está livre da força exercida pelo capital? Para Padilha, esse argumento talvez se fundamente na compreensão marxista do caráter totalitarista do capitalismo, que invade inclusive o momento de lazer, muitas vezes reverenciado como uma salvação ou como momento de compensação voltado ao trabalhador (PADILHA, 2008). Ainda, segundo ela,

O sujeito emancipado seria aquele que volta a encontrar-se consigo mesmo. Independente de se ter uma solução diante das controvérsias de haver ou não a possibilidade de emancipação humana (via socialismo ou comunismo), vale mencionar que emancipação é um conceito marxista muito próximo de liberdade, no sentido da eliminação dos obstáculos que impedem o múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas. Esses obstáculos são variados e se complexificam com o desenvolvimento do capitalismo (PADILHA, 2008, p. 107).

Integrando ou não essa concepção totalitarista do capital, o lazer também pode ser visto sob diversas necessidades humanas, tais como a **biológica**, já que evita doenças profissionais e se apresenta como o momento propício em que o ser humano trabalhador pode restabelecer suas forças; como uma necessidade **social**, já que viabiliza a convivência com a família, com os amigos e permite a prática de atividades recreativas; como uma necessidade **psíquica**, já que e ele que permite a ruptura com a estrutura hierárquica da sociedade; como uma necessidade **existencial**, já que permite o acesso à arte, cultura, informações e etc. (CALVET, 2005)

Neste diapasão, a respeito do direito ao lazer, é válido mencionar o que proclama o art. 6º da CF: "*São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.*" (BRASIL, 1988). Segundo José Maria Guix, citado por Amauri Mascaro Nascimento, o lazer possui uma quantidade inimaginável de peculiaridades e atende as seguintes necessidades:

- a) necessidade de libertação, opondo-se à angústia e ao peso que acompanham as atividades não escolhidas livremente;*
- b) necessidade de compensação, pois a vida atual é cheia de tensões, ruídos, agitação, impondo-se a necessidade de silêncio, da calma, do isolamento como meio destinados à contraposição das nefastas consequências da vida diária do trabalho;*
- c) necessidade de afirmação, pois a maioria dos homens vive em estado endêmico de inferioridade, numa verdadeira humilhação acarretada pelo trabalho de oficinas, impondo-se num momento de afirmação de si mesmos, de auto-organização de atividade, possível quando se dispõe de tempo livre para utilizar os próprios desejos;*
- d) necessidade de recreação como meio de restauração biopsíquica;*
- e) necessidade de dedicação social, pois o homem não é somente trabalhador, mas tem uma dimensão social maior, é membro de uma família, habitante de um município, membro de outras comunidades de natureza religiosa, esportiva, cultural, para as quais necessita tempo livre;*
- f) necessidade de desenvolvimento pessoal integral e equilibrado, como uma das facetas decorrentes da sua própria condição de ser humano (CALVET, 2005).*

Segundo veiculado no site do Tribunal Regional do Trabalho – 13ª Região (Paraíba), uma empresa fora condenada sob o argumento de explorar funcionário com excessiva jornada de trabalho. O juiz da Vara de Itabaiana, ao analisar o processo de nº 00143/2009, verificou que o funcionário, que era caminhoneiro, chegava a trabalhar até 16 horas diárias e, por este motivo, deveria ser indenizado no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), tendo em vista que tal atitude violava a saúde do trabalhador. Para o juiz responsável pelo caso, a ideia de *“submeter trabalhador a jornada tão elástica, sem necessidade urgente a justificar a atitude, viola primeiramente a lei, mas também a dignidade do trabalhador, e que por tal razão impunha-se a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos morais”* (TRT 13, 2009).

Já em 2013, foi divulgada na mídia a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (Santa Catarina), referente ao recurso ordinário de nº 0007232-85.2012.5.12.0001. Tal decisão valorizou bastante o direito ao lazer. A reclamante postulou em sua ação que sua jornada de trabalho era excessiva, bem superior ao que a lei permite, e que era bem corriqueira a realização de horas extras. Além da reclamação pelas horas extras, houve a inovação pelo pedido de indenização por dano moral referente à impossibilidade de usufruir o direito ao lazer.

A reclamante alegou que “*mal podia dormir, porquanto nem o intervalo intrajornada era respeitado, quanto mais um período que pudesse usufruir da presença de seus familiares ou mesmo para realizar alguma atividade física*” (TRT 12, 2013). Verificada a jornada extenuante, foi decidido pela condenação da reclamada em um valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais.

Segundo pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), existe uma dificuldade muito grande nos dias de hoje de diferenciar horário de trabalho e horário para descanso. Esses momentos estão se misturando cada vez mais, na medida em que se torna bastante notória a ideia de se levar trabalho inacabado para casa. Na pesquisa realizada, mais de 45% dos entrevistados têm dificuldade de se desvincular do seu trabalho (IPEA, 2012). Vejamos mais alguns dados:

*[..] 37,7% sentem que o tempo livre vem diminuindo por causa do trabalho e 39,5% acreditam que o tempo dedicado ao trabalho já compromete sua qualidade de vida. Desses últimos, 13% alegam que o trabalho extra gera cansaço e estresse. Para 9,8%, compromete suas relações com a família; para 7,2%, prejudica o tempo para estudo, lazer e prática de atividades físicas; para 5,8%, dificulta as relações de amizade e, para 2,9%, causa falta de motivação para o próprio trabalho. Quase metade dos entrevistados (48,8%) apresenta reações negativas quando precisa dedicar seu tempo livre às atividades laborais. **Entretanto, esses trabalhadores não conseguem se organizar coletivamente para reagir à pressão excessiva, por medo de perderem o emprego. A reação mais comum, que atinge 36,7% deles, é a conformação individual.** (Grifo nosso). Outros 5,1% ficam tristes por não sentirem prazer no trabalho e 7% se revoltam por não terem tempo para se dedicar a outras atividades (SINPSI, 2012).*

Conclusão

Sem dúvida, é possível perceber a importância do descanso do trabalhador, já que é nesse momento que ele pode revigorar suas forças e exercer atividade que lhe traga prazer. Tal direito não pode ser violado, uma vez que é assegurado pela Constituição Federal. Sendo assim, o período de descanso pode ser concebido como um momento que é proporcionado o descanso físico e mental, momento em que se pode realizar tudo o que se deseja por um breve ou por um longo tempo (é o caso das férias).

As ideias marxistas contribuíram, sobremaneira, para a consciência da

exploração do homem sobre o homem, da violação aos direitos trabalhistas e da união do proletariado a fim de minorar o desrespeito à dignidade humana. Marx era um intelectual politicamente ativo e não via com bons olhos o modelo capitalista que predominava em sua época. Como sabemos, o homem nasceu para conviver em grupo e precisa do contato com pessoas a sua volta. O respeito à dignidade e o direito ao descanso, representado pelo direito ao lazer, estão assegurados em nosso ordenamento jurídico, devendo ser garantidos por todos a todos promovendo, dessa maneira, a consolidação do respeito do outro com o seu semelhante.

O direito ao lazer permite que o indivíduo, concebido como um ser social, possa usufruir de vários momentos voltados para o seu aprimoramento, seja pessoal, físico, intelectual, familiar e emocional. Na medida em que se respeita o direito ao lazer e a limitação da jornada de trabalho, não se está tão somente rompendo com a exploração do homem sobre o homem, bastante evidente séculos atrás, mas, também, abre-se a possibilidade da efetivação do respeito ao seu semelhante. O individualismo e a ideia superestimada do lucro são deixados em segundo plano para abrir portas para a preocupação com a dignidade do próximo.

Referências

ARON, Raymond. Karl Marx. In: **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1982.

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. **Os princípios do Direito do Trabalho e os direitos fundamentais do trabalhador**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1773. Acesso em: 20 fev.2016.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº 5.442, de 01.mai.1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452compilado.htm. Acesso em: 25.fev.2016.

CALVET, Otávio Amaral. **A eficácia horizontal imediata do direito social ao lazer nas relações privadas de trabalho**. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1185 Acesso: 08 abr. 2016.

CAMPANA, Priscila. **O impacto do neoliberalismo no direito do trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/614/r147-12.PDF> Acesso

em: 18 out. 2015.

CEFET SP. **Diminuição da jornada.** Disponível em <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/diminuicaojornada.html>> Acesso em: 11 mar.2016.

DELGADO, Maurício Godinho. **Direitos Fundamentais na relação de trabalho: Caracterização, distinções, efeitos.** São Paulo: LTr, 1999.

GODINHO JUNIOR, Adriano Marteleto. **O fenômeno da constitucionalização: um novo olhar sobre o Direito Civil.** Disponível em: <<http://www.libertas.ufop.br/index.php/libertas/article/view/2>>. Acesso em: 20 out. 2014.

IANNI, Octavio. In: ___ **Marx (Coleção Grandes Cientistas Sociais).** São Paulo: Ática, 1980.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Tempo de trabalho: mudança de percepção nos anos recentes.** Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3878/1/bmt52_nt03_tempodetrabalho.pdf>. Acesso em: 11 mar.2016.

KARL MARX. **Capitalismo-Socialismo.** Disponível em: <<http://www.karlmarx.com.br/comunismo-socialismo.htm>> Acesso em: 11 mar.2016.

MOSCATELLI, Rubens. **Direitos Humanos e Fundamentais nas relações de trabalho.** <http://www.rubensmoscatelli.com/opiniao/?p=379>. Acesso em: 14 ago. 2011.

MAGALHÃES, Ana Carolina da Costa. **A dignidade humana como fundamento protetor dos direitos de personalidade do empregado em face ao poder diretivo do empregador.** Disponível em: http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic2/vi_encontre/A_dignidade_humana_como_fundamento_protetor_dos_direitos_de_personalidade_do_empregado_em_face_ao_poder_diretivo_do_empregador.pdf. Acesso em: 14 fev. 16. (CAPÍTULO IV)

MARX, Karl. A Ideologia Alemã (cap. 1: Feuerbach. Oposição das concepções materialista e Idealista”) In: **Marx e Engels, Obras Escolhidas.** Tomo I, Lisboa, Ed. Avante, 1982.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista. In: **Marx e Engels, Obras Escolhidas.** Tomo I, São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

MARX, Karl. **O Capital.** Livro 1, Vol. I. São Paulo, Difel, 1982.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho.** 19ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do Trabalho – 15ª ed., rev. e atual. –** São Paulo: Saraiva, 1998.

NÚCLEO DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS. **As condições da classe operária à época da revolução industrial.** Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/condicoes-da-classe-operaria-epoca-da-revolucao-industrial>> Acesso em: 19 out. 2015.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL. **As fábricas e os trabalhadores.** Disponível em: <<http://revolucao-industrial.info/as-fabricas-e-os-trabalhadores.html>> Acesso em: 11 mar.2016.

PADILHA, Valquíria. Desafios da crítica imanente do lazer e do consumo a partir do shopping center. **Art Cultura**, Uberlândia, v. 10, n. 17, p. 103-119, jul.-dez. 2008.

RODRIGUEZ, Américo Plá. **Princípios de direito do Trabalho.** Disponível em <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/15007/principios-de-direito-do-trabalho>>. Acesso em: 24 fev.2016.

ROCHA, Cármen Lúcia A. **O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social.** Disponível em: <http://www.paf.adv.br/novosite/artigos/index.php?cod_artigo=7>. Acesso em: 24 fev.2016.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DE SÃO PAULO. **Pesquisa do Ipea revela: brasileiro leva cada vez mais trabalho para casa.** Disponível em: <<http://www.sinpsi.org/index.php/noticia/index/id/1922>>. Acesso em: 11 mar.2016.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, 13ª REGIÃO. **Juiz condena empresa por jornada excessiva de trabalho.** Disponível em: <<http://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/2009/08/juiz-condena-empresa-por-jornada-excessiva-de-trabalho>> Acesso em: 11 mar.2016.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, 12ª REGIÃO. **Jornada excessiva afronta direito a lazer e gera indenização por dano moral.** Disponível em: <<http://www.trt12.jus.br/portal/areas/ascom/extranet/noticias/2013/julho.jsp#n57>>. Acesso em: 11 mar.2016.

ABSTRACT

This article analyzes the relationship between the struggle for occupation of jobs and the respect for workers' dignity by taking it as a pertinent issue to the labor law, passing by some theoretical sociological concepts. Therefore, the study of the employment context under the facet of exploitation of man by man is, greatly, an opportunity for describing situations experienced by employees in the sphere of work and private life and, at the same time, a way for recognizing the historical role of workers in society, which sometimes are invisible and silenced by the employer domination. For this, we used the explanatory social research method, as well as bibliographic and field research since the emphasis was on the development of causes and consequences in relation to the problem of exploitation, dignity and the free time.

Keywords: Dignity, Working hours, Recreation time, Marxism.



Pós-modernidade ou antimodernidade? Uma reflexão em torno do debate moderno/pós-moderno

Everton G. Costa¹

RESUMO

Este ensaio constitui-se em uma reflexão histórica em torno do debate moderno/pós-moderno. O objetivo do texto, de modo mais preciso, é apresentar e rebater algumas das críticas que pensadores – tais como Habermas, Rouanet, Giddens e Lipovetsky – lançam em direção às chamadas *teorias pós-modernas*, acusando-as de serem, na verdade, discursos de *antimodernidade*. Na visão desses autores, não há uma ruptura real entre a modernidade e aquilo que tem sido chamado de “pós-modernidade”. Contrariamente a essa perspectiva, o trabalho ora apresentado parte do pressuposto de que há, de fato, um conjunto de deslocamentos – descontinuidades, desencaixes, pontos de ruptura – que separam uma matriz moderna de uma matriz pós-moderna.

Palavras-Chave: Modernidade; Pós-modernidade; Antimodernidade; Emancipação.

Recebido em 08/03/2015
Aceito para publicação em 01/05/2016

Introdução

Em 1979, o filósofo francês Jean-François Lyotard lançou em Paris a obra *A condição pós-moderna*, texto polêmico, o qual, desde o momento de seu lançamento, tem sofrido inúmeras críticas. No livro, Lyotard afirma que as sociedades mais desenvolvidas – pós-industriais – estariam vivenciando uma condição pós-moderna, oriunda de mudanças cruciais ocorridas nos campos das artes, da ciência e da literatura, as quais tiveram início ao final do século XIX, intensificando-se na segunda metade do século XX. Um ano depois, em 1980, ao receber a entrega do Prêmio Adorno, o filósofo alemão Jürgen Habermas proferiu o discurso intitulado *A modernidade: um projeto inacabado*. Nessa

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Mestre em Ciências Sociais e Licenciado em Letras pela UFPel.

fala, Habermas critica os autores “pós-modernos” denunciando que eles teriam invertido o sentido da vanguarda moderna, numa tentativa de se oporem à modernidade. Começava, então, um debate que transporia as fronteiras filosóficas: afinal de contas, a modernidade, enquanto momento histórico, se esgotou e chegou ao seu final? Estamos realmente vivenciando uma era pós-moderna? Ou, o discurso pós-moderno não é outra coisa senão uma moda intelectual anti-iluminista?

Seguindo essa linha de raciocínio, o presente trabalho tem por objetivo desenvolver uma reflexão em torno do debate moderno/pós-moderno. Assim, em um primeiro momento, são apresentadas as críticas que autores como Habermas, Rouanet, Lipovetsky e Giddens lançam em direção à ideia de pós-modernidade. Para eles, não há uma ruptura história radical que nos permita afirmar que vivenciamos um novo momento histórico, para além da modernidade. Por essa perspectiva, o “pós” de pós-modernidade, estaria muito mais para um “anti”: antimodernidade, anti-iluminismo. A seguir, o texto traça uma delimitação do conceito de pós-modernidade. Para tanto, são retomados elementos trazidos por Lyotard, Huysen, Kumar e Bauman. Ao final, o ensaio se posiciona e defende a tese de que o discurso da pós-modernidade vai muito além de um simples e ingênuo discurso do “anti”. O argumento defendido é o de que o pós-moderno constitui um discurso que desconstrói um conjunto de fundamentos sobre os quais estava ancorado o projeto moderno da razão. Tal processo de “desfundamentação” pode ser visto quando se observam as mudanças ocorridas na filosofia, na ciência, na cosmovisão de mundo, e na concepção de identidade.

As críticas à ideia de pós-modernidade

Uma análise acerca do embate moderno/pós-moderno precisa levar em conta o projeto de emancipação social desenvolvido pelos filósofos do Iluminismo, nos séculos XVII e XVIII. Tal projeto apresentava alguns dos seguintes objetivos: a) emancipar a sociedade dos “grilhões” teológicos da Igreja; b) “desencantar” o mundo, substituindo os mitos e os deuses por explicações racionais (científicas); c) utilizar a razão como fundamento para o estabelecimento da ordem social; d) eliminar as guerras entre as nações (que eram constantes durante a idade Média) e caminhar em direção ao estabelecimento de uma paz universal; e) utilizar o saber científico para garantir o progresso social.

Todavia, se em princípio o projeto moderno buscava a emancipação e o desenvolvimento social, no decorrer do curso da história ele ganhou novos rumos, passando a ser fortemente criticado. Tal crítica tem uma origem interna, ou seja, foi formulada pelos próprios intelectuais comprometidos com o projeto do Iluminismo, sobretudo, os pensadores alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer. Embebidos dos ideais emancipatórios da filosofia iluminista, Adorno e Horkheimer buscaram formular, na década de 1930, um projeto teórico cujo objetivo era o esclarecimento social e o cerceamento das relações de opressão característicos da sociedade capitalista. Tal projeto de transformação social, o qual possui como matriz epistemológica os pressupostos do materialismo dialético, deu origem à Teoria Crítica e à tradição teórica da Escola de Frankfurt.

Em princípio, Adorno e Horkheimer partem de uma postura otimista, ao defenderem que o uso da razão poderia ser empregado na construção de um novo modelo de sociedade, mais justo e igualitário. Todavia, com o advento do Nazismo, da Segunda Guerra Mundial, e após vivenciar um período de exílio nos Estados Unidos, Adorno e Horkheimer passaram a adotar uma visão pessimista acerca do mundo, bem como, do projeto de emancipação iluminista. Na visão dos autores, o século XX havia refutado dramaticamente a filosofia emancipatória do Iluminismo. Ao invés de ser utilizada como instrumento de libertação, a razão emancipatória transfigurou-se em uma razão instrumental, intensificando ainda mais a desigualdade e as relações de opressão. Assim, se por um lado, a ciência proporcionou ao homem tecnologias capazes de prevenir e curar doenças, de aumentar a produção de alimentos, por exemplo, ela proporcionou também o desenvolvimento de armas de destruição em massa, como as bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki. Nesse sentido, a denúncia feita por Adorno e Horkheimer reside no argumento de que a razão instrumental não conhece barreiras, nem mesmo a escravização do próprio homem.

Habermas, herdeiro da tradição teórica frankfurtiana, e considerado o grande expoente da segunda geração da Teoria Crítica, rebate de forma veemente a postura pessimista de seus antigos mestres – Adorno e Horkheimer. Segundo Habermas (1998), ambos perderam as esperanças e não só abandonaram o projeto da Teoria Crítica, bem como, o projeto emancipatório iluminista. Conforme as palavras do próprio autor:

Em conformidade com as suas análises, [Adorno e Horkheimer] já

não podiam depositar esperanças na sua força libertadora [i.e. no projeto do Iluminismo]. Conduzidos pela esperança benjaminiana, tornada irônica, dos sem-esperança, não quiseram apesar de tudo abandonar o trabalho, tornado paradoxal, do conceito. Esta disposição de espírito, esta atitude, já não é a nossa (HABERMAS, 1998, p. 109).

Por um lado, Habermas concorda com Adorno e Horkheimer que a razão emancipatória se transformou em razão instrumental. Por outro lado, no entanto, refuta o abandono do projeto da modernidade, alegando que este, na verdade, precisava ser reformulado. O pensador alemão assume para si essa difícil tarefa. Em sua proposta, ele substitui o paradigma da razão instrumental pelo paradigma da *razão comunicativa*. O pensador alemão adota uma postura inovadora e progressista, a medida em que identifica as falhas e limitações no modelo proposto por seus antecessores, o qual estava calcado no paradigma do trabalho e no conflito de classes. Em contrapartida a essa visão, Habermas segue pela via da linguagem, na defesa de uma sociedade na qual a deliberação seria o fundamento das decisões políticas.

Entretanto, a postura habermasiana pode ser vista, até certo ponto, como conversadora, já que busca conservar o projeto moderno de emancipação social – ainda que totalmente reformulado. A respeito disso, Aragão (1992, p. 12) afirma que Habermas busca, na verdade, salvaguardar o projeto inicial da modernidade, que, ao longo do tempo, acabou desvirtuado. Ou, como afirma Laclau (2000), Habermas se “entrincheira” em defesa do projeto da razão iluminista.

A defesa do projeto moderno talvez seja a principal motivação que conduz Habermas a refutar veementemente a ideia de pós-modernidade. O autor argumenta que a crítica lançada pelo pós-moderno em direção à modernidade se apresenta de maneira anarquista. Os pós-modernos “*Reclamam igualmente o fim do esclarecimento, ultrapassam o horizonte da tradição da razão, da qual a modernidade europeia entendeu outrora fazer parte, e fincam o pé na pós-história*” (HABERMAS, 2002, p. 7). Todavia, na perspectiva de Habermas, ao tentar transcender a modernidade, os pós-modernos permanecem presos aos pressupostos de autocompreensão modernos. Com efeito, ao despedir-se da modernidade, o pós-moderno está tentando rebelar-se dela. Os pós-modernistas estão “*simplesmente encobrendo com o pós-esclarecimento sua cumplicidade com uma venerável tradição do contra-esclarecimento*” (HABERMAS, 1998, p. 8). Isso implica dizer que na perspectiva habermasiana, a pós-modernidade não parte realmente do fim da modernidade, mas antes, de uma *renúncia* ao

moderno, uma renúncia aos ideais de liberdade e emancipação característicos do Iluminismo. A pós-modernidade, com efeito, pelo viés de Habermas, está muito mais para um discurso de *antimodernidade*, do que para um discurso que representa, de fato, uma época para *além da modernidade*.

Habermas defende que o projeto moderno, tal como formulado pelos pensadores iluministas, consistiu na tentativa de desenvolvimento de uma ciência objetiva, uma moralidade e leis universais e uma arte autônoma, de acordo com sua lógica interna. O objetivo do Iluminismo era utilizar o acúmulo de conhecimento científico, moral e artístico para enriquecer a vida social, ou seja, para *racionalizar* a vida cotidiana. Os pensadores iluministas carregavam ainda “*a extravagante expectativa de que as artes e as ciências não somente promoveriam o controle das forças da natureza, mas também a compreensão do mundo e do eu, o progresso moral, a justiça, das instituições e inclusive a felicidade dos seres humanos*” (HABERMAS, 1998, p. 28). O século XX, no entanto, praticamente demoliu essa crença. Se Adorno e Horkheimer adotaram uma postura pessimista perante o projeto da modernidade, Habermas é otimista e defende que um projeto de modernização social não deve ser abandonado. Como afirma o autor “*Creio que em vez de abandonar a modernidade e seu projeto como causa perdida, deveríamos aprender com os erros desses programas extravagantes que têm tratado de negá-la*” (HABERMAS, 1998, p. 32). Com a expressão “programas extravagantes”, Habermas se refere, principalmente, às teorias pós-modernas e pós-estruturalistas as quais, na visão do autor, erram ao abandonar os ideais de racionalidade e emancipação social iluministas.

Numa linha de raciocínio próxima a de Habermas está o pensamento de Rouanet. O autor também defende que o projeto da modernidade não chegou ao seu final e que os ideais filosóficos iluministas não devem ser deixados de lado. Ao comentar a dificuldade de conceitualização do pós-moderno, Rouanet (1987, p. 230) afirma que: “*Se o termo é tão indefinido, então é porque reflete um estado de espírito, mais que uma realidade já cristalizada*”. Para o autor, muitos intelectuais interpretam as transformações que o mundo vem sofrendo nas últimas décadas como a passagem para um novo momento histórico e cultural, a era da pós-modernidade. Segundo essa consciência, a qual anuncia o novo:

As vanguardas do alto modernismo perderam sua capacidade de escandalizar e se transformaram em establishment; os grandes mitos oitocentistas do progresso em flecha e da emancipação da humanidade pela ciência ou pela revolução são hoje considerados

anacrônicos; a razão, instrumento com que o Iluminismo queria combater as trevas da superstição e do obscurantismo, é denunciada como o principal agente da dominação (ROUANET, 1987, p. 30).

Segundo Rouanet, muitos interpretam tais mudanças como uma *ruptura* que marca a emergência de um novo período histórico, ou seja, pós-modernidade. Todavia, para o autor, antes de uma ruptura real, o que há na verdade é uma *consciência de ruptura*. Rouanet compreende ruptura como um corte radical entre dois períodos históricos distintos, tal como operou a Revolução Francesa. Em contrapartida, a consciência de ruptura pode ser entendida como *a crença de que há uma cesura radical entre duas épocas*, quando na realidade não o há. O pós-moderno, na concepção de Rouanet, se enquadra nessa categoria.

A crítica feita por Rouanet acusa os pós-modernistas de atribuírem à pós-modernidade idiossincrasias que na verdade são modernas. O que alguns consideram como ruptura, o autor pondera como sendo nada mais do que uma intensificação da modernidade. As principais características atribuídas à pós-modernidade – a predominância da informação, a revolução da informática, o consumismo generalizado etc. – são na verdade elementos tipicamente modernos. Além disso, na visão de Rouanet, boa parte da crítica que o pós-moderno lança sobre a modernidade constitui-se em críticas que os próprios modernos faziam de si mesmos. A ruptura é ilusória; o que existe, antes, é um *desejo de ruptura*. Segundo o filósofo, depois que o mundo vivenciou a experiência de duas grandes guerras mundiais, dos campos de concentração do Holocausto, da tragédia em Hiroshima etc., a contemporaneidade cansou-se do projeto moderno. O desejo de ruptura com o moderno, o qual nasce a partir desses eventos, fez com que muitas pessoas acreditassem que de fato superamos a modernidade. Com efeito, o que tem sido apresentado por muitos autores como *ruptura*, é na verdade um *uma consciência de ruptura*, que se traduz como *desejo de ruptura*. Para Rouanet, ao tentar despedir-se da modernidade, o homem contemporâneo fantasia uma pós-modernidade que, na realidade, não existe.

De fato, a “ilusão de ruptura” talvez seja uma das principais críticas lançadas sob as teorias pós-modernas. O sociólogo britânico Anthony Giddens, por exemplo, afirma que:

Se estamos nos encaminhando para uma fase de pós-modernidade,

isto significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social. O pós-modernismo, se ele existe de forma válida, pode exprimir uma consciência de tal transição, mas não mostra que ela existe (GIDDENS, 1991, p. 56).

A crítica levantada por Giddens ao pós-moderno se assemelha, até certo ponto, à crítica desenvolvida por Rouanet. Giddens defende a ideia de que não há uma ruptura total entre as instituições da modernidade tradicional e as instituições contemporâneas, as quais muitos denominam como pós-modernas. As disjunções que de fato existem não significam que estamos para além da modernidade, e devem antes ser percebidas “*como resultantes da autoelucidação do pensamento moderno*” (GIDDENS, 1991, p. 61). Apesar de diversos feixes institucionais da modernidade terem passado por mudanças substanciais, Giddens alega que ainda não vivemos no *pós*. Assim como Rouanet, o autor acredita que a passagem da modernidade à pós-modernidade pressupõe uma ruptura total nas instituições sociais. As transformações que ocorreram entre a modernidade tradicional e o estágio contemporâneo das sociedades ocidentais não significam que estamos num mundo pós-moderno, mas antes, numa época de modernidade radicalizada.

De forma semelhante, o filósofo francês Lipovetsky direciona uma crítica contundente à ideia de pós-modernidade. Para Lipovetsky (2004, p. 52), a expressão pós-modernidade é “*ambígua, desajeitada, para não dizer vaga*”. Segundo o autor, se ao final da década de 70 e início dos anos 80 o termo “pós-moderno” apontava o novo, hoje, no entanto, ele está obsoleto. Lipovetsky afirma que vivenciamos não uma época do *pós*, mas sim o período do *hiper*: “hipercapitalismo, hiperclasse, hiperterrorismo, hiperindividualismo, hipermercado, hipertexto” (LIPOVETSKY, 2004, p. 53). Na visão do pensador francês, o que tem sido chamado nos círculos de discussão como “pós-modernidade”, consiste, sobretudo, numa modernidade superlativa, radicalizada trata-se na verdade de uma *hipermodernidade*.

O pós-moderno: delineando o conceito

Antes de falar em pós-modernidade, é necessário ter em mente o que é a modernidade. De uma forma geral, concebemos a modernidade como um período histórico, o qual se iniciou entre o final do século XVI e início do século XVII. Os filósofos modernos tinham por intuito emancipar-se dos pressupostos

característicos da Idade Média, principalmente da hegemonia da religião. Conforme aponta Franco Júnior (2001), a modernidade nasce de uma consciência antiaristocrática e anticlerical, segundo a qual os homens ansiavam por liberdade: não aceitavam mais viver subordinados aos reis e à Igreja. Desse modo, a modernidade nasce de um *projeto de modernização*, de racionalização ou de civilização, que foi ancorado sobre vários fundamentos: a razão, a crítica à religião, a crença no caráter emancipatório da ciência, a emancipação do trabalhador, a concepção de sujeito racional autoconsciente etc. Neste ponto, reside uma das principais diferenças entre a modernidade e a pós-modernidade: a primeira estava ancorada em um robusto projeto social inteligível, com objetivos claros. Em contrapartida, o pós-moderno não possui um projeto claro, pelo menos não um que seja fácil de apresentar e que tenha objetivos bem definidos.

Antes de tudo, a pós-modernidade deve ser compreendida como um discurso que desconstrói vários dos fundamentos sobre os quais o projeto da modernidade foi erguido, ao mesmo tempo em que aponta uma série de mudanças estruturais na sociedade. Tal como aponta Huyssen (1992, p. 20), muitas dessas mudanças devem ser compreendidas como

partes de uma transformação cultural que emerge lentamente nas sociedades ocidentais, uma mudança da sensibilidade para a qual o termo 'pós-modernismo' realmente, pelo menos por enquanto, parece inteiramente adequado. A natureza e a profundidade dessa transformação podem até ser discutíveis, mas há uma transformação.

Huyssen alega que tais mudanças não significam que há uma ruptura radical no paradigma da ordem política, cultural e social. Todavia, defende que as transformações existem e têm sido apontadas por vários autores, de modo que para muitos deles, tais mudanças podem ser compreendidas como a passagem da modernidade tradicional para a pós-modernidade.

Para Lyotard, a pós-modernidade nasce a partir da crise das grandes metanarrativas modernas, cujo objetivo era a emancipação do homem. Segundo autor, os filósofos da modernidade viam a ciência como a ferramenta capaz de libertar o homem das “trevas” da Idade Média, das falsas ilusões teológicas, revelando-lhes a verdade, a realidade. A ciência emerge na modernidade com o intuito de descobrir regularidades e estabelecer verdades, apresentando-se, assim, como uma forma de produção do conhecimento superior. Para tanto, a

ciência moderna encontrou na filosofia o fundamento que legitimou o seu discurso: o conhecimento científico era visto como o instrumento de emancipação do homem, como a ferramenta que melhoraria a vida social e garantiria o progresso da sociedade. O Iluminismo via o cientista como “*o herói do saber*” que “*trabalha por um bom fim ético-político: a paz universal*” (LYOTARD, 1986, p. xv).

O pensamento de que a ciência representava um sistema autônomo, autorreferente, cujo objetivo principal era a busca pela melhoria da vida humana, nasceu junto à modernidade e perdurou durante um longo período. Ainda na década de 1940, autores como Robert Merton, por exemplo, defendiam uma visão idealizada do *ethos* científico, vinculada à maneira como os iluministas viam a ciência. Segundo Merton (1970), as idiosincrasias que caracterizam o *ethos* científico se apresentam sob a forma de quatro imperativos institucionais: *universalismo*, *comunismo* e *ceticismo organizado*.

A ideia de que a prática científica é desinteressada, de que seu objetivo maior é melhorar a vida em sociedade e conduzir à paz universal começou a ser veementemente questionada, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Ao comentar o pensamento de Lyotard, Barbosa (1986, p. viii) afirma que no instante em que essa fundamentação ontológica da ciência passou a ser fortemente questionada, iniciou-se “a crise de conceitos caros ao pensamento moderno, tais como ‘razão’, ‘sujeito’, ‘totalidade’, ‘verdade’, ‘progresso’”. Com efeito, a incredulidade nas pretensões ontológicas do metadiscurso filosófico é uma das principais marcas do fim da modernidade e da emergência do pós-moderno.

Além de Lyotard, outro autor que elabora uma análise ampla e aprofundada da pós-modernidade é Krishan Kumar. Kumar (1997) aponta que uma das características da pós-modernidade consiste no fato de que ela extingue as fronteiras entre as distintas esferas sociais. O autor argumenta que esse não é um fenômeno novo, já que o desenvolvimento sociológico do século XIX já insistia na ideia de que há uma conexão entre os reinos sociais. Todavia, nas teorias tradicionais havia uma “força controladora” responsável por essa conexão. Em Marx, por exemplo, a superestrutura estava determinada pelos meios concretos de produção. O organicismo, por sua vez, acreditava que os diferentes reinos do mundo social estavam interconectados em virtude de sua função específica para manter o todo (a sociedade) em funcionamento. A pós-modernidade, além de pregar o fim das fronteiras entre as esferas sociais, afirma que “*Há simplesmente um fluxo um tanto aleatório, sem direção, que perpassa*

todos os setores da sociedade. As fronteiras entre eles se dissolvem, resultando, contudo, não em uma totalidade neoprimitivista, mas em condição pós-moderna de fragmentação” (KUMAR, 1997, p. 113-4).

O pós-moderno, portanto, não aborda o social em termos de uma totalidade estruturada, mas antes, como um fluxo ininterrupto, de diferenças, de informações, de identidades, de valores que se transmutam. A consciência pós-moderna emerge liquefazendo vários dos sólidos sobre os quais o projeto da modernidade estava ancorado: a família nuclear, o indivíduo, a razão, o trabalho como forma de emancipação etc. A pós-modernidade, tal como aponta Bauman, é uma “modernidade líquida”. Segundo Bauman (2001), a configuração atual da sociedade nos permite caracterizá-la como líquida, ou seja, uma época fluida, que não aceita ser moldada numa forma estagnada, que está pronta e propensa à mudança. Essa “fluidez” é o que diferencia nossa época do período moderno tradicional. Contudo, Bauman adverte que a partir dessa reflexão, o leitor, o qual transita pelo “discurso da modernidade” pode fazer as seguintes perguntas: *“Mas a modernidade não foi um processo de ‘liquefação’ desde o começo? Não foi o ‘derretimento dos sólidos’ seu maior passatempo?”* (BAUMAN, 2001, p. 9). O autor argumenta que o espírito moderno emergiu com o intuito de se emancipar da “mão morta” da época que o precedeu, e que essa libertação só poderia ocorrer por meio da dissolução dos sólidos que sustentavam o edifício medieval: a religião, o sagrado, a tradição. Tal processo de derretimento

Mas, se por um lado a modernidade tinha o intuito de acabar com os sólidos que sustentavam o passado, por outro lado, não havia o objetivo de deixar essa área vazia para o surgimento de um mundo livre; antes disso, foram erguidos “novos e aperfeiçoados sólidos” que substituíram os já enferrujados e defeituosos sólidos do passado (BAUMAN, 2001, p. 9). Desse modo, há uma diferença crucial entre o discurso da modernidade e o discurso do pós-moderno: a pós-modernidade não está preocupada em substituir os sólidos existentes por novos sólidos, mas antes, em justamente deixar o terreno aberto, livre de fundamentos fixos.

O derretimento dos sólidos que fundamentaram a vida na modernidade tem causado, no pós-moderno, um verdadeiro mal-estar social, um sentimento de insegurança, oriundo *“de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais”* (BAUMAN, 1998, p. 10). Conforme argumenta Anderson (1999), a consciência pós-moderna emerge associada à libertação do vulgar, à emancipação total das emoções e dos desejos sexuais, os quais haviam sido reprimidos durante a modernidade – uma das

características do homem “esclarecido” da modernidade era justamente utilizar a razão para controlar os instintos e as emoções. O pós-moderno nasce, assim, associado aos ideais de juventude, de rebeldia em relação aos padrões rígidos da sociedade, de liberação sexual e de consumo excessivo de drogas. O moderno passou a ser visto como o *démodé*, o obsoleto, enquanto o pós-moderno emergia como o novo. A juventude pós-moderna não aceitava mais viver sob os padrões de comportamento universais estabelecidos pela modernidade. A ruptura com o passado significava a liberação do corpo, das pulsões e do prazer. Dessa forma, o sexo e o consumo de drogas se tornaram a marca de uma geração que enxergava a satisfação dos desejos como a forma máxima da liberdade humana. Se na modernidade a razão deveria ter um controle absoluto sobre o corpo, no existencialismo pós-moderno o corpo e as emoções é que deveriam fundamentar a existência humana.

Se em princípio o discurso da pós-modernidade foi associado ao consumo de drogas, a um vulgar niilismo e ao relativismo de valores, para nós está claro que resumir o pós-moderno a essa concepção niilista e relativista é um grande equívoco. O discurso da pós-modernidade vai muito além disso: o pós-moderno é um momento de transformações culturais e sociais, consiste numa nova forma de ver e conceber o mundo. Consequentemente, a pós-modernidade não deve ser vista também como um simples e ingênuo discurso de *antimodernidade*.

Da antimodernidade à pós-modernidade: rebatendo as críticas lançadas em direção ao pós-moderno

Começemos pelas críticas lançadas por Habermas e Rouanet em direção às teorias pós-modernas. Os argumentos destes autores são-nos relevantes na medida em que corporificam uma das principais críticas lançadas em direção ao discurso do pós-moderno, ou seja, a tese de que a pós-modernidade é, na verdade, uma antimodernidade, um mero discurso de contraesclarecimento, sendo que a ruptura real entre o moderno e o pós-moderno não existe. Desde logo, deixamos claro que essa não é a nossa posição. Reconhecemos, no entanto, a legitimidade de alguns dos argumentos desses autores.

Rouanet está certo ao afirmar que os próprios modernos perceberam uma crise do período histórico em que viviam, de modo que, antes da crítica feita pelo pós-moderno, a própria modernidade já realizava uma autocrítica. Todavia, há uma diferença crucial entre a *autocrítica conservadora* da modernidade (que

visava conservar o projeto iluminista) e a *crítica desconstrucionista* pós-moderna (cujo objetivo é superar o projeto da razão). Rouanet mesmo reconhece que a crítica à modernidade feita por Hegel, por exemplo, consistia numa tentativa de salvação do projeto da razão; nessa mesma linha de pensamento está Habermas, que reconhece que o projeto da modernidade alcançou um ponto de estagnação, porém, não deve ser deixado de lado. Rouanet afirma ainda, que os pós-estruturalistas², ao criticarem o moderno, seguem os caminhos trilhados pelo Iluminismo, o qual nasceu justamente da crítica aos fundamentos religiosos da ordem teológica. De fato, o pós-estruturalismo emerge de uma crítica, i.e., a crítica aos fundamentos de sustentação do projeto da modernidade. O pós-estruturalismo não apenas refuta o projeto da razão iluminista, mas principalmente apresenta suas falhas, suas incoerências e os motivos pelos quais deve ser abandonado. Segundo Lovibond (apud PETERS 2000, p. 50), o pós-estruturalismo³

rejeita a doutrina da unidade da razão. Ele se recusa a conceber a humanidade como um sujeito unitário que se esforça em direção ao objetivo da perfeita coerência (em seu conjunto partilhado de crenças) ou da perfeita coesão e estabilidade (em sua prática política). O pós-modernismo postula que existe uma pluralidade de razões, irreduzíveis, incomensuráveis e relacionadas a gêneros, tipos de discurso e epistemes específicos, visão que contrasta com a pretensão iluminista à universalidade e com a concepção de uma razão humana unificada, a qual concebia como “o” padrão de racionalidade, supostamente funda todas as asserções de conhecimento, independentemente de tempo e espaço, e proporciona o fundamento para um sujeito unitário considerado como agente de uma mudança historicamente progressista.

Habermas e Rouanet “entrancheiram-se” em defesa do projeto da modernidade, pois, para eles, por mais que tal projeto tenha sido desvirtuado, seu programa defende ideias essenciais à sociedade humana: liberdade, democracia, igualdade. Assim, abandonar tal projeto poderia representar um erro fatal. Entretanto, autores como Laclau (2000), por exemplo, inseridos numa matriz epistemológica pós-estruturalista, defendem que não devemos ter receio

² O pós-estruturalismo pode ser concebido como uma vertente teórica da pós-modernidade. Peters (2000), por exemplo, afirma que o pós-estruturalismo está para a teoria da mesma forma como o pós-modernismo está para a cultura.

³ Peters (2000) alega que Lovibond embora fale em pós-modernismo, está na verdade caracterizando o pós-estruturalismo.

em abandonar o projeto da modernidade: para o autor, abandonar o projeto moderno é, justamente, a condição de possibilidade para a construção de novos projetos que visem à liberdade humana.

No que diz respeito à crítica lançada pelo pós-moderno em direção ao poder real de emancipação do projeto iluminista, concordamos também que os próprios modernos já questionavam essa possibilidade. Em verdade, ao final do século XIX e início do século XX autores como Nietzsche, Weber e Freud já argumentavam que o processo de racionalização iniciado pela modernidade antes de emancipar a sociedade, tal como prometia, acabou implantando mecanismos de controle da vida social, os quais fizeram o homem moderno experimentar um sentimento de mal-estar e sofrimento.

Quanto à afirmação de Rouanet, assim como a de Habermas, de que o prefixo “pós” de “pós-moderno” representa uma antimodernidade, concordamos em parte. Até certo ponto, o pós-moderno de fato tem se apresentado como um discurso de antimodernidade, anti-iluminismo, contraesclarecimento. Contudo, esse aspecto *anti* ou *contrailuminista* não nega a legitimidade dos discursos pós-modernos, muito pelo contrário. Cabe lembrar que o próprio Iluminismo nasce a partir de ideias anticlericais, antiaristocratas e antimodievais que visavam libertar a sociedade da ordem religiosa. Da mesma forma, a pós-modernidade emerge como um discurso do anti: antiesclarecimento. Os pós-modernistas não aceitam que a razão seja o grande fundamento do homem e refutam o sujeito esclarecido cartesiano-kantiano, ou seja, aquele indivíduo autônomo e autoconsciente de si e do mundo, dotado de uma identidade plena e unificada. Autores contemporâneos representantes tais como Hall (2003) e Woodward (2000) defendem que o homem pós-moderno passou por um processo de descentramento, ou seja, ele não é um ser unificado, mas antes fragmentado. Na perspectiva desses autores, o homem pós-moderno é constituído por uma série de identidades incompletas e contraditórias, as quais são adotadas nos diferentes momentos de interação social.

Seguindo essa linha de raciocínio, temos de levar em consideração que o pós-moderno não se concentra apenas em negar os pressupostos da modernidade; antes disso, ele revela as fragilidades do projeto da modernidade. A negação se dá em consequência da constatação dessas fragilidades. Há quem possa argumentar, como o fazem Habermas e Rouanet, que os iluministas também estão cientes dessas falhas e contradições. Todavia, há uma diferença fundamental: os iluministas reconhecem essas fragilidades, mas pensam em

alternativas que possam reconfigurar e manter o projeto da razão; os pós-modernistas, ao contrário, veem esse momento de crise como a possibilidade de se pensar em novos projetos de libertação, tal como tem feito Laclau e Mouffe (2014) com sua proposta de democracia radical.

Chegamos ao ponto que talvez seja o mais importante da crítica feita ao pós-moderno, ou seja, a denúncia de que não há uma ruptura radical na sociedade que nos permita afirmar que vivenciamos uma condição pós-moderna. De fato, o argumento de que há essa cisão radical que separa duas épocas distintas (modernidade e pós-modernidade) realmente não se sustenta. Todavia, para nós, existe um conjunto observável de *pontos de ruptura*, os quais inserem determinadas esferas do conhecimento humano numa dimensão pós-moderna. Expliquemos melhor esse ponto de vista.

Como mencionado, Giddens defende que não há uma ruptura histórica que nos permita afirmar que vivenciamos um novo momento social. Segundo o autor, as disjunções que de fato existem entre a época atual e o passado não significam que estamos para além da modernidade. O sociólogo britânico acredita que a passagem da modernidade à pós-modernidade pressupõe uma ruptura total nas instituições sociais, ruptura esta a qual ainda não existe. Entretanto, cabe ressaltar que em outro momento, Giddens (2007, p. 52) afirma que:

as mudanças institucionais sinalizadas pela modernidade limitaram-se em grande parte a instituições públicas – especialmente o governo e a economia. Maneiras tradicionais de fazer as coisas tenderam a persistir ou a ser restabelecidas, em muitas outras áreas da vida, entre elas a vida cotidiana. Poderíamos dizer que houve uma espécie de simbiose entre modernidade e tradição. Na maior parte dos países, por exemplo, a família, a sexualidade, e as divisões entre os sexos permaneceram intensamente saturadas de tradição e costume [grifos nossos].

Giddens reconhece que não há uma ruptura radical entre a Idade Média e a modernidade; boa parte das tradições e costumes medievais persistiu durante longo tempo, sendo a própria religião um exemplo disso – a proliferação de grupos cristãos de extrema direita e os recentes ataques terroristas promovidos por fundamentalistas islâmicos é a prova do poder que religião possui, passados mais de 500 anos desde o fim da Idade Média. Por mais que a religião tenha perdido uma imensa parcela da sua hegemonia social, ela ainda influencia diretamente várias decisões tomadas pelo Estado.

Assim, não houve uma ruptura radical entre o período medieval e a modernidade. Isso não impediu, no entanto, que os pensadores do Iluminismo reconhecessem a época em que viviam como um período para além da Idade Média, em virtude das transformações pelas quais a sociedade passava. Esses pensadores não estavam errados: eles perceberam um conjunto de mudanças cruciais, as quais inseriam determinadas esferas do saber humano numa dimensão histórica *pós-medieval*, ou, melhor dizendo, numa época moderna. Vivenciamos, hoje, uma experiência semelhante. O mundo ocidental tem passado por uma série de transformações, principalmente a partir do final da década de 60. Tais mudanças podem ser percebidas nas artes, na cultura, na filosofia, na ciência, na literatura, nos novos movimentos sociais etc. Concordamos com Giddens e Rouanet quando estes alegam que não há uma ruptura radical entre a modernidade tradicional e a sociedade contemporânea; no entanto, discordamos desses autores, no momento em que eles alegam que a falta de uma ruptura radical é a prova de que ainda vivenciamos uma experiência moderna.

Se por um lado, realmente não há uma ruptura radical entre a modernidade e a pós-modernidade, por outro lado, no entanto, podemos identificar *pontos de ruptura* a partir dos quais podemos considerar que determinadas esferas do saber humano vivenciam uma condição pós-moderna. Autores como Giddens e Lipovsky, por exemplo, que criticam a ideia de pós-modernidade, reconhecem a existência desses pontos. Giddens utiliza a expressão “modernidade radicalizada” para se referir às mudanças, sendo que Lipovsky cria a noção de “hipermodernidade”. Ou seja, as transformações ocorridas são tão profundas, que tais autores necessitam lançar mão de novos conceitos para se referir a elas.

Cabe destacar que concebemos como ruptura radical um corte antagônico que separa radicalmente dois momentos históricos distintos em todas as suas dimensões sociais. Em segundo lugar, partimos do pressuposto que é impossível identificar uma ruptura dessa magnitude entre quaisquer períodos históricos. Essa impossibilidade se dá a partir da seguinte lógica: uma ruptura radical só existe aos olhos de um observador. No entanto, observador é um ser limitado, ou seja, aquilo que ele observa está restrito aos limites do próprio processo de observação. Tal como defende Luhmann (2011, p. 154), ao contrário do que pregam algumas teorias tradicionais, “*o observador não se coloca acima da realidade; não paira acima das coisas e as observa, digamos, do alto*”. Se por um lado o observador é ser limitado, por outro, o social é infinito, ou seja, suas possibilidades de significação são incontáveis. Dessa

forma, é impossível para o observador mirar o social em todas as suas dimensões. Essa impossibilidade nos impede de apontar uma ruptura radical entre dois momentos históricos. Como já mencionamos, uma ruptura radical entre uma época X e uma época Y pressupõe um corte antagônico que separe esses dois períodos históricos em *todas as suas dimensões sociais*. No entanto, nenhum observador consegue observar, ao mesmo tempo, todas as dimensões do social, justamente pelo caráter infinito que este apresenta.

A impossibilidade de identificação de uma ruptura radical, todavia, não significa que não exista a sucessão de momentos históricos. Tal constatação, na verdade, expressa o fato de que podemos no máximo identificar alguns desencaixes históricos, em determinadas esferas do saber humano, os quais nos permitem classificar, por exemplo, um período da história como *Idade Média* e outro como *modernidade*. Optamos por denominar tais desencaixes como *pontos de ruptura*. A tese aqui defendida é a de que entre a modernidade e pós-modernidade existem diversos desses pontos.

Primeiramente, comecemos pela filosofia: a nosso ver existem pelo menos cinco grandes pontos de ruptura entre a filosofia moderna e a filosofia pós-moderna, os quais podem ser vistos logo abaixo no Quadro 1:

Quadro 1 - Diferenças entre a perspectiva da filosofia moderna e a filosofia pós-moderna

FILOSOFIA		
	<i>Modernidade</i>	<i>Pós-modernidade</i>
1)	Formação de grandes sistemas filosóficos (metanarrativas) cujo objetivo era a emancipação do homem	Fim dos grandes sistemas filosóficos, o que pode ser visto como o próprio fim da modernidade
2)	Preocupação com problemas metafísicos, como a existência do mundo, a formação de uma moral universal	Renúncia a questões de natureza metafísica; preocupação com problemas relacionados à linguagem e às possibilidades do conhecimento
3)	Autocrítica conservadora da razão	Crítica desconstrucionista da razão
4)	Crença de que o homem poderia ser totalmente livre, esclarecido, senhor de si mesmo	Reconhece que o homem nunca conseguirá se libertar por completo de todas as amarras sociais
5)	Tem como fundamentos a razão, o sujeito, a existência, a essência	Reconhece a contingência e a historicidade de todo e qualquer

		fundamento
--	--	------------

Além da filosofia, podemos também apontar também a existência de pontos de ruptura entre a ciência moderna e a ciência pós-moderna, tal como busca demonstrar o Quadro 2:

Quadro 2 - Diferenças entre a perspectiva da ciência moderna e a ciência pós-moderna

CIÊNCIA	
<i>Ciência moderna</i>	<i>Ciência pós-moderna</i>
Singularidade	Complexidade
Determinismo	Imprevisibilidade
Mecanicismo	Visão sistêmica
Disciplinarização	Interdisciplinarização
Ordem	Caos
Conhecimento científico: saber verdadeiro	Conhecimento científico: construção social
Unidade metodológica	Pluralismo metodológico
Realismo epistemológico	Relação sujeito/objeto como um <i>continuum</i>

Podemos apontar também pontos de ruptura existentes entre a cosmovisão de mundo do homem da modernidade e do homem da pós-modernidade, conforme aponta o Quadro 3:

Quadro 3 - Diferenças entre a cosmovisão de mundo do homem moderno e o homem pós-moderno

COSMOVISÃO DE MUNDO		
	<i>Modernidade</i>	<i>Pós-Modernidade</i>
1)	Via a razão como instrumento libertação e progresso social	Vê a razão iluminista como instrumento de controle e opressão
2)	Desejava a emancipação dos grilhões teológicos	Deseja a emancipação do corpo, das emoções e dos desejos sexuais
3)	Experimentou um sentimento de sofrimento e mal-estar ao ter de autocontrolar seus instintos e	Experimenta um sentimento de mal-estar oriundo da busca constante pelo prazer e pela satisfação dos desejos

	emoções	
4)	Concebia o sujeito racional como um ser unificado, autoconsciente, dotado de uma identidade completa	O homem é concebido como fragmentado; é dotado de uma pluralidade de identidades, incompletas e muitas vezes contraditórias
5)	Via o homem racional cartesiano-kantiano como um padrão a ser seguido	Vê o social como uma rede infinita de diferenças (identidades): gênero, raça, etnia, sexualidade etc.

Considerações finais

O debate entre o moderno e o pós-moderno parece estar longe do seu final. Por um lado, diversos autores afirmam que, por mais que o projeto iluminista tenha cometido sérios equívocos, o desejo de modernização da sociedade não deve ser abandonado. Por outro lado, há aqueles os quais defendem que o projeto da modernidade chegou ao seu final devendo, portanto, ser abandonado, o que possibilitará que novos projetos de libertação possam ser pensados. Este ensaio partilha do pensamento destes últimos. A nosso ver, vivenciamos o momento em que o projeto de modernização social desenvolvido pelo Iluminismo tem se deparado com diversos obstáculos epistemológicos, políticos, sociais e culturais intransponíveis. Muitas das vertentes da pós-modernidade têm justamente denunciado tais obstáculos, tais fragilidades, tais contradições, as quais apontam a cada vez mais evidente ineficácia do projeto iluminista.

Como mencionamos ao longo do trabalho, a pós-modernidade não deve ser compreendida como um simples discurso de antimodernidade; o pós-moderno, antes de tudo, é um discurso que abre a possibilidade de pensarmos novos projetos de liberação política, projetos que respeitem e possibilitem a pluralidade e a emergência das diferenças, das identidades. E mais uma vez reforçamos a ideia: há um conjunto de pontos de ruptura (descontinuidades ou deslocamentos, conforme se quer) entre a modernidade “tradicional” e o estágio contemporâneo das sociedades ocidentais. Tais deslocamentos, como buscamos demonstrar, estão presentes na filosofia, na ciência, na cosmovisão de mundo do homem, na forma como as identidades são concebidas etc. e nos permitem afirmar – a nosso ver – que estas esferas do conhecimento humano vivenciam um estágio pós-moderno.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Wilmar do Valle. Tempos pós-modernos. In: LYOTARD, Jean-Fraçois. **O pós-moderno**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1995.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- EAGLETON, Terry, **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1998.
- FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na Civilização**. In: http://cei1011.files.wordpress.com/2010/04/freud_o_mal_estar_na_civilizacao.pdf. Acessado em 07 de jan. de 2012, às 21h 29min.
- GIDDENS, Anthony. GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- _____. **Mundo em descontrole**. 6.ed. Rio de Janeiro: Record 2007.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média, nascimento do ocidente**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. La modernidad, un proyecto incompleto. In: FOSTER, Hal. **La posmodernidad**. 7.ed. Barcelona: 1998.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8.ed. Rio de Janeiro: DP&a, 2003.
- HORKHEIMER, Max. **Teoría Crítica**. Buenos Aires: Amorrorto, 2003.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- HUYSSSEN. Andréas. Mapeando o Pós-moderno. In: HOLLANDA, Heloisa B.(Org.) **Pós-Moderno e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. 273p, 15-80.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. 2.ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. 2.ed. Buenos Aires: F. C. Económica, 2004.
- LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- LUHMANN, Niklas. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LYOTARD, Jean-Fraçois. **O pós-moderno**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MARCHART, Oliver. **El pensamiento político posfundacional: La diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou y Laclau**. Buenos Aires: F. C. Económica,

2009.

MERTON, Robert King. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

PETERS, Michael. **Pós-Estruturalismo e filosofia da diferença**. São Paulo: Autêntica, 2000.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 15.ed. Porto: Afrontamento, 2007.

STEIN, Ernildo. **Epistemologia e crítica da modernidade**. Ijuí: Unijuí, 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. 7-72.

ABSTRACT

This essay presents some thoughts on the debate between modernity and postmodernity in the sociological field. Its aim, more specifically, is to present and rebut the criticism of some thinkers – as Habermas, Rouanet and Lipovetsky – on what they used to call as being postmodern theories, accusing them of being in fact treatises shaped by an *anti*-modernity sense. In opposition, the present essay starts from the presupposition that there is in fact a set of displacements – discontinuities, disembeddings, rupture points – that distinguishes modern from postmodern conditions. Taking them as a theoretical principle, we present a debate on the possible exhaustion of modern perspectives.

Keywords: Modernity; Posmodernity; Antimodernity; Emancipation.



Simbolismo e poder nas relações empresa-funcionário

Fernanda C. Martins-Suarez¹

RESUMO

A presente resenha convida o leitor a uma interpretação das relações de poder dentro de uma empresa siderúrgica, relações estas que são encontradas não apenas na dicotomia empresa-funcionário, mas também como resultado da inserção da mulher no mercado de trabalho. Entretanto, neste contexto, o peso da siderurgia se confunde com a leveza do símbolo significativo construído pela empresa e representado pelo uniforme a fim de implantar na mente de seus funcionários a alegria e o prazer de trabalhar em uma companhia que tantas benesses trouxe aos seus funcionários e a cidade onde está instalada.

Palavras-Chave: trabalho; poder; mulher; siderúrgica.

Recebido em 24/06/2015
Aceito para publicação em 13/04/2016

FARIAS, Rita de Cassia Pereira. *Uniforme e trabalho no Vale do aço*. Viçosa: Ed. UFV, 2012.

A conquista do poder é a questão principal do livro *Uniforme e trabalho no Vale do Aço - discursos, práticas e significados simbólicos* publicado em Dezembro de 2012 pela professora da Universidade Federal de Viçosa M.G., Rita de Cássia Pereira Farias como resultado de sua tese de doutorado realizada na Unicamp, S.P.

O que emerge com relevância maior no decorrer dos cinco capítulos desta obra são as relações de poder entre os trabalhadores e uma empresa siderúrgica localizada na cidade de Ipatinga em Minas Gerais, hoje uma cidade

¹ Mestranda do departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: fchiozzini@hotmail.com

de contrastes entre a natureza que a cerca e as marcas urbanas de siderurgia criada pela instalação da Usiminas.

O livro em questão desponta de entrevistas realizadas com funcionários, ex-funcionários e seus familiares, além de relatos dos moradores da cidade e análises de documentos e fotos que trazem a história da Usiminas.

A proposta da autora é compreender as relações de poder embasadas na ligação afetiva que os trabalhadores guardam com seu uniforme, símbolo que remete diretamente a siderurgia. Além de discorrer acerca da inserção das mulheres no mercado de trabalho e as conquistas que elas foram adquirindo neste meio. Para apreender estas questões, a obra articula Antropologia Simbólica, História e Cultura Material.

É nesta esfera que o primeiro objetivo do livro é ilustrado: destacar os meios utilizados pela instituição na tentativa de implantar na mente de seus funcionários um sentimento de gratidão frente ao seu local de trabalho. Para este fim, o uniforme foi a principal ferramenta utilizada pela Usiminas, pois desde o início de suas atividades, a empresa vinha apontando aos seus funcionários, assim como a todos os habitantes da cidade, o uniforme como um símbolo fortemente valorizado por representar o elo com uma empresa que se preocupava em proporcionar bom salário e trabalho promissor àqueles que integram seu grupo. Isto é, a simbologia do uniforme acompanhou os esforços da siderurgia em ocupar uma posição de prestígio também dentro da cidade onde se localiza, uma vez que era motivo de orgulho para o funcionário ser visto trajando seu uniforme, sentimento que a cidade reconhecia e legitimava.

Além disso, Farias destaca que a Usiminas pretendia ir mais longe com as relações de poder, pois que não se interessava apenas em possuir bons empregados, mas em fazer deles excelentes cidadãos, assim, o poder econômico, representado pelo bom salário, se fundia ao poder político e judiciário dentro e fora da siderúrgica.

Uma outra evidência interessante deste tipo de relação é sustentada pelo tipo de vínculo construído entre presidente e funcionários. O livro destaca o consenso entre os trabalhadores quanto a interpretação do presidente como “um de nós”, pois ele vestia o uniforme em eventos onde os funcionários estavam presentes como mais uma estratégia para a aceitação e valorização da empresa.

Nesta mesma linha, segue o segundo objetivo da autora: ressaltar a relação de poder presente na mesma empresa alusivo ao papel das mulheres, não apenas no tocante a inserção feminina no mercado de trabalho, mas também as esposas dos

trabalhadores, as quais contribuíam para o crescimento da empresa ao participarem dos seus eventos e ao respeitarem o horário de trabalho do marido.

Farias pontua ainda que as funcionárias da Usiminas foram conquistando seu espaço aos poucos, primeiramente no cargo de secretárias, atividade tida como feminina, visto que apenas aos 45 anos da Usiminas uma mulher alcançou um cargo na gerência. Em seguida, para reforçar a estratégia de enquadrar as mulheres na empresa, vários programas com o propósito de defender a igualdade de gênero foram lançados, todavia, destaca a autora, a representação das mulheres com base na sua fragilidade ainda estava presente.

Então, de uma maneira geral, ao propor uma análise das relações de poder socialmente representadas em uma instituição de trabalho ocidental contemporânea, a obra incita o estudo de um processo complexo, haja vista que tais relações trazem à tona uma série de particularidades apoiadas na cultura.

Assim, a compreensão de Geertz (1989) de que a cultura nada mais é que a história particular de um grupo e os símbolos criados pelos seus dominantes para que suas experiências tenham sentido a fim de racionalizar suas ações, cabe muito bem para ilustrar o livro analisado. Ou melhor, a cultura é o que quer que as pessoas conheçam ou acreditem e que legitime seu pertencimento a uma determinada sociedade organizada com base em comportamentos condizentes, já que é na ação social, nas palavras de Geertz (1989), que a cultura é articulada. Desta forma, uma vez que um grupo inicia seu processo organizacional, as ações dominantes afloram, suscitando assim as relações de poder.

Neste panorama, o uniforme seria o mecanismo de controle, ou seja, *símbolos significantes [...] qualquer coisa que esteja afastada da simples realidade e que seja usada para impor um significado à experiência* (GEERTZ, 1998, p.33). Significado este, que no contexto analisado, é utilizado como um instrumento de regulação do qual os trabalhadores, em geral, se orgulhavam.

Para ilustrar esta situação, Todorov (1982) considera em *A conquista da América* que a tomada do poder ocorre pela aceitação por parte dos dominados ou pela imposição dos dominantes. De uma forma ou de outra, a relação de poder ao fundamentar-se na dualidade dominante – dominado, é descrita pela autora do livro a partir da posição de desigualdade em que cada um dos grupos se encontra na empresa, tanto do ponto de vista do funcionário como do presidente.

É importante considerar que empresa siderúrgica em questão mascara o poder dominante e faz com que os funcionários o aceitem sem resistência. Esta

situação pode ser interpretada a partir da abordagem de Goffman (1975) sobre a dramaticidade da vida, das regras e das múltiplas interações sociais nas quais os indivíduos representam papéis distintos visando influenciar aqueles que o observam mediante seus comportamentos.

Goffman (1975) afirma que as regras são determinadas culturalmente e ao transitar entre vários ambientes, o indivíduo se adapta e se modela dependendo das expectativas e do local onde se encontra, fazendo uso de “máscaras” e permitindo, assim, significados a serem compartilhados.

Além disso, vale considerar que dentro de uma empresa, as relações entre dominantes e dominados são carregadas de interesses financeiros. Para a siderúrgica seria relevante que seu funcionário trabalhasse da maneira mais produtiva possível, sem causar nenhum tipo de prejuízo, isto é, que seu funcionário fosse o que Foucault (1993) denomina de corpos dóceis e domesticados, corpos que se submetem aos intentos da empresa pacificamente e, mais que isso, com certa dose de adoração e satisfação por dela fazerem parte.

Foucault (2000) prossegue a respeito do poder na sua obra *Vigiar e punir*. Nesta obra, o autor discorre sobre o poder ramificado advindo de um centro maior, como o Estado ou uma empresa, por exemplo, sustentado pela teoria do controle, ou seja, a própria população vigiando para que as ações individualizadas ocorram conforme o esperado. O autor chamou ainda de sociedade disciplinar o controle especializado, vigilante e catalogado, com o intuito de evitar que as massas de trabalhadores crescentes abalassem os detentores do poder.

Em outra de suas renomadas obras, *A microfísica do poder*, Foucault (1993) afirma que a humanidade instala um sistema de regras imbuído de atitudes violentas para conduzir a dominação, uma vez que os próprios funcionários legitimariam tal dicotomia dentro da empresa ao aceitarem sua posição inferiorizada. Outrossim, a empresa conduzia ações de incentivo a filantropia ao possibilitar que os trabalhadores que se mostrassem bons cidadãos e caridosos concorressem a “operário padrão” a fim de ganhar prêmios. Da mesma forma, aqueles que tivessem uma conduta pouco cidadã seriam punidos. Com isso, a siderúrgica buscava também assegurar a fidelidade de seus funcionários, afinal todos queriam ser bem reconhecidos e ter uma boa posição lá dentro.

Para contextualizar a presença da mulher na Usiminas, Farias refere-se ao livro de Margareth Rago (1985), *Do cabaré ao lar*, o qual aponta a elite

burguesa como responsável por caracterizar o trabalho feminino na empresa como moralmente degradante colocando as mulheres muito próximas da prostituição, fato que estigmatizou o que seriam trabalhos tidos como masculinos e femininos. Do ponto de vista de Rago (1985), este estigma seria um mito, já que havia um interesse social em convencer as mulheres a ficarem nas suas casas cuidando das suas famílias, pois a fragilidade feminina não poderia conviver com os “perigos” do trabalho na empresa.

Enfim, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no que tange a sua participação direta ou indireta dentro da empresa foram ásperas. As evidências mostram que o envolvimento da mulher com a vida profissional foi e ainda vem sendo movido por muitas dificuldades e barreiras. Para fundamentar a afirmação acima, Carole Pateman (1993), pontua a dicotomia que baliza a divisão sexual do trabalho colocando a mulher na esfera privada e homem na esfera pública.

Ademais, mesmo com o aumento da escolarização da mulher no decorrer da história e a crescente contribuição da urbanização e industrialização no século XX para a inclusão do sexo feminino no mercado de trabalho, a posição de igualdade das mulheres em relação aos homens não é garantida. Conforme afirma a autora do livro, a assimetria de gênero nas empresas ainda é evidente, assim como os preconceitos e as dificuldades enfrentadas por elas, principalmente em relação a desigualdade salarial e as menores chances de capacitação profissional (GOMES, 2005).

Entretanto, a expansão da mulher no cenário econômico é indubitável, e isso destaca a relevância de uma investigação com base neste tema. O livro analisado possibilita pesquisas futuras neste âmbito, pois mudanças sociais seguem acontecendo refletindo transformações nas expectativas de vida da mulher, não apenas em relação a sua família, mas, também quanto a sua realização pessoal (GOMES, 2005, p.6) abrindo espaço para a participação da mulher na vida pública.

Muitos outros estudos poderiam ainda ser feitos tendo este livro como pano de fundo. O uniforme poderia ser explorado como forma de apropriação dos capitais simbólico e cultural de Bourdieu (2005). Os capitais, para o sociólogo, são frutos das divisões de poderes pela desigualdade compreendendo o acúmulo das disposições culturais, ou seja, o *habitus*, célebre conceito formulado pelo autor a fim de definir tais acúmulos culturais adquiridos por um grupo ou por outro ao longo de sua trajetória resultando em maior ou menor prestígio.

A obra guiaria um detalhado panorama das modificações ocorridas na cidade de Ipatinga com um bom arsenal de fotos, ilustrando as construções e as contribuições da empresa para o crescimento da cidade.

Além de contribuir para a compreensão da história da formação do seu sindicato, o surgimento de personagens revolucionários e o contexto político que envolvia as ações da empresa e sindicalizados.

De qualquer forma, além de servir como base de estudos, o livro é uma indicação para toda população interessada em entrar em contato com uma obra rica e de leitura prazerosa.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina** 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- FARIAS, Rita de Cassia Pereira. **Uniforme e trabalho no Vale do aço**. Viçosa: Ed. UFV, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da Prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 23a Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1998
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.
- GOMES, A.F. **O outro no trabalho: mulher e gestão**. 2005. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/313.pdf>>. Acesso em: 27 de Maio de 2015.
- GOMES, A.F.; SANTANA, P.G.W.; SILVA, M.J. **Mulheres Empreendedoras: Desafios e Competência**. 2005. Disponível em: <http://www.cyta.com.ar/ta0406/v4n6a1.htm>. Acesso em 27 de Maio de 2015.
- PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Cap. 1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

ABSTRACT

This book review presents the most recent research published by Rita C. P. Farias. Highlighting the power relationship in a steelwork plant, she not only

deals with the social dynamic between company and workers, but also the integration of women into the labor market in Brazil. The book shows the symbolical contradictions shaped by the steel company through the uniform use, a tool used by them to construct in the workers mind a sense of happiness and pleasure associated with the act of working into a company that brought benefits to the workers as well as to the city where it was set up.

Keywords: Work; power; woman; steelworks.